



UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SOCIOECONÔMICO
DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

MELINE VITALI DUMINELLI

RELAÇÕES DE GÊNERO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO
EM PRODUÇÕES AVÍCOLAS NO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC

CRICIÚMA/SC

2023

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SOCIOECONÔMICO
DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

MELINE VITALI DUMINELLI

RELAÇÕES DE GÊNERO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO
EM PRODUÇÕES AVÍCOLAS NO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC

Tese apresentado ao Programa de Pós-Graduação em desenvolvimento socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Socioeconômico.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Giovana Ilka Jacinto
Salvaro

Coorientador: Prof. Dr. Dimas de Oliveira Estevam

CRICIÚMA/SC

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

D888r Duminelli, Meline Vitali.

Relações de gênero e divisão sexual do trabalho em produções avícolas no município de Forquilha/SC / Meline Vitali Duminelli. - 2023. 173 p. : il.

Tese (Doutorado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, Criciúma, 2023. Orientação: Giovana Ilka Jacinto Salvaro. Coorientação: Dimas de Oliveira Estevam.

1. Agricultura familiar - Aspectos sociais - Forquilha (SC). 2. Divisão do trabalho por sexo. 3. Papel sexual. 4. Ave - Criação - Forquilha (SC). I. Título.

CDD 23. ed. 338.1098164

Bibliotecária Eliziane de Lucca Alosilla - CRB 14/1101
Biblioteca Central Prof. Eurico Back - UNESC

Meline Vitali Duminelli

**RELAÇÕES DE GÊNERO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO EM
PRODUÇÕES AVÍCOLAS NO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC**

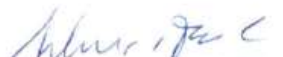
Esta tese foi julgada e aprovada para obtenção do Grau de Doutor(a) em Desenvolvimento Socioeconômico no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

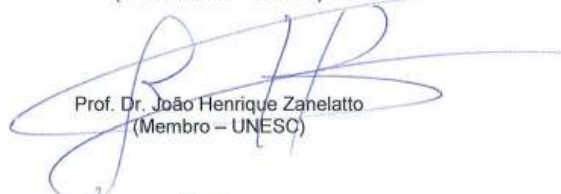
Criciúma, 28 de fevereiro de 2023.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dra. Giovana Ilka Jacinto Salvaro
(Presidente e Orientadora – UNESC)


Prof. Dr. Dimas de Oliveira Estevam
(Coorientador - UNESC)

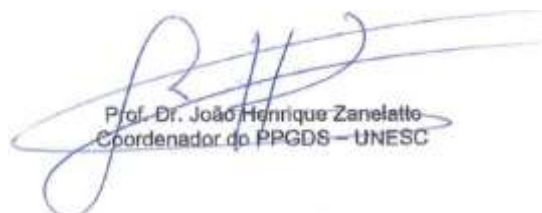

Prof. Dra. Arlene Anélia Renk
(Membra – UNOCHAPECÓ)


Prof. Dr. João Henrique Zanelatto
(Membro – UNESC)

Documento assinado digitalmente:
govbr VIVIANE KRAIESKI DE ASSUNCAO
Data: 02/03/2023 03:28:01 -0300
Verifique em <https://verificador.it.br>
Prof. Dra. Viviane Kraieski de Assunção
(Membra -UNESC)


Prof. Dr. Ismael Gonçalves Alves
(Membro – UNESC)


Meline Vitali Duminelli
(Discente)


Prof. Dr. João Henrique Zanelatto
Coordenador do PPGDS – UNESC

A minha nona paterna Amélia
Guidarini Duminelli (Em memória) e a
minha avó materna Olivia Nieuw
Vitali, agricultoras, mulheres de fibra.

AGRADECIMENTOS

Meus primeiros agradecimentos vão para a minha orientadora Profa. Dra. Giovana Ilka Jacinto Salvaro, que com muita sabedoria me conduziu durante toda a minha trajetória. Sem todo apoio, compreensão e paciência, tenho plena convicção que a caminhada teria sido muito mais árdua. As nossas trocas permitiram que eu evoluísse muito, não só como profissional, mas também como pessoa. Gio, muito obrigada.

Ao meu coorientador, Prof. Dr. Dimas de Oliveira Estevam, que, juntamente com a minha orientadora, deu forma à minha tese, levantando pontos essenciais para a conclusão do trabalho.

A todas/os os/as participantes dessa pesquisa que contribuíram de forma espontânea com suas experiências laborais. E também a todos/as agricultores/as familiares que produzem grande parte do nosso alimento e contribuem significativamente para economia do nosso país.

Agradeço a minha mãe Andrea Vitali Duminelli e ao meu pai Delir Duminelli, que estão sempre ao meu lado, cada um da sua forma. Foram eles que deram base para que eu me tornasse a pessoa que sou hoje. A minha irmã Natielli Vitali Duminelli Chyzi e meu cunhado Eder Chyzi que, no último ano, conceberam a minha primeira sobrinha, Amelia Duminelli Chyzi, que trouxe muita felicidade a todos nós. Ao meu companheiro Henrique Sartor Correia que esteve ao meu lado nos momentos em que me sentia sozinha e, por muitas vezes, cansada.

A todos/as os/as colegas e professores/as que me acompanharam durante o período de doutorado. Em especial, Maristela Quartiero de Faveri, Thayara Heitich, Roberta Santin Leal, Rayane Layra de Souza e Marina Schneider, amizade que a trajetória acadêmica me concedeu. Conheci pessoas muito especiais, que me ensinaram muito, não só sobre temas específicos, mas sobre a vida.

A Prof. Dra. Arlene Anélia Renk e ao Prof. Dr. João Henrique Zanelatto, participantes da minha banca de qualificação, pelas contribuições valiosas para a continuação da pesquisa e pela participação na banca de defesa. A Profa. Dra. Viviane Kraieski de Assunção e ao Prof. Ismael Gonçalves Alves por aceitarem participar da banca de defesa.

Ao Max Richard Coelho Verginio, que me auxiliou novamente na pesquisa realizada junto aos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). E todos/as todas que contribuíram indicando leituras e compartilhando textos.

A todos/as amigos/as que compartilharam comigo momento de suas vidas e fizeram parte dos meus. Principalmente, a minha grande amiga Heloisa Forgiarini Antunelli que não só me ensinou muito sobre a produção avícola, como também foi pilar e apoio em momentos difíceis, me dando principalmente suporte emocional.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudos concedida para cursar o doutorado.

Ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDS), que sempre deu suporte, atenção acompanhou todo o meu processo de formação.

“Em um mundo de interesses antagônicos, sempre haverá ganhadores e perdedores, e isso é verdadeiro para homens e mulheres. Assim, o problema das mulheres não é um problema só delas, mas sim das mulheres, dos homens e de toda a sociedade”.

Maria Ignez Paulilo

RESUMO

A tese analisou como se constituem relações de gênero e a divisão sexual do trabalho em produções avícolas vinculadas a sistemas de integração no município de Forquilha/SC. A agricultura familiar tem grande representatividade no município, assim como o setor industrial, principalmente, por possuir uma indústria de abate e de produção de carnes, que exporta para diversos países. Com caráter qualitativo, a pesquisa foi desenvolvida a partir de documentos e entrevistas semiestruturadas. Foram entrevistados/as participantes de seis famílias, totalizando cinco mulheres e seis homens. Cabe esclarecer que esta pesquisa foi realizada em período pandêmico da COVID-19 (2019/2023). A avicultura era a principal produção das famílias de todos/as participantes. Com relação à avicultura, as famílias possuíam entre um e quatro aviários e realizavam a atividade em um período entre 16 e 21 anos. O número de cabeças abatidas por lote variava conforme o modelo do aviário e quantidade em cada unidade familiar, também mediante a fatores correlacionados aos cuidados com as aves. Os participantes eram responsáveis por decisões relacionadas à produção avícola, pelo atendimento aos técnicos, pelas atividades produtivas, exceto nas demandas de limpeza do aviário e áreas comuns, geralmente, realizadas pelas participantes. Elas apareceram como coadjuvantes e/ou “ajudantes” no espaço produtivo, mesmo quando atuantes em todas as atividades. No espaço reprodutivo, a estrutura se invertia, a responsabilidade era das participantes e os participantes “ajudavam”. A distribuição de atividades interferia na forma como cada indivíduo fazia uso do seu tempo, reforçando padrões de gênero que responsabilizavam as mulheres por atividades domésticas e de cuidados.

Palavras-chave: Gênero. Divisão Sexual do Trabalho. Agricultura Familiar. Avicultura. Sistema de Integração.

ABSTRACT

The thesis analyzed how gender relations and the sexual division of labor are constituted in poultry production linked to integration systems in the municipality of Forquilha/SC. Family farming is highly representative in Forquilha, as well as the industrial sector, mainly because it has a slaughtering and meat production industry, which is exported to several countries. The research has a qualitative character and was developed from documents and semi-structured interviews. Participants from six families were interviewed, totaling five women and six men. It should be clarified that this research was constituted in the pandemic period of COVID-19 (2019/2023). Poultry farming was the main production of the families of all participants. Regarding the poultry farming, the families had between one and four aviaries and carried out the activity in a period between 16 and 21 years. The number of heads slaughtered per lot varied according to the aviary model and quantity in each family unit, also according to factors correlated with the care of the birds. Men were responsible for decisions related to poultry production, for assisting technicians, for productive activities, except for the demands for cleaning the aviary and common areas, generally carried out by the women. Women appeared as supporting and/or “helpers” in the productive space, even when active in all activities. In the reproductive space, the structure was the other way around, the responsibility rested with the female participants and the male participants “helped”. The distribution of activities interfered with the way each individual used their time, reinforcing gender patterns that made women responsible for domestic and care activities.

Keywords: Gender. Sexual Division of Labour. Family farming. Poultry farming. Integration System.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Custo de produção do quilo do frango vivo em Santa Catarina (2011-2020).....	63
Tabela 2- Média de custo de produção anual por quilo do frango - indústria e produtor - Santa Catarina (2011-2020).	63
Tabela 3-Preço médio do quilo por frango vivo em Santa Catarina (2011-2020)	64
Tabela 4 - Preço médio do quilo do frango com desconto dos custos pagos pelo produtor em uma média anual em Santa Catarina (2011-2020).....	64
Tabela 5 - Custo final do Kg do frango vivo para indústria em Santa Catarina (2011-2020).....	64
Tabela 6- População residente, por sexo e situação de domicílio (Urbano e Rural) - Forquilha (1991- 2010).....	67
Tabela 7 - Índice de Desenvolvimento Humano - Forquilha (1991-2010) ...	68
Tabela 8 - Número de pessoas com rendimento e valor médio mensal de rendimento divididos por situação domiciliar - Forquilha (2010).....	69
Tabela 9 - Número de pessoas com rendimento e valor médio mensal de rendimento divididos por situação domiciliar e sexo - Forquilha (2010)	70
Tabela 10 - Situação do domicílio, segundo o tipo do domicílio - Forquilha (2010).....	70
Tabela 11 - Domicílios por situação domiciliar com ou sem energia elétrica-Forquilha (2010)	71
Tabela 12 - Domicílios por situação domiciliar banheiros e sanitários - Forquilha (2010)	71
Tabela 13 - Domicílios por situação domiciliar sobre o destino do lixo - Forquilha (2010)	72
Tabela 14 - Domicílios por situação domiciliar sobre a forma de abastecimento de água - Forquilha (2010)	72
Tabela 15- Pessoas com 10 anos ou mais de idade alfabetizadas por situação de domicílio em Forquilha (2010)	73
Tabela 16 - Pessoas com 10 anos ou mais e as classes de rendimento nominal mensal por situação de domicílio em Forquilha (2010)	73

Tabela 17 - Produto Interno Bruto - PIB, Per Capta Serie - Forquilha (2010 e 2017)	74
Tabela 18 - Produto Interno Bruto Total - Valor Adicionado- Forquilha (2010 e 2017)	74
Tabela 19 - Produto Interno Bruto - valor adicionado por atividade econômica - Forquilha - (2010 – 2017)	75
Tabela 20 - Cadastro Central de Empresas de Forquilha (2010 – 2018)	76
Tabela 21 - Arroz com casca, classificação por quantidade produzida em municípios de SC (2017)	77
Tabela 22 - Área de Arroz plantado no município de Forquilha, por hectare (2010 - 2018).....	78
Tabela 23 - Área plantada por hectares - Brasil, Santa Catarina e Forquilha (2010 – 2019).....	78
Tabela 24 - Plantações presentes no município de Forquilha e suas características- 2017	79
Tabela 25 - Efetivo dos rebanhos, por cabeça - Brasil, Santa Catarina e Forquilha (2010 – 2019)	80
Tabela 26 - Efetivo de rebanho por cabeças em municípios da Mesorregião de Criciúma (2017).....	81
Tabela 27- Efetivo de rebanho de galináceos, por cabeças - Forquilha (1990 – 2009)	82
Tabela 28 - Total de estabelecimentos inseridos na Agricultura família, e apenas pecuária que são provenientes de crédito ou não no Brasil, Santa Catarina e Forquilha no ano de 2017.....	85
Tabela 29 - Número de hectares por família	101
Tabela 30 - Caracterização da produção avícola das famílias participantes..	104

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Caracterização dos/as participantes por família.....	88
Quadro 2 - Rede de ensino do município de Forquilha (2021)	91
Quadro 3 - Transporte entre bairros Forquilha - Linha Vila Lourdes/ Santa Isabel (2022)	93
Quadro 4 - Composição familiar	95

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de localização do município Forquilha em SC	66
Figura 2 - Bairros e localidades do município de Forquilha/SC	66

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

AMUREL	Associação de Municípios da Região de Laguna
AMESC	Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense
AMREC	Associação dos Municípios da Região Carvoeira
CIDASC	Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina
COONAFOR	Cooperativa de Produção Agroindustrial dos Agricultores Familiares de Forquilha
EPAGRI	Empresa de pesquisa e Extensão Rural de Santa Catarina
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMA/SC	Movimento das Mulheres Agricultoras de Santa Catarina
MMC	Movimento das Mulheres Camponesas
MMTR	Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura
SAF	Secretaria da Agricultura Familiar
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SIF	Serviço de Inspeção Federal

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
2 RURALIDADES E AGRICULTURA FAMILIAR: TECENDO ANÁLISES SOBRE RELAÇÕES DE GÊNERO, DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E FORMAS DE PRODUÇÃO	30
2.1 RURAL E RURALIDADES: CONSIDERAÇÕES SOBRE TERRITÓRIOS, MODOS DE VIDA E DE TRABALHO	30
2.2 AGRICULTURA FAMILIAR: CONCEPÇÕES E ESPECIFICIDADES	35
2.3 AGRICULTURA FAMILIAR, RELAÇÕES DE GÊNERO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO	41
2.4 AGRICULTURA FAMILIAR E GÊNERO: SUCESSÃO, HERANÇA, DIREITO À TERRA E LUTAS POR RECONHECIMENTO	47
3 PRODUÇÃO AVÍCOLA E SISTEMAS INTEGRADOS NA AGRICULTURA FAMILIAR: DO CENÁRIO BRASILEIRO AO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA	55
3.1 AVICULTURA E SISTEMAS INTEGRADOS: CÉNARIO BRASILEIRO DA PRODUÇÃO DE AVES	55
3.2 DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO FORQUILHINHA: PRINCIPAIS DETERMINANTES	65
3.3 CONFIGURAÇÕES DA AVICULTURA E SISTEMAS DE INTEGRAÇÃO NA PRODUÇÃO E ABATE DE AVES NO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC	80
4 FAMÍLIAS PRODUTORAS AVÍCOLAS, PROPRIEDADES RURAIS E O SISTEMA INTEGRADO NO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC	87
4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS/AS PARTICIPANTES, DAS FAMÍLIAS AGRICULTORAS E DAS PROPRIEDADES RURAIS	87
4.2 A AVICULTURA E O SISTEMA INTEGRADO: CONDIÇÕES, PROCESSOS E A PARCERIA	104
5 GÊNERO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NAS RELAÇÕES COTIDIANAS DA PRODUÇÃO AVÍCOLA E DO TRABALHO REPRODUTIVO	118
5.1 PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO FAMILIAR E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO PRODUTIVO	118
5.2 COTIDIANO LABORAL E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO REPRODUTIVO	128

5.3 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO, USOS DO TEMPO E DESIGUALDADES DE GÊNERO.....	137
CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
REFERÊNCIAS	149
APÊNDICES	170
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	171

1 INTRODUÇÃO

A tese que se apresenta tem como tema gênero e a divisão sexual do trabalho, na agricultura familiar, mais especificamente na produção avícola vinculada a sistemas de integração, no município de Forquilha/SC. O interesse pela temática se estabeleceu no meu mestrado, ocasião em que estudei as condições de trabalho de trabalhadoras da indústria de abate e produção de carnes de dois municípios do Sul catarinense (Forquilha e Nova Veneza). A partir da pesquisa, pelas narrativas das entrevistadas, foi possível visualizar o processo de produção e o cotidiano laboral em frigoríficos. Além disso, foram identificados pontos centrais quanto à divisão sexual do trabalho, como a atribuição de atividades e setores de atuação conforme o sexo do/a trabalhador/a, ou seja, dentro da indústria de abate e produção de carnes pesquisadas, as participantes relataram que existiam atividades e setores específicos para homens e mulheres.

Dentre as informações obtidas, por meio dos relatos das mulheres entrevistadas na pesquisa para a dissertação, indiretamente foram levantadas questões ligadas à produção avícola. Pontos como o cuidado com as aves e o tempo de engorda foram observados, já que estes refletiam no trabalho de algumas das mulheres entrevistadas. De forma mais específica, foi relatado que, por conta da necessidade de crescimento acelerado, quando abatidos, os frangos apresentam lesões, o que refletia na indústria e fazia com que as trabalhadoras, principalmente do setor de Serviço de Inspeção Federal –SIF, tivessem maiores dificuldades para executar o trabalho, assim como o peso destes influenciava no manuseio do produto na esteira. Sendo assim, sobre a perspectiva de que, por trás da produção industrial, existia uma grande demanda rural de produção, a intenção foi retornar ao processo que antecede a produção industrial e investigar como se organizava a divisão sexual do trabalho em famílias rurais produtoras de aves. Sabe-se que o trabalho rural é disposto em um contexto diferente do industrial, de fato é válido não só entender como o processo acontecia, mas também como estavam organizadas as atividades em meio ao processo laboral sob uma ótica de gênero e da divisão sexual do trabalho.

Ainda sobre esta dissertação, quando decidi estudar gênero, não tinha nenhum conhecimento sobre temática, pois, sou graduada em administração e sempre trabalhei sobre uma perspectiva empresarial técnica. Ao gênero, articulei as temáticas divisão sexual do trabalho e trabalho. A partir dessas três temáticas, foi

desenvolvida a pesquisa com foco na indústria de abate e produção de carnes. Assim, como na dissertação de mestrado, a tese de doutorado foi um novo desafio, ao delimitar o foco para o rural e a perspectiva da produção avícola, alinhada à temática gênero e divisão sexual do trabalho. Obviamente, a visão anterior obtida com o estudo da produção de abate e produção de carnes favoreceu o processo de construção do conhecimento sobre o tema, contudo não eliminou a nova caminhada que construí para investigar a temática.

Falar de gênero é tratar de desigualdades em todos os ambientes de uma sociedade, de modo que cada um é composto por desigualdades específicas. Isto é, a desigualdade e o preconceito não são estabelecidos de forma igual em todos os espaços e para todas as mulheres. Isso também acontece nas relações de trabalho e, pela divisão sexual do trabalho, é possível identificar desigualdades alocadas pela sociedade para homens e mulheres. Contudo, para cada segmento, prioridades são concedidas e diferenças estabelecidas, em contextos rurais e urbanos, o que pode ser justificado principalmente pela questão cultural.

A localidade escolhida para a realização da pesquisa de mestrado foi microrregião de Criciúma/SC, em que existiam três grandes indústrias de produção e abate de carnes, localizadas em Forquilha, Nova Veneza e Morro Grande. Contudo, no início de 2018, a indústria do Morro Grande foi fechada e a pesquisa abrangeu indústrias de dois municípios. Na ocasião, o estudo nos dois municípios catarinenses foi justificado, principalmente, pelo grande número de trabalhadoras no setor. Já para a tese de doutorado, a pesquisa foi circunscrita ao município de Forquilha, considerando interesse de investigação que abrangerá produtores/as avícolas vinculados a sistemas de integração e distribuídos em diferentes comunidades rurais do referido município.

O município de Forquilha, segundo João Henrique Zanelatto e Paulo Sergio Osório (2015), localizado no Sul de Santa Catarina, foi ocupado no final do século XIX por alemães, italianos, luso-brasileiros, poloneses, russos, japoneses e afrodescendentes. A economia do município, até o final dos anos de 1980, era constituída com base na agricultura. Posteriormente, diante de mudanças políticas e econômicas, novos setores começam a integrar o município, como o comércio e a indústria; deste modo, o sul catarinense começa a deixar de ser uma região estreitamente agrícola, perdendo então a característica colonial. Contudo, vale

respaldar que a região continuou a explorar as atividades vinculadas à agricultura, pecuária e suinocultura (ZANELATTO; OSÓRIO, 2015).

A partir dessas condições, cabe aqui ressaltar o número expressivo de estabelecimentos agropecuários no município, sendo que, do total de 554 estabelecimentos, no ano de 2017, conforme dados do IBGE (2017), 376 produziam galináceos - galinhas, galos, frangos, frangas e pintos - que juntos somavam em média um 748.387 cabeças no período vigente coleta de dados. Os dados não se referiam apenas as cabeças destinadas a abate, mas incluem a produção de ovos (IBGE, 2017). Em grande medida, a demanda advinda das indústrias pode justificar o número de estabelecimentos produtores de galináceos.

No Brasil, segundo Sergio Zen et al. (2014), a avicultura iniciou por produções familiares, principalmente, a partir da produção de galinhas da linhagem “caipira”. A produção de aves, que fazia parte da subsistência familiar, acabou por se tornar comercial. O desenvolvimento da avicultura se efetivou na década de 1970, com a entrada no país de empresas de abate e produção de frango, trazendo transformações tecnológicas e técnicas de produção intensivas que auxiliaram no avanço da atividade no país (ZEN et al., 2014).

No mesmo período, conforme os mesmos autores, junto com a explosão da produção avícola, no estado de Santa Catarina, estabelecia-se o sistema de integração vertical na avicultura, criando uma “parceria”¹ entre indústria e produtores. O modelo se estabeleceu mediante o apoio da indústria para com o produtor avicultor e fornecimento dos principais insumos para atividade, tais como: ração, medicamentos, assistência técnica e reposição de lotes de galinhas pintainhos. Assim, a produção, quando considerada para o abate, é repassada para a indústria garantindo a remuneração para o avicultor. O novo sistema, intenso e verticalizado, contribuiu fortemente para o desenvolvimento da avicultura nacional (ZEN et al., 2014).

Conforme a União Brasileira de Avicultura (UBABEF), o sistema de integração faz com que a avicultura se incorpore na economia capitalista. No ano de

¹ A “parceria” é nomenclatura utilizada para se referir o processo de integração que envolve produtores/as e indústria. Entretanto, uma parceria dentro do seu real contexto acontece a partir de trocas igualitárias entre as partes, o que de fato não é possível afirmar no processo de integração da avicultura. Isso se confirma nas análises desta pesquisa e também por outros estudos com foco nessa temática apresentados ao longo do texto.

2011, mais de 90% da produção avícola brasileira seguia o sistema de integração. O programa mostrou prosperidade de sua aplicabilidade, visto que com o passar dos anos os números de produção e exportação só aumentaram (UBABEF, 2011).

Claudia Mazzei Nogueira e Edivane de Jesus (2013) observaram que a avicultura é um setor que vivenciou um grande processo de reestruturação produtiva e que contribuiu fortemente para o crescimento das indústrias, conseqüentemente, do capital. A atividade se baseia na utilização de força de trabalho familiar, principalmente, de pequenas propriedades. O pequeno produtor passa a ter que acompanhar o avanço tecnológico exigido pela indústria, que precisa manter um padrão de aceite de produto para que as exportações aconteçam (NOGUEIRA; JESUS, 2013).

O modelo de integração abdica a indústria de espaços para a criação e produção da matéria prima, mas cria um monopólio de exploração e controle sobre os trabalhadores familiares, que precisam estar associados a indústria e de acordo com os níveis de exigência de produção ditado por eles (NOGUEIRA; JESUS, 2013). O avanço do capital no espaço rural não eliminou as formas de produção camponesa, mas trouxe alterações que fizeram os camponeses se adaptarem as necessidades e emergências atuais, conforme Flamarion Alves, Michele Linder e Suelen de Rodrigues (2008).

O produtor precisa ter em sua propriedade as instalações necessárias, tais como a construção de aviários dentro das normas exigidas pela agroindústria, bem como assumir as compras de equipamentos para o manejo das aves. Esses custos, muitas vezes, são vinculados a financiamentos bancários, ou, até mesmo, a financiamentos oferecidos pela própria empresa integrada (NOGUEIRA; JESUS, 2013).

A “parceria”, como descrevem Nogueira e Jesus (2013), entre integrado e integrador, é resguardada pela subordinação e dependência, gerando precarização do trabalho rural. Os trabalhadores/as da avicultura são submetidos a jornada extensas de trabalho, sem tempo para as relações familiares e convívio social. Esse excesso de trabalho, sobrecarrega os trabalhadores/as fazendo com que esses obtenham problemas de saúde, tanto físicos como mentais (NOGUEIRA; JESUS, 2013). As transformações, que ocorrem na agricultura diante da integração, deixam o agricultor mais vulnerável e dependente do capital (ALVES; LINDNER; RODRIGUES, 2008).

A modernização e todos os processos de mudanças intrínsecos a ela, de fato, afetam a forma de produzir e a vida social dos agricultores. Em muitos casos, podem exigir mudanças significativas na lógica familiar de organização e realização do trabalho, na medida em que requer a utilização de equipamento altamente tecnológicos, “profissionalização”, por meio de cursos e conhecimento de novas técnicas, novas formas de organização de tarefas cotidianas e horários de trabalho, logística do trabalho diário, sem finais de semana ou mesmo férias, entre outras.

Mesmo integrada ao mercado e respondendo as suas exigências, conforme Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2003), o fato não exclui o pertencimento do agricultor como produtor familiar e tem como consequências o reconhecimento de que a lógica familiar, cuja origem está na tradição camponesa, não é abolida; ao contrário, permanece inspirando e orientado em proporções e sobre formas distintas as novas decisões que o agricultor deve tomar nos novos contextos (WANDERLEY, 2003). No Brasil, existe uma lei específica, a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que “estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.” (BRASIL, 2006).

A relação entre agricultura versus indústria acaba envolvendo o camponês no sistema capitalista, onde deixa de produzir para sua subsistência e passa a produzir para o mercado, ficando dependente de condições impostas pela indústria, sendo colocado como coadjuvante de sua própria produção, pois a exigência imposta pela alta tecnologia o suga em grande parte, tornando o produtor refém e vulnerável ao capital (ALVES; LINDNER; RODRIGUES, 2008). Essa associação consiste na perspectiva do modo de produção de agricultores integrados. Os produtores precisam sempre atender a demandas da indústria, que, por questões de determinados padrões de qualidade, precisa atender as exigências do mercado. Contudo, essa situação coloca o produtor em uma condição desfavorável, em que atende a demandas impostas ou fica sem produção.

Dentre os pontos já articulados acima, identifica-se um processo de adaptação do agricultor familiar para com a nova demanda da sociedade, em que seu modo de vida se altera conforme o passar do tempo e as necessidades da sociedade. Além das questões socialmente impostas, as famílias agricultoras precisam se adaptar as respostas da natureza. Neste sentido, a pluriatividade pode ser uma contribuir para a reprodução da agricultura familiar. Conforme Wanderley (2003), a pluriatividade, na agricultura familiar, é uma estratégia adotada para assegurar a

reprodução e permanência dos componentes da família no campo. A pluriatividade incide em diversas formas de trabalho, no campo ou fora dele (WANDERLEY, 2003). Ou seja, as propriedades rurais já não vivem exclusivamente da produção agrícola e a renda da família, também, pode ser constituída por atividades realizadas em contextos urbanos, por exemplo (ALVES; LINDNER; RODRIGUES, 2008).

Na articulação da temática com os estudos de gênero, Anita Brumer (2004) afirma que no caso do trabalho realizado em contextos rurais e da agricultura, um dos motivos que pode explicar a divisão sexual do trabalho é a sociedade paternalista, machista, em que o homem é considerado o responsável por toda família (BRUMER, 2004). Para Maria Ignez Paulilo (2004), a desvalorização das múltiplas tarefas femininas é reflexo da desvalorização que perpassa toda sociedade e suas principais instituições, inclusive a família. A partir dessa desvalorização se atribui ao trabalho feminino a concepção de “trabalho invisível” (PAULILO, 2004).

Frente à necessidade de subsistência, entre outras, as famílias constroem suas relações sociais. Para a pesquisa em construção, é fundamental considerar que as relações são constituídas a partir de crenças culturais que atribuem posições específicas para homens e mulheres em contextos de trabalho, evidenciando a divisão sexual do trabalho. De acordo com Helena Hirata e Daniele Kergoat (2007), a divisão sexual do trabalho tem como principal característica a atribuição do trabalho produtivo – trabalho realizado fora de casa, com pagamento monetário e de maior importância social/econômica - a homens e o reprodutivo – trabalho doméstico, não monetário e de menor importância- a mulheres. Essa separação cria uma hierarquização do trabalho masculino sobre o feminino, legitimado por todas as sociedades como algo natural (HIRATA; KERGOAT, 2017).

No rural, para Paulilo (2004), o trabalho comumente é classificado entre “trabalho leve” e “trabalho pesado”, respectivamente, destinado a mulher e ao homem. A classificação acaba perdendo conjuntura quando a execução do trabalho não se relaciona ao esforço físico, mas sim ao sexo de quem executa. Qualquer trabalho atribuído a mulher é considerado leve, por mais exaustivo, desgastante ou prejudicial à saúde que possa ser. Esse fato se repete quanto à divisão entre o trabalho produtivo e o trabalho doméstico. É doméstico o que é atribuído a mulher. Se ela vai para roça com o marido, é trabalho produtivo, mesmo que o que foi colhido seja para própria família comer. Se cuida da horta e das galinhas sozinha, é trabalho doméstico, mesmo quando vende os ovos (PAULILO, 2004).

Diante do exposto, no âmbito da constituição do trabalho das famílias agricultoras sobre a produção avícola, pode-se indagar a razão pela qual este estudo propõe trazer o trabalho e a divisão sexual do trabalho para o foco da investigação. Como visto, os índices anteriormente apresentados demonstraram número significativo de famílias produtoras avícolas no município de Forquilha. Além deste, outras razões trazem pertinência para esta pesquisa, tais como: a forte atuação da agroindústria por intermédio das indústrias que demandaram a produção avícola pelas famílias rurais; a exploração das integradoras para com os agricultores; a divisão sexual do trabalho e a desigualdade de gênero construídas em espaços rurais laborais.

Em relação à escolha do município, como território de estudo para esta tese, como já descrito, decorre do fato que realizei uma pesquisa em Forquilha, por meio do qual, identifiquei uma economia baseada fortemente na agricultura, que tem o arroz como sua principal produção, mas, também, outras atividades agropecuárias e relacionadas a demais setores econômicos de abrangência mais ampla.

No município, estava instalada uma grande indústria de abate e produção de carnes, considerada a principal da microrregião de Criciúma, que exporta seus produtos e demanda produção da agricultura familiar local e da região. Sendo assim, a produção não se restringe ao município, mas envolve a agricultura familiar, já que existe uma demanda para a produção, assim como para indústria a logística se torna mais acessível. A participação da agricultura local, como destacada anteriormente, pode ser observada pelo número expressivo de estabelecimentos que trabalhavam com a produção de galináceos, representado por 379 do total de 554 estabelecimentos, aproximadamente 70% das propriedades (IBGE, 2017). Além disso, a possibilidade de dar foco e consistência a pesquisa, por meio de uma maior abrangência de estabelecimentos produtores de Forquilha².

Tendo em vista a contextualização temática apresentada, para o presente estudo, propõe-se a seguinte questão norteadora de pesquisa: Como se constituem as relações de gênero e a divisão sexual do trabalho em produções avícolas vinculadas a sistemas de integração no município de Forquilha/SC? Como objetivo geral, pretende-se analisar como se constituem relações de gênero e a divisão sexual

² Forquilha é a cidade onde nasceu Zilda Arns fundadora da Pastoral da Criança, que contribuiu de forma significativa, desde 1983, para a promoção da saúde de gestantes e crianças.

do trabalho em produções avícolas vinculadas a sistemas de integração no município de Forquilha/SC.

Em consonância com a pesquisa pretendida, foram definidos os seguintes objetivos específicos: (a) Elaborar uma reflexão acerca da constituição histórica da agricultura familiar e do trabalho rural no Brasil, com ênfase nos campos dos estudos de gênero e de divisão sexual do trabalho; (b) Construir subsídios para a análise da produção avícola no Brasil, no âmbito dos sistemas integrados de produção, bem como descrever a organização do setor e a representatividade da referida produção no município de Forquilha/SC; (c) Descrever aspectos históricos, culturais e indicadores socioeconômicos do município de Forquilha, principais determinantes do desenvolvimento rural e agricultura familiar; (d) Apresentar o perfil socioeconômico, trajetória laborais e processos de organização do trabalho familiar; (e) Analisar o cotidiano laboral familiar na produção avícola, com foco em aspectos socioeconômicos, na divisão sexual do trabalho e nas relações de gênero.

Como parte de um levantamento bibliográfico prévio, com o intuito de verificar a existência de dissertações e teses sobre divisão sexual do trabalho e gênero, no âmbito das relações familiares de agricultores/as produtores/as avícolas, foi realizada uma primeira busca no dia 06 de maio de 2019 na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)³. As buscas foram atualizadas no dia 04 de maio de 2022 para identificar a existência de novos trabalhos desenvolvidos no decorrer do desenvolvimento da pesquisa. Nas duas ocasiões, as filtragens foram feitas a partir do cruzamento das seguintes palavras-chave: aviário; avicultura; alojamento de frangos; sistema de integração; gênero; divisão sexual do trabalho e agricultura familiar. As articulações que resultaram em estudos condizentes com a presente proposta foram agricultura familiar + divisão sexual do trabalho e sistema de integração de aves.

Na junção agricultura familiar e divisão sexual do trabalho, na primeira busca, realizada em maio de 2019, foram localizados 23 trabalhos, dos quais seis tratam de temáticas da presente pesquisa. Com a atualização realizada em maio de 2022, foram encontrados 27 estudos e, destes, 15 - somados os trabalhos encontrados em 2019 na atual busca - da perspectiva do gênero ou da divisão sexual do trabalho no contexto da agricultura familiar, contudo, não relacionadas aos aviários:

³ Disponível em: <<http://bdtd.ibict.br/vufind/>>.

Renata Piecha (2020); Clair Odete Schneider (2020); Analine Almeida Spech (2019); Juliana Dias Moreira Furtado (2018); Vandrezza Vigarani Dorregão (2018); Thaís Lopes Barbosa (2017); Diocélia Antônia Soares do Nascimento (2017); Tatielle Belem Langbecker (2016); Gabirela Bernardes Silva (2016); Aline Motter Schmitz, (2014); Ana Alves Barbosa Neta (2013); Lívia Aparecida Pires de Mesquita (2013); Valéria Batista Francelino da Silva Adiliane (2011); Claudia de Jesus Maia (2000); Alessandra Bueno de Grandi (1999).

A busca realizada em 2019, a partir das palavras “sistema de integração de aves”, localizou 44 estudos, sendo que seis perpassam pela temática da tese que se apresenta. Na atualização da busca em 2022, foram localizados 53 estudos, mas as pesquisas acrescentadas não tinham relação com a temática pesquisada, mantendo-se, então, os seis estudos já identificados na busca de 2019. Os seis trazem conteúdos sobre a integração do produtor com a indústria e, também, sobre a agricultura familiar na produção de aves: Edivane de Jesus (2010); Bibiana Melo Ramborger (2018); Noeli Pertile (2001); Max Bilck (2003); Loiva Marli Flach (2010); Luís Carlos Braga (2015).

A partir das palavras avicultura e gênero, na busca de 2019, foram localizados um total de 41, foi possível identificar o estudo de Rosane Toebe Zen (2009), que trata do processo de trabalho de produtores avícolas parceiros de uma indústria de produção de carnes. Na atualização da busca, em 2022 o resultado se manteve igual ao de 2019.

Por meio das palavras-chave avicultura e agricultura familiar, foram encontrados 43 estudos, mas apenas um é condizente com questões da pesquisa discute a construção de território e reprodução social na agricultura familiar: Ezio Izaias da Silva (2013). Os resultados se mantiveram nas buscas realizadas em 2019 e em 2022.

Com o objetivo de intensificar a busca por estudos sobre a temática, foi realizada uma pesquisa no portal de periódicos da CAPES, no dia 20 de agosto de 2020, com as mesmas palavras utilizadas no Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. A busca foi configurada como avançada e delimitada apenas para encontrar artigos – as junções foram efetivadas com até duas palavras. Foram encontrados dois artigos relacionados. Um deles, obtido por meio da junção das palavras agricultura familiar e divisão sexual do trabalho – do total de 51 artigos-, que discutia a divisão sexual do trabalho na produção de soja no município do Brejo em Maranhão, de autoria de Nilma Angélica dos Santos (2016); outro, identificado pela

junção das palavras avicultura e divisão sexual do trabalho, do total de quatro encontrados, trata da produção avícola familiar e o processo de integração, de autoria de Claudia Mazzei Nogueira e Edivane de Jesus (2013).

Na atualização da busca no periódico da CAPES realizada no dia 11 de maio de 2022, com delimitação para os dois últimos dois anos – a busca foi configurada como avançada, delimitada apenas para encontrar artigos e efetivadas com a junção das palavras agricultura familiar e divisão sexual do trabalho. O processo de busca resultou na identificação de quatro artigos: Letícia Almeida Araujo; Tamyris Maria Moreira da Costa; Thais de Cássia Silva Lemos (2020); Ana Rute do Vale; Jéssica Danielle Ferreira do Amaral; Glaucione Raimundo do Vale (2020); Rita de Cássia Maciazeki-Gomes; Maria Juracy Filgueiras Toneli; Maria da Conceição de Oliveira Carvalho Nogueira; Giovana Ilka Jacinto Salvaro (2021); Albina Graciéla Aguilár Meus; Luciana Zago Ethur (2021).

Para a obtenção de dados, foi realizada as pesquisas documental e de campo. De acordo com Arilda Schmidt Godoy (1995), três aspectos devem ser considerados ao realizar uma investigação documental, tais como a escolha, acesso e análise de documentos. “[...] A pesquisa documental representa uma forma que pode se revestir de um caráter inovador, trazendo contribuições importantes no estudo de alguns temas. Além disso, os documentos normalmente são considerados importantes fontes de dados para outros tipos de estudos qualitativos[...].” (GODOY, 1995, p.21)

Na pesquisa de campo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com familiares que participam de atividades avicultura – que tiverem o interesse em participar- visando levar em consideração o ponto de vista de cada sujeito, para com o cotidiano da família dentro do modo de produção estudado. As entrevistas foram gravadas em áudio, com autorização dos/as entrevistados/as, e transcritas na íntegra. Para Tereza Maria Frota Haguete (2007), a entrevista visa obter informações por parte meio de um processo de interação entre pesquisador e entrevistado, que acaba por gerar trocas.

Para identificação e possível seleção dos/as participantes da pesquisa, foi realizado contato com um produtor avícola do município – por meio de um conhecido da pesquisadora. A partir deste primeiro contato, visto o interesse deste em participar da pesquisa, foi solicitado o contato de outros produtores/as que trabalham com a referida produção no município de Forquilha e assim foi possível formar uma rede

por acessibilidade para a realização da pesquisa. Neste sentido, a amostra foi formada por acessibilidade e o número de participantes definido pelo critério de saturação das informações. “A saturação designa o momento em que o acréscimo de dados e informações em uma pesquisa não altera a compreensão do fenômeno estudado.” (THIRY-CHERQUES, 2009, p.21).

Como procedimento de análise das informações, foi utilizada a análise de conteúdo, conforme orientação de Laurance Bardin (1995). Esse modelo de análise se organiza a partir de três etapas: 1) a pré-análise é caracterizada pela organização do trabalho, em que são escolhidos as informações que irão ser utilizadas, elaboradas hipóteses e indicadores que podem auxiliar no resultado final; 2) a exploração do material, que consiste na revisão das atividades realizadas na fase anterior da pré-análise, de modo geral, trata-se da administração por meio do controle das decisões tomadas; 3) o tratamento dos resultados se refere ao tratamento dos resultados obtidos e à interpretação, visando sua significação e validade (BARDIN, 1995). O esforço do analista é, então, duplo: “entender o sentido da comunicação, como se fosse o receptor normal e, principalmente, desviar o olhar, buscando outra significação, outra mensagem, passível de se enxergar por meio ou ao lado da primeira.” (GODOY, 1995, p.43).

Considerando a especificidade das técnicas empregadas, a abordagem analítica qualitativa possibilitou que a pesquisa não fosse rigidamente estruturada, permitindo que a imaginação e a criatividade levassem a pesquisadora a explorar novos enfoques (GODOY, 1995). Os fenômenos analisados devem ser compreendidos sob uma perspectiva integrada. Ao buscar as informações em campo, é necessário que o/a pesquisador/a considere as pessoas envolvidas nesse processo, levando em conta todos os pontos de vista (GODOY, 1995).

Cabe esclarecer que esta pesquisa foi realizada em período pandêmico da COVID-19 – 2019-2023. As entrevistas foram realizadas entre os meses de setembro e de novembro de 2021, no final do período de isolamento social, mas ainda seguindo protocolo de distanciamento e utilização de máscaras, conforme orientações pela Organização Mundial da Saúde – OMS. O primeiro contato com os/as avicultores aconteceu por meio de WhatsApp. Inicialmente, a pesquisadora se apresentava, explicava detalhamentos da pesquisa e perguntava sobre o interesse em participar. No total, foram contatados 12 avicultores, seis aceitaram participar da pesquisa, quatro não aceitaram, um havia fechado o aviário há alguns meses e outro era

produtor cadastrado em outro município. Vale ressaltar que em cada visita era solicitado o contato de algum produtor/a conhecido pelo/a participante, sendo assim, o primeiro contato com todos/as não foi realizado de forma simultânea.

A partir do aceite e conforme a disponibilidade, as entrevistas foram agendadas. Do total de seis, cinco ocorreram nas casas das famílias, que ficavam próxima aos aviários, e uma, foi realizada no espaço de trabalho, ao lado do aviário. Ao entrar em contato com o produtor, já mencionava a possibilidade de realizar a entrevista com uma mulher da família também. Foram entrevistados cônjuges de seis famílias, totalizando seis homens e cinco mulheres. As entrevistas duraram a média de 40 minutos e foram gravadas com a autorização dos/as participantes.

A dinâmica consistia em entrevistar cada um/a separadamente, mas em decorrência de condicionantes do momento de entrevista, não foi possível em todas as situações. Seis entrevistas foram realizadas separadamente e cinco o/a companheiro/a estava presente. Em dois casos, o casal ficou junto nas duas entrevistas. Em um dos casos, o participante foi entrevistado sozinho, mas, acompanhou a entrevista da participante. Uma das entrevistas, realizada com uma das participantes, foi interrompida com a chegada de um dos filhos, que se manteve no espaço por alguns minutos. No capítulo 4, será apresentada uma caracterização mais detalhada dos/as participantes da pesquisa, das famílias e das propriedades rurais.

Além da presente introdução e das considerações finais, a tese se estrutura em quatro capítulos, divididos em subcapítulos. No capítulo dois, trago reflexões teóricas com base nas três principais categorias de análise desta pesquisa: gênero, divisão sexual do trabalho e agricultura familiar. O capítulo três tem como foco a avicultura e o município de Forquilha, envolvendo um levantamento de dados sobre este modelo de produção no âmbito nacional e municipal, com relação à estrutura social e econômica do município, tendo em vista a importância de conhecer com abrangência o local da pesquisa. O capítulo quatro apresenta uma caracterização dos/as participantes da pesquisa, o processo e o cotidiano laboral com relação à avicultura. O capítulo cinco tem como foco as análises de gênero e da divisão sexual do trabalho nas perspectivas do trabalho produtivo, reprodutivo e dos usos do tempo.

2 RURALIDADES E AGRICULTURA FAMILIAR: TECENDO ANÁLISES SOBRE RELAÇÕES DE GÊNERO, DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E FORMAS DE PRODUÇÃO

Diante da contextualização e da problematização temática apresentada, como parte dos objetivos propostos para a pesquisa, o presente capítulo busca articular as categorias teóricas centrais utilizadas no estudo sobre o tema. Inicialmente, aborda a temática ruralidades, apresenta considerações sobre os territórios, modos de vida e trabalho; posteriormente, discute as temáticas agricultura familiar, relações gênero e divisão sexual no trabalho.

2.1 RURAL E RURALIDADES: CONSIDERAÇÕES SOBRE TERRITÓRIOS, MODOS DE VIDA E DE TRABALHO

O rural é historicamente mutável, transforma-se constantemente quanto ao território e suas relações (WANDERLEY, 2001a). Karina Furini da Ponte (2004) afirma que é constituído diante de diferentes realidades, respeitando as dinâmicas dos contextos que são heterogêneos e se configuram conforme cada território (PONTE, 2004). A concepção de rural deve ser pensada integrada a sociedade brasileira e ao contexto das relações internacionais dentro de suas particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas (WANDERLEY, 2001).

Conforme Wanderley (2001), o rural pode ser entendido diante de duas lentes: a primeira, quanto a um espaço físico; e a segunda como um lugar de vida. Como espaço físico, constitui-se, principalmente, diante da ocupação de território e formas de dominação social com base na utilização dos recursos naturais, como a água, a preservação e uso social das paisagens –naturais ou constituídas- e nas relações entre campo e cidade. O rural como lugar de vida, seria um local onde se vive como forma de identidade de um povo (WANDERLEY, 2001). O rural, conforme Maria José Carneiro (2008, p.09), “é uma categoria de pensamento que classifica e organiza o mundo social orientando suas ações”.

A ruralidade pode ser correlacionada a um processo em constante mudança, pois a cultura local, valores, hábitos e técnicas estão sempre se alterando. Partindo da reapropriação dos elementos culturais locais e da apropriação da cultura urbana, criando situações que contribuem para alimentar a sociabilidade e reforçar os

laços da localidade (CARNEIRO, 2008). De acordo com Carneiro (2008), as experiências resultantes desse processo provêm da diversidade cultural e social, alimentada por trocas que enriquecem os bens, culturais e simbólicos, ampliando a rede de relações sociais. As trocas, mesmo que, muitas vezes em territórios de tensão, promovem enriquecimento do tecido social das localidades, sem descaracterizar a identidade da cultura local. “Ao contrário, a diversidade pode atuar no sentido de consolidar as identidades dos grupos ao possibilitar uma consciência de si na relação com o outro, o que pode contribuir igualmente para a definição de uma identidade urbana no interior de uma localidade tida como rural e vice e versa.” (CARNEIRO, 2008, p.33).

Este seria um processo de reestruturação dos sistemas sociais, por meio da inserção de novos elementos, culturais, econômicos e sociais (CARNEIRO, 2008). Para Renato do Carmo (2009, p.263): “Neste sentido, nem é o moderno que invade e coloniza os espaços rurais, nem é a tradição que se apropria, à sua maneira, dos fenômenos urbanos. Existe uma inter-relação constante que depende dos contextos sociais.” (CARMO, 2009, p.263).

Como visto, quando se contextualiza o rural em contrapartida vem o urbano, o que gera uma dualidade de classificação para distinguir determinadas localizações. Essa classificação reflete, também, sobre outra dualidade, a de cultura *versus* natureza. Maria José Carneiro (2008) reflete sobre a ideia de *continuum*, que problematiza o “mais rural”, como uma proximidade maior ao “natural”, e “mais urbano” como local mais “artificializado”, mantendo a oposição entre natureza e cultura. Neste sentido, a autora apoia a ideia de continuidade do rural, onde a oposição e descontinuidade não se aplicam ao rural e ao urbano (CARNEIRO, 2008). O natural da urbanização do campo se constitui frente a concepção de que os espaços, rurais e urbanos, tendem a se assemelhar e se relacionar, considerando a concepção de continuidade e não ruptura (WANDERLEY, 2001a).

O local é encontro dos dois mundos, rural e urbano. Essa equação consiste no processo de valorização do potencial econômico, social e cultural de um local, que gera o desenvolvimento local, que se contrapõe ao fim rural (WANDERLEY, 2001). Características rurais podem contribuir para diferenciação entre o território urbano e rural, que são: baixa densidade populacional; pequena parte da população com trabalho assalariado no conjunto das atividades rurais; a hegemonia de pequenas empresas; predominância de habitar individual e; a relevância da paisagem

(WANDERLEY, 2001a). “O meio rural não é mais um espaço isolado do meio urbano: ao contrário, cada vez mais ele se insere, de modo diferenciado, sem dúvida, na sociedade moderna e incorpora suas mais profundas influências.” (WANDERLEY, 2001a, p.109).

As particularidades do rural e urbano não são anuladas, muito pelo contrário, convergem no espaço local através de interações e cooperação, assim como por confrontos e interesses específicos de cada um. O resultado dessa aproximação é a reestabelecer e viabilizar as particularidades (WANDERLEY, 2001a, p.109). Vale contemplar que o reconhecimento do rural se altera conforme a localidade, porque existem forma diferentes tipos de ocupação territorial. Em muitos dos casos, o rural se caracteriza pelos que ali habitam e, também, frente as instituições públicas e privadas ligadas a vida local - igreja, cooperativas, escolas, postos de saúde, entre outros (WANDERLEY, 2001a).

Na concepção de Wanderley (2001), as visões da sociedade se alteraram com relação ao rural, recriando novos olhares para os espaços. Antes, visto como um local de problema - miséria, isolamento e entre outros - surgem apontamentos que o espaço seria um lugar de soluções, e não de problemas. Como uma suposição positiva e crescente, a situação recria alternativas com relação ao emprego reivindicadas para a melhoria da qualidade de vida, do contato com a natureza, o turismo rural, ou o viver no campo e o aprofundamento das relações pessoas, tidas como uma questão primordial para os que habitam ali (WANDERLEY, 2001).

A paridade entre as sociedades modernas e as sociedades rurais está longe de ser alcançada. Parte do rural corresponde, comumente as áreas mais precárias do território nacional, que ainda se diferem do urbano com relação as condições vulneráveis no que se refere ao acesso da população aos bens e serviços, materiais sociais e culturais. Esta fragilidade associada também pode ser percebida como consequência da distribuição desigual no espaço da riqueza de uma sociedade (WANDERLEY, 2001a).

A agricultura desempenha um papel importante no desenvolvimento dos países. Com passar dos anos demonstrou sua grande capacidade de se adaptar as exigências de modernização impostas condições para atender os mercados. Contudo, nos anos de 1980, o modelo produtivista gerou paralelamente ao sucesso, suas próprias crises. A crise do modelo produtivista da agricultura pode ser justificada pela alta produtividade que acabou se concentrando em áreas mais favoráveis às trocas

comerciais; a redução de força de trabalho nas atividades agrícolas; excesso do uso de insumos químicos causando um sério desgaste de recursos naturais (WANDERLEY, 2001a).

No Brasil, frente a mudanças recorrentes, estabelece-se a premissa de um “novo rural”, onde se constitui uma ruptura da representação do mundo rural com referência a atividades não agrícolas que desencadeiam novos tipos de ocupações, estimuladas pela exploração do turismo rural, recriando a pluriatividade do campo como novas formas de ocupações, principalmente para filhos/as dos agricultores/as (CARNEIRO, 2008). A pluriatividade é uma estratégia das familiar para a permanência no campo (WANDERLEY, 2001).

Conforme Sergio Schneider (2010), o “novo rural” pode ser classificado diante de três grupos de atividades: uma agropecuária moderna ligada as agroindústrias; atividades não agrícolas, associadas a moradia, lazer e a várias atividades industriais de prestação de serviços; e novas atividades agropecuárias estimuladas por novos nichos de mercado. “Mesmo quando os agricultores são economicamente fragilizados e socialmente minoritários em determinados espaços locais, a atividade agrícola permanece, real e simbolicamente, um dos eixos definidores do espaço rural” (WANDERLEY, 2001a, p.120).

As alterações econômicas afetam a forma de produzir do campesinato tradicional principalmente pela modernização do processo de produção na agricultura, uma maior integração com mercados, sobretudo mercados não locais. O desenvolvimento industrial nos espaços urbanos reiterou a estreita identificação entre atividade agrícola e meio rural. A migração do rural para o urbano se intensifica diante do processo de modernização alterando os sistemas de comercialização e produção configurando a dominação financeira, administrativa e cultural das cidades sobre o rural, antes não existente (WANDERLEY, 2001a). Contudo, para Jan Douwe Vander Ploeg (2006), a modernização não fez com que o camponês desaparecesse, principalmente, porque muitas das “ações” da agricultura camponesa ainda estão presentes, mesmo com as alterações do sistema no meio rural (PLOEG, 2006).

Na medida em que o processo tecnológico avança sob o capitalismo, torna-se evidente a queda da população economicamente ativa com relação às atividades agrícolas (SCHNEIDER, 2010). No Brasil, os três últimos censos agropecuários registraram queda no número de pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários, 1985 o número de trabalhadores ocupados era de 23.394.919,

havendo uma queda de um pouco mais de 5 milhões em 1995, chegando em 2006 com 16.568.205 (IBGE, 2006). Já no último Censo de 2017, a queda, quando comparado a 2006, foi de 8,8% (IBGE, 2017). Neste sentido, como forma de auxiliar na solução do problema agrário poderia se dar na geração de empregos não agrários, como já mencionados acima, ou então quando isto não é possível, acionar políticas sociais compensatórias (SCHNEIDER, 2010).

A participação de membros da família no mercado de trabalho, como assalariados, pode refletir na queda da produção da unidade, mas, também, contribuir para garantir a sua subsistência. Essa ação pode ser tomada como forma de equilíbrio. A partir desta concepção, as decisões com base no trabalho são separadas das decisões de consumo, ou seja, a unidade camponesa deixa de se reproduzir, exclusivamente, para produção e consumo (ABRAMOVAY, 1992).

Dentro desse novo contexto, a importância e o significado do agricultor no meio rural parte de duas ordens de fatores: a capacidade de adquirir as competências exigidas pela atividade agrícola e; a capacidade de ocupar espaços não agrícolas que se expandem no meio rural. Estes fatores demandam a reconstrução do agricultor para uma nova identidade profissional (WANDERLEY, 2001a).

As relações de trabalho dos agricultores são caracterizadas pela diversidade de situações referente as estratégias adotadas pela crescente inserção do mercado agrícola em mercados competitivos, que exige cada vez mais que os agricultores se tornem polivalentes e pluriativos, portanto capazes de ir para além da produção agrícola (WANDERLEY, 2001a). “Nas condições modernas da produção e do mercado são necessários ao agricultor conhecimentos culturais, pedológicos, veterinários, genéticos, administrativos, comerciais mecânicos e até mesmo de informática.” (WANDERLEY, 2001a, p.122).

A pluriatividade, conforme Schneider (2003), refere-se à alocação de força de trabalho dedicada ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente, ligadas a agricultura ou ao cultivo de terra, mantendo a moradia no campo, a ligação com a agricultura e a vida no espaço rural. Esse tipo de prática pode partir de uma decisão individual, ou então da própria família. (SCHNEIDER, 2003).

Nas famílias rurais da microrregião de Pinhalzinho/SC, a pluriatividade aparece como estratégia de reprodução social, assim como aponta a pesquisa de Lenoir Heisler, Arlene Anélia Renk e Irme Salete Bonamigo (2018). Questões sobre

educação formal, previdência social, constituição de agroindústrias familiares, abertura de mercados institucionais, produção alternativa e a entrada no sistema de integração agroindustrial também representam fatores de mudança dentro do convívio social dessas famílias (HEISLER; RENK; BONAMIGO, 2018).

No entanto, a pluriatividade pode não se apresentar como uma estratégia de reprodução social para todas as famílias e unidades produtivas. “Para algumas, adotar estratégias de junção de atividades agrícolas com não agrícolas é uma alternativa de reprodução social. Para outras, desenvolver somente atividades agrícolas pode ser uma opção e escolha do grupo familiar.” (FIGUEIRO; RENK, 2019, p.73).

Para enfrentar o presente, frente a tantas novas exigências e preparar o futuro, o “agricultor camponês” recorre ao passado, que lhe permite construir um saber tradicional, transmissível aos filhos e justificativa para decisões referentes a alocação de recursos, especialmente do trabalho familiar, bem como a maneira como deverá diferir no tempo, o consumo da família. O campesinato tem, pois, uma cultura própria, que se refere a uma tradição, inspiradora, entre outras das regras de parentesco, de herança e das formas de vida local (WANDERLEY, 2009).

2.2 AGRICULTURA FAMILIAR: CONCEPÇÕES E ESPECIFICIDADES

A agricultura familiar é representada por famílias que, ao mesmo tempo que são donas dos seus meios de produção, assumem o trabalho do seu estabelecimento. Sendo o caráter familiar uma importante característica deste modelo de agricultura, pois a associação entre família, terra, trabalho e produção tem forte influência sobre suas ações, tanto econômicas, como sociais (WANDERLEY, 2009). Esse modelo de agricultura familiar assume características não capitalistas e é uma atividade muito importante para a economia. Em decorrência da sua própria concepção de rentabilidade, a unidade camponesa parte da perspectiva de produção e trabalho, para suprir suas próprias necessidades (CHAYANOV, 1966).

Segundo Schneider (2003), a agricultura familiar pode ser definida com base na identificação de alguns elementos, tais como: a forma de uso do trabalho, pela predominância na utilização da força de trabalho de membros da família, contudo podem ser contratados outros trabalhadores para atividades temporárias; os

obstáculos correlacionados a natureza, sendo uma atividade ainda muito dependente de fatores como o clima, solo, ou equilíbrio do ecossistema e; a capacidade de adaptação e interação da categoria diante do sistema social e econômico dominante.

É importante considerar que de fato um dos elementos centrais que rege a estabilidade dos aspectos acima mencionados é a própria natureza familiar das unidades, contida nas relações de parentesco e herança. É no doméstico, a partir da convivência familiar que se torna possível explicar a persistência e a sobrevivência de certas unidades, assim como o desaparecimento e degradação de outras (SCHNEIDER, 2003).

Na perspectiva teórica que foi apresentada por Chayanov (1966), no que diz respeito aos sistemas econômicos não capitalistas, os meios de produção e a força de trabalho, o agricultor cultiva o solo e tem como retorno, em um determinado tempo, uma quantidade de produtos. Os produtos são trocados no mercado por um valor monetário, formando o valor bruto da produção de sua unidade econômica. Do total bruto, é descontado o valor das despesas necessárias durante ao longo do período para a produção. O produto produzido pelo trabalho familiar é a única renda possível para o camponês ou unidade familiar. A não existência do fenômeno social salário, elimina também a existência de lucro (CHAYANOV, 1966).

O tamanho e a composição da família refletem na quantidade de produção da unidade, em razão de que é decorre da força de trabalho familiar. Além deste fato, a auto exploração faz parte da conjuntura, visto que, quanto mais os integrantes da família trabalham, mas conseguem produzir; mas é importante acrescentar que cada unidade de trabalho tem suas particularidades (CHAYANOV, 1966). Neste sentido, as relações da família camponesa entre trabalho, produção e família vão além da busca por sobrevivência imediata, busca-se diante desse processo investimento em recursos materiais e de trabalho na unidade de produção que possam ser transmitidos para geração seguinte, garantindo a sobrevivência destes (WANDERLEY, 2009).

Para Carneiro (2008, p.31), as categorias família e rural:

Se encontram, no imaginário social, no limiar entre natureza e cultura. A família comumente naturalizada, quando associada a reprodução biológica e entendida como a forma primária da organização social, além de servir parâmetros para outras formas de organização encontradas na natureza. Rural, por sua vez, é uma categoria que tem sua definição associada ao predomínio da natureza sobre o homem, ou seja, sobre a cultura (CARNEIRO, 2008, p.31).

Dentre as lutas dos camponeses, a busca por constituir um “território” familiar, um lugar de vida e trabalho que seja repassado para as próximas gerações imersos nas lembranças dos que ali viveram, era uma das mais importantes conquistas. Contudo, dentro dessa ideologia paradoxalmente, a extrema mobilidade do agricultor o submete a constantes e sucessivos deslocamentos, visto a necessidade de escapar da pressão direta da grande propriedade concentradora de terras, a alternativa firmada ao longo dos anos se deu para as migrações para o interior do país (WANDERLEY, 2009).

A migração pode apresentar duas faces, a esperança e do fracasso. Quanto à esperança, a migração para o interior do país permitiu que o camponês fosse dono de seu próprio modo de vida, especialmente pela existência de terras livres, pelo sistema de posse; em contrapartida, a instalação em lugares desconhecidos refletia a possibilidade do fracasso por meio da precariedade, que assolavam por conta do isolamento e da pobreza (WANDERLEY, 2009).

Outro ponto que se destaca no modo de viver do camponês brasileiro é a tradição de trabalhar alugado para terceiros e de empregar terceiros em seu estabelecimento familiar. Essa questão não modifica as raízes tradicionais contidas no campesinato, onde a produção é obtida por meio do trabalho dos integrantes das famílias, mas reformula uma tradição diferente de outros países. Esse fato não transforma os agricultores em empresários capitalistas, a força de trabalho externa permite que a família aumente sua capacidade produtiva (WANDERLEY, 2009). A presença da categoria salário muda a lógica do trabalho com relação as categorias usuais tradicionais da agricultura familiar, mas não é suficiente para que uma unidade camponesa possa ser considerada uma unidade com caráter capitalista (CHAYANOV, 1966).

Portando, apesar da grande variação percebida, todas as situações reafirmam a existência de produtores agrícolas, no meio rural brasileiro. Estes são caracterizados pelo vínculo com a família e grupos sociais que se relacionam, visto a referência ao patrimônio familiar, espaço que constroem um modo de vida e uma forma de trabalhar, cuja estruturas se fundamentam pelos laços familiares e de vizinhança (WANDERLEY, 2014).

A partir de tais argumentações, os agricultores familiares reproduzem a tradição quanto ao modo de vida e a centralidade da família, mas devem se adequar as condições modernas de produzir e viver em sociedade (WANDERLEY, 2003). Para

Wanderley (2003), existe a certeza de que o agricultor familiar não é inativo na sua história diante das forças do externo do seu universo. Muito pelo contrário, a sua história é construída nesse complicado campo de forças que vem a ser a agricultura e o meio rural, integralizado na sociedade moderna. Fazendo, da sua experiência camponesa uma forma de buscar adaptações para as provocações e desafios contidos no desenvolvimento rural (WANDERLEY, 2003).

O desenvolvimento rural, segundo Schneider (2010), surgiu no Brasil e em outras países da América Latina nos anos 1960. Este, era ligado a um conjunto de ações que visavam atuar nas regiões rurais pobres que não conseguiam acompanhar o processo de modernização agrícola e nem se integrar ao conjunto da econômica, indústria, comércio e serviços. Esse processo era considerado como uma solução adotada para os agricultores (SCHNEIDER, 2010).

A partir de 1990, conforme Schneider (2010), o enfoque dado ao desenvolvimento rural se altera, ganhando um novo espaço no Brasil, revitalizando estudos e gerando novas abordagens a partir das transformações econômicas, políticas e sociais. Neste sentido, as discussões de desenvolvimento rural começaram a se desdobrar em políticas governamentais direcionadas para a reforma agrária, o crédito para agricultura familiar, o apoio aos territórios rurais, estímulo nas ações afirmativas para as mulheres, jovens, aposentados e negros. O período também foi marcado pelo retorno dos movimentos sociais pós ditadura, não, apenas, reivindicatórios, mas proativos e positivos, além disso, na pauta do desenvolvimento econômico, foi incorporado a noção de sustentabilidade e meio ambiente (SCHNEIDER, 2010).

O desenvolvimento rural no Brasil é fortemente influenciado pelas ações de caráter normativo e pelas políticas de intervenção do Estado. Sobre essa perspectiva se dá a formulação das políticas públicas, que podem ser criadas diante da demanda social, por meio da pressão de agentes, movimentos, instituições e organizações do meio rural; ou por estudiosos, pesquisadores da temática. Dentro deste contexto, é reconhecido que as políticas são formuladas pelo Estado diante de pressões das duas partes, agente sociais e estudiosos, contudo, sabe-se que muitas das formulações pendem por influência um único lado (SCHNEIDER, 2010).

Alguns pesquisadores segundo o mesmo autor, refletem sobre a perspectiva de desenvolvimento rural e a alteração das condições de vida de determinadas populações vulneráveis, frente ao encontro com mecanismos de

dominação social e cultural, que são construídos ao longo da história por grupos de poder elitizados para manter os privilégios e manter a grande elite no poder. Nessa situação, reflete-se dentro da promoção de processos radicais de democratização, que possam libertar indivíduos e grupos sociais dessa situação de controle exercida por detentores de poder e mediadores – igreja, Estado, partidos políticos e movimentos sociais (SCHNEIDER, 2010).

Com enfoque nas produções agroalimentares e desenvolvimento rural, a ideia da capacidade de inovar e de ter processo técnico estão completamente ligadas a possibilidade de sobrevivência e reprodução social dos agricultores familiares. Além disso, reflete-se perante a conceituação de uma abordagem mais “capitalizada”, com acesso à tecnologia mais modernas e a mercados. Essas questões se dão pela interação entre agricultores e a agroindústria (SCHNEIDER, 2010).

Como explicitado na introdução, no Brasil, a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, “estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais”. No artigo 3, são definidos os requisitos gerais para ser considerado um agricultor familiar e empreendedor familiar rural:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011);
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Constituída por 7 artigos, a Lei nº 11.326, além de caracterizar e o agricultor e empreendedor familiar, também, traz os princípios observados pela Política Nacional da Agricultura e Empreendimentos Familiares Rurais, no artigo 4º:

Art. 4º A Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais observará, dentre outros, os seguintes princípios:

- I - descentralização;
- II - sustentabilidade ambiental, social e econômica;
- III - equidade na aplicação das políticas, respeitando os aspectos de gênero, geração e etnia;
- IV - participação dos agricultores familiares na formulação e implementação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais (BRASIL, 2006).

Define as áreas onde serão promovidos planejamento e execução das ações constituídas pela Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais para alcançar os objetivos, conforme disposto no artigo 5º:

Art. 5º Para atingir seus objetivos, a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais promoverá o planejamento e a execução das ações, de forma a compatibilizar as seguintes áreas:

I - crédito e fundo de aval;

II - infra-estrutura e serviços;

III - assistência técnica e extensão rural;

IV - pesquisa;

V - comercialização;

VI - seguro;

VII - habitação;

VIII - legislação sanitária, previdenciária, comercial e tributária;

IX - cooperativismo e associativismo;

X - educação, capacitação e profissionalização;

XI - negócios e serviços rurais não agrícolas;

XII – agroindustrialização (BRASIL, 2006).

A legislação foi criada no ano de 2006, contudo, para chegar a esse feito os pequenos produtores tiveram de percorrer um grande caminho. Catia Grisa e Sergio Schneider (2014) evidenciam que lei nº 11.326 não só protege o agricultor, assim como o classifica em termos de pertencimento a uma categoria e para que possa usufruir de seus benefícios, dentre desses, as políticas públicas constituídas para os pequenos produtores rurais (GRISA; SCHNEIDER, 2014). “As políticas públicas refletem, portanto, o entendimento dos grupos sociais sobre sua própria condição e sobre a sociedade em geral, bem como sobre os instrumentos necessários para aperfeiçoar esta condição.” (GRISA; SCHNEIDER, 2014, p.127).

Historicamente, foi somente no ano de 1990 que a agricultura familiar como categoria social e política passou a ser reconhecida no Brasil, conforme lembram Grisa e Schneider (2014). Antes desse período, os agricultores estavam a margem das ações do Estado e, pelo reconhecimento da categoria, foram desenvolvidos grandes projetos a favor da agricultura familiar, tais como: a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (PRONAF), em 1995; a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 1999; a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), em 2001; institucionalizaram a dualidade da estrutura agrária e fundiária do país; e, em 2006, a instituição da legislação já mencionada acima (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

Estas ações, mesmo com objetivos distintos, evidenciaram as condições precárias de vida dos produtores, que cada vez mais exigiam ações do Estado para a

construção de políticas públicas adequadas as suas necessidades e particularidades (GRISA; SCHNEIDER, 2014). Destaca-se nesse período, também, as lutas do Movimento dos Trabalhadores sem Terra – MST, que estavam em um momento de ascensão e fizeram emergir conflitos agrários que marcaram a história dos movimentos sociais rurais (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

Na análise realizada por Grisa e Schneider (2014), três grandes gerações de política públicas, no campo da agricultura familiar, podem ser identificadas nos últimos 20 anos, as quais resultaram da luta dos movimentos sociais, agentes políticos, pesquisas acadêmicas e também dos próprios agricultores familiares. Em uma primeira geração, as preocupações eram correlacionadas ao viés agrário e agrícola; posteriormente, o foco e o direcionamento foram para políticas sociais e assistenciais; e nos anos 2000, as políticas foram orientadas para a construção de mercados para segurança alimentar e nutricional e para a sustentabilidade. Todas essas foram constituídas diante do seu período histórico e frente as demandas dos principais agentes. Os conflitos faziam e ainda fazem parte de todas essas construções (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

Após a discussão acerca das considerações de rural, torna-se necessário trazer as temáticas gênero e divisão sexual do trabalho na perspectiva da agricultura familiar, bem como formas de trabalho e articulações com relação aos modos de vida.

2.3 AGRICULTURA FAMILIAR, RELAÇÕES DE GÊNERO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Não diferente de todos os espaços da sociedade, o rural também reproduz desigualdades de gênero. Neste sentido, o gênero como categoria é utilizado nesta pesquisa para analisar desigualdades sofridas por mulheres rurais nas relações de trabalho. Conforme Joan Scott (1995), os estudos de gênero têm como objetivo incluir as mulheres como sujeitos históricos. O conceito não só é utilizado para se referir a mulheres, mas também aos homens, porque se trata de uma perspectiva relacional (SCOTT, 1995).

O gênero se refere a construções históricas das relações sociais entre os sexos. A utilização da categoria exclui qualquer possibilidade de explicações biológicas que comumente colocam as mulheres em posições subalternas em relação aos homens (SCOTT, 1995). De forma mais específica, “o termo “gênero” torna-se

uma forma de indicar “construções culturais” – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e as mulheres.” (SCOTT, 1995, p.75). Neste sentido, tratar de gênero é tratar das diferenças atribuídas a homens e mulheres (SCOTT, 1995).

A definição de gênero de Scott (1995, p.86) compreende duas partes que se relacionam, mas com potencial analítico diferenciado: “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder.” As representações de poder se alteram diante das mudanças nas relações sociais, contudo não é uma mudança unidirecional. No que se refere à primeira parte, Scott apresenta quatro subdivisões que se inter-relacionam: símbolos culturais que emergem representações simbólicas; conceitos normativos de interpretação dos símbolos; concepções de gênero constituídas nas organizações e instituições, que; e por último, o quarto elemento de gênero é a identidade subjetiva (SCOTT, 1995).

A partir das relações de gênero se constitui a divisão sexual do trabalho, enquanto relações sociais produzidas no cotidiano laboral. “[...] A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599). A divisão sexual do trabalho diante de Nalu Faria (2009) institui as subdivisões público/produtivo e privado/reprodutivo. Em contextos de trabalho rural, essa separação pode ser nomeada entre roçado e casa (FARIA, 2009). Em geral, o trabalho reprodutivo é atribuído as mulheres, já o produtivo aos homens. Essa separação, é consolidada no modelo de produção capitalista (FARIA, 2009).

A relação entre público e privado, de acordo com Luana Passos de Sousa e Dyeggo Rocha Guedes (2016), também é associada a questão da não remuneração, fato que contribui para as configurações da divisão sexual do trabalho (SOUSA; GUEDES, 2016). A dualidade – público e privado-, cria uma condição hierárquica aonde o trabalho masculino tem mais valor do que o trabalho feminino. Essas atribuições são pertinentes em todas as sociedades conhecidas no tempo e no espaço (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Conforme Paulilo (2016), o sexo é um elemento discriminador dentro da divisão sexual do trabalho. Além disso, o trabalho considerado feminino é direcionando às mulheres pela afirmação de uma “natureza feminina”, como se a

mulher fosse destinada a estas atividades apenas por ser mulher. Contudo, essa afirmativa é usada para justificar injustiças e preconceitos (PAULILO, 2016). Hirata e Kergoat (2007) afirmam que a ideologia naturalista: “[...] rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a ‘papéis sociais’ sexuados que remetem ao destino natural da espécie” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p.599).

Em condições gerais, todos estes aspectos são constituídos pela cultura. A cultura é um dos elementos mais fortes e influentes na divisão sexual do trabalho (SOUSA; GUEDES, 2016). A partir dessas construções, de acordo com Hildete Pereira de Melo e Alberto Di Sabatto (2006), que se reproduz a dominação masculina, vinda da cultura patriarcal que reflete na colocação da mulher como inferior na sociedade. Quando se trata das mulheres rurais, essa situação se agrava já que existe uma internalização maior da própria mulher, com relação à cultura patriarcal. Neste sentido, toda e qualquer ação vinda do homem tem mais valor do que as ações da mulher, incluindo aqui, o trabalho (MELO; DI SABATTO, 2006).

As relações de trabalho em contextos rurais se constituem a partir de atividades específicas atribuídas às mulheres e aos homens. No estudo realizado por Giovana Ilka Jacinto Salvaro, Mara Coelho de Souza Lago e Cristina Scheibe Wolff (2014), as mulheres eram responsáveis pelas atividades domésticas, consideradas reprodutivas e que incluem a limpeza da casa, o preparo dos alimentos, entre outras; e os homens, pela administração da propriedade, plantio, colheita comercialização, entre outras atividades, consideradas produtivas.

Ao analisar a oposição entre roçado e casa em pequenas propriedades do Nordeste, Beatriz Maria Alásia de Heredia (2013) trouxe a compreensão de que cada um dos membros da família tem a responsabilidade por executar alguma atividade. O homem é o chefe de família e trabalha no roçado para garantir a subsistência do grupo, sendo considerado então o trabalho de valor e prioritário. A importância atribuída a esse trabalho assegura ao pai o controle de todos os processos referentes à família. Em síntese, cabe ao pai suprir o consumo coletivo, mesmo que a mãe contribua a partir da realização de suas funções da casa. As atividades realizadas pelas mulheres fora da casa são consideradas um complemento, uma ajuda. Essa oposição reforça as atividades reconhecidas como masculinas e femininas classificando os membros em grupos domésticos, em relação ao sexo e à idade (HEREDIA, 2013).

[...] É simples: É doméstico se é de atribuição da mulher. Se ela vai pra roça com o marido, é trabalho produtivo, mesmo que o que for colhido seja tanto para vender como para comer. Se cuida da horta e das galinhas sozinha, é trabalho doméstico. Se vende o ovo de vez em quando, uma galinha ou outra, é tão pouco, que não vale a pena teorizar sobre isso [...] (PAULILO, 2004, p.245).

A associação das mulheres com relação ao trabalho reprodutivo pode ser reforçada pela maternidade. A maternidade, conforme Farias (2009), explica a relação das mulheres como cuidadoras e responsáveis pelos afazeres domésticos, já que é instituída no biológico. Ou seja, as mulheres como seres reprodutivos carregariam características e habilidades específicas intrínsecas ao sexo, o que possibilitaria uma melhor execução de tarefas relacionadas ao cuidado, por exemplo.

É como se toda mulher fosse detentora de características específicas associadas ao cuidado, tais como docilidade, fragilidade, compreensão, cuidado, afeto. Essas associações corroboram para que a sociedade ignore a produção doméstica e o papel econômico referente ao trabalho das mulheres na família (FARIA, 2009). “Na verdade esse discurso da boa mãe é uma construção ideológica para que as mulheres continuem fazendo o trabalho doméstico.” (FARIA, 2009, p.18).

A responsabilização de mulheres e de homens, respectivamente, por atividades reprodutivas e produtivas, em contextos rurais, não impede que transitem entre os dois espaços na realização das atividades. Contudo, percebe-se uma diferença hierárquica e injusta com relação à divisão do trabalho. Essa perspectiva foi demonstrada no estudo de Nilma Angélica dos Santos (2016), realizado Brejo no estado de Maranhão, em que ficou evidente a presença das mulheres nas atividades produtivas, sendo que estas não participavam apenas de duas etapas do trabalho produtivo, contudo o trabalho destas era conceituado como “ajuda” ao trabalho masculino. Quando a perspectiva se inverte, as mulheres são responsáveis sozinhas quase que na totalidade pelas atividades reprodutivas, salvo preparar o café e molhar o canteiro que contavam com a colaboração das filhas mais novas, já que as mais velhas casadas e não residiam mais na casa dos pais (SANTOS, 2016).

No campo, como discorre Faria (2009), quando as mulheres executam atividades produtivas, são consideradas extensão do espaço doméstico. Esse espaço muito próximo entre casa e roçado dificulta e limita a identificação das atividades como produtivas ou reprodutivas, assim como a avaliação do tempo gasto na realização das atividades domésticas. Essa dualidade muito conectada é uma das características que

diferencia a divisão sexual do trabalho em contextos rurais em relação ao urbano (FARIA, 2009). Em uma pesquisa realizada por Paulilo (2016), em 1978, no Brejo Paraibano, a dificuldade de separação entre o doméstico e o roçado ficou bastante evidente. Conforme a autora, os trabalhos estão intimamente ligados e são difíceis de ser separados. “Daí a separação entre trabalho produtivo e não produtivo, nada fácil de visualizar, quando não há separação entre unidade familiar e de produção, como é o caso do campesinato. Quando a mulher faz queijo, por exemplo, pode fazê-lo para comer ou vender.” (PAULILO, 2004, p. 244).

Todas essas configurações permeiam a sociedade atual. De acordo com Sônia Fátima Schwendler (2020), em uma pesquisa sobre a divisão sexual do trabalho no campo sob a perspectiva da juventude camponesa, apesar da existência de um grande nível de cooperação nas famílias, a invisibilidade e a naturalização do trabalho reprodutivo, como sendo das mulheres, são fortemente significativas e refletem nas novas gerações. Comumente, as atividades ainda são separadas com relação ao sexo; as meninas carregam, ainda, o maior peso com relação as atividades domésticas e de cuidados; existe uma cobrança maior para que as meninas executem esse tipo de tarefa, ajudando a normatização da divisão junto ao processo de reprodução dos jovens; os meninos têm dificuldades de assumir as responsabilidades domésticas, pois sentem que aquele local não é dele, o que acaba atingindo a masculinidade desses indivíduos, que passa a ser questionada, já que ele executa tarefas que são consideradas de femininas (SCHWENDLER, 2020).

A pesquisa de Schwendler (2020) retrata conformismo por parte de algumas meninas com relação à situação que as cercam, pois percebem pouca perspectiva de mudança. Porém, há uma crítica com relação à geração anterior, frente a apropriação do trabalho doméstico como somente das mulheres. Além disso, despertam-se para romper espaços naturalizados como das mulheres, onde se destacam o direito a escolha, liberdade e necessidade de transformações dos padrões culturalmente construídos de gênero (SCHWENDLER, 2020).

Apesar do direito de escolha, ressalta-se o preconceito que as mulheres sofrem quando querem romper com estes papéis socioculturais, uma vez que a tradicional divisão sexual do trabalho permeia o imaginário da constituição da família. Há uma cobrança de que a mulher precisa aprender a fazer o trabalho doméstico para servir a família, o marido; caso contrário ela é discriminada na sociedade por não cumprir seu papel de mãe e esposa, podendo até ser vítima de violência doméstica[...]. (SCHWENDLER, 2020, p.8).

Evidencia-se também, com relação ao trabalho rural, a constituição de trabalhos considerados “leve” e “pesado”. Conforme Paulilo (2016), a condição de “trabalho leve” ou “trabalho pesado” especificamente não se dá pelo esforço exigido para a realização da atividade, ou até mesmo por este ser pouco ou muito prejudicial à saúde. No estudo realizada por Paulilo (2016), em grande parte, o “leve” era destinado às mulheres e crianças, com menor valor monetário agregado; enquanto o trabalho “pesado”, era destinado aos homens e tinha muito mais valor, econômico e social. Essa condição se dá principalmente pelo homem representar a “chefia da família”, tendo como sua responsabilidade a reprodução de seus “dependentes”, de modo que as atividades realizadas por outros integrantes da família eram secundárias e considerados como “ajuda” na composição do orçamento familiar (PAULILO, 2016). “A conclusão portanto é clara: o trabalho é leve, a remuneração é baixa, não por suas próprias características, mas pela posição que seus realizadores ocupam na hierarquia familiar.” (PAULILO, 1978, p.115).

No Brejo Paraibano, no já citado estudo realizado em 1978 por Paulilo (2016), a distinção entre o trabalho “leve” e “pesado” era bem visível, onde o homem executava o trabalho “pesado” (cavar e roçar terra) e a mulher o trabalho “leve” (plantar, arrancar mato miúdo e adubar). Mesmo trabalhando o mesmo número de horas que os homens, as mulheres ganhavam metade ou menos do que eles (PAULILO, 2016).

Nas fazendas que tinham olarias, conforme Paulilo (2016), as mulheres carregavam tijolos com carrinho de mão, o trabalho considerado feminino não permitia que nenhum homem atuasse, mesmo podendo ser executado por ambos os sexos – mantendo as mulheres na execução da atividade as olarias não precisariam pagar a mais para os homens. A caracterização do trabalho executado pelas mulheres, traz a sutileza quando a exploração do trabalho feminino, já que, mesmo quando há mulheres realizando as mesmas tarefas que os homens, ainda ganham menos (PAULILO, 2016). “Trabalho “leve” e “pesado” são, portanto, categorias que variam segundo o sexo do trabalhador e as condições de exploração da terra nas regiões agrícolas. Invariável é a convicção de que o trabalho feminino é mais barato.” (PAULILO, 2016, p. 110). Sendo assim, o que determinava o valor da diária do trabalho era o sexo de quem o executava (PAULILO, 2016).

Mesmo diante dessas questões, muitas vezes, abandonar essas atividades não é uma vontade dessas mulheres, assim como afirma Paulilo (2020, p.272) em seu

artigo sobre feminismo camponês: “Elas não querem abandoná-las por serem vistas como atividades femininas, elas querem torná-las tão valorizadas quanto às atividades consideradas produtivas, que trazem a maior renda e pelas quais os responsáveis são os homens”.

Se os trabalhos fossem igualmente valorados, as divisões quanto às atividades domésticas seriam muito mais fáceis de serem feitas, isso porque haveria um rompimento na barreira da concepção de trabalho de mulheres e homens e a partir deste princípio cada um poderia escolher a atividade de melhor grado e aptidão, para executar no cotidiano laboral da família rural (PAULILO, 2004). “Igualdade e liberdade dificilmente andam juntas, mas pode-se fazer um esforço para conseguir um ajuste melhor [...] A não participação dos homens no trabalho doméstico é tão pouco levada a sério que é sempre admitida sem pejo e com risos.” (PAULILO, 2004, p.246).

É importante salientar diante dessa reflexão que as mulheres têm um papel crucial dentro da agricultura familiar. No estudo que realizou, Karolyna Marin Herrera (2016) contextualiza que as mulheres são agentes principais na manutenção e reprodução da família, mesmo inseridas dentro de contextos de desigualdade. As atividades realizadas por essas mulheres no cotidiano laboral são essenciais e garantem a subsistência biológica, socioeconômica o bem-estar da família assim como contribuem para segurança alimentar e a preservação do meio ambiente (HERRERA, 2016).

O trabalho não é o único determinante de desigualdades entre homens e mulheres no espaço rural. Sobre esses aspectos o próximo tópico contextualiza alguns aspectos que evidenciam desigualdades de gênero no que se refere à interface agricultura familiar, herança e direito à terra.

2.4 AGRICULTURA FAMILIAR E GÊNERO: SUCESSÃO, HERANÇA, DIREITO À TERRA E LUTAS POR RECONHECIMENTO

O rural é um espaço que reproduz várias situações de desigualdades, a cultura é forte elemento condicionante para isto. As mulheres rurais são desfavorecidas não só com relação a condições de trabalho, mas também no que se refere à sucessão, herança, terra entre outras situações comumente vistas nestes espaços. É importante ressaltar neste ponto a não homogeneidade quanto a condições e culturas estabelecidas em cada localidade, o Brasil é um país com

referências diferentes em cada estado, por isso, apesar de muitas situações se repetirem, é sempre necessário considerar as singulares.

Com relação ao processo de sucessório, Valmir Luiz Stropasolas (2011) esclarece que se trata da passagem de poder e do patrimônio entre as gerações. A gestão do estabelecimento agrícola familiar é substituída por novas gerações, retirando do poder as gerações mais antigas – em grande medida, os filhos substituem os pais. O processo de sucessão vai além da transferência de patrimônio, implica também na continuidade das vertentes históricas e socioculturais daquela família. Embora, a transferência de saberes esteja presente na agricultura familiar, verifica-se atualmente uma forte tendência de ruptura no processo (STROPASOLAS, 2011).

De acordo com o mesmo autor, a continuidade no rural por parte dos/as jovens é bastante questionada, principalmente pelas filhas, visto que a condição social demarcada por falta de autonomia e de oportunidade de renda causam desinteresse em seguir a profissão dos pais e acabam por migrar para a cidade na busca por outras oportunidades. As diferentes perspectivas com relação à sucessão entre homens e mulheres devem ser problematizadas, principalmente, porque as mulheres estreitam sua motivação para continuar na agricultura frente a exclusão da herança da propriedade, assim como a dupla jornada de trabalho e a pouca valorização do trabalho feminino, situações perpassadas pelas várias gerações de mulheres (STROPASOLAS, 2011).

Fica evidente o viés de gênero em unidades produtivas familiares, onde os homens são responsáveis pela produção da propriedade e as mulheres não são preparadas para assumi-la, nem estimuladas a se envolverem. Dentro destas circunstâncias, o fato do irmão ser o sucessor da família é algo aceito como natural e a condição de que não terá direito a herança a terra contribuem para que as mulheres se desvinculem do compromisso de permanecer na propriedade. A condição econômica da família também é um forte condicionante na tomada de decisão quanto à sucessão (STROPASOLAS, 2011).

No estudo de Rosani Marisa Spanevello (2008), realizado em dois municípios do Rio Grande do Sul sobre o tema da sucessão na agricultura familiar, duas condicionantes foram analisadas: agricultores sem sucessão e agricultores com sucessão. Sobre a agricultura sem sucessão, diversas variáveis podem influenciar, tais como as condições desfavoráveis com relação à economia e produtividade, a divisão sexual do trabalho, em que as mulheres são desfavorecidas quando

comparadas aos homens da família e a predominância de filhas na família (SPANVELLO, 2008).

Conforme demonstrou o estudo de Spanevello (2008), referente a famílias agricultoras com possibilidades de sucessão, destacavam-se: maior inserção no mercado agrícola, maior potencial técnico e mecânico e grandes capacidades de investimento; maior número de filhos, especialmente homens, considerando que estes formam a mão de obra; estímulo para a permanência dos filhos -o estímulo para os filhos por meio de investimentos, monetários ou materiais, pois os próprios pais acreditavam que estes tinham mais capacidade para gerir o estabelecimento (SPANVELLO, 2008).

A decisão quase que majoritária de sucessão direcionada ao filho também foi levantada por Milton Luiz Silvestro et al. (2001) em uma pesquisa no oeste de Santa Catarina. Apesar da sucessão ser um assunto pouco discutido no interior das famílias, o viés masculino foi percebido nas entrelinhas das conversas informais em campo, considerando que quando respondem os questionários, todos reconheceram a igualdade em forma de direitos (SILVESTRO et al., 2001). Sobre esse contexto, é perceptível a visão negativa das mulheres com relação à alternativa de sucessão, em que os homens, ao contrário das mulheres, apresentavam um desejo de dar continuidade na agricultura familiar (SILVESTRO et al., 2001).

Ao buscar identificar a percepção dos jovens agricultores da cidade de Nova Araçá, pertencentes à região norte do estado do Rio Grande do Sul, Camila Stuani, Anderson Neckel Alba e Valéria Oliveira Ficagna (2016) identificaram que recebem pouco incentivo dos pais para se manterem no campo, resultando na migração do rural para o urbano. Porém, no que tange à permanência, os jovens são motivados pelo fato de gostarem de realizar as atividades rurais, flexibilidade nos horários, qualidade de vida e também a concorrência existente no mercado de trabalho (STUANI; NECKEL; FICAGNA, 2016).

Além de questões de sucessão, a herança e o direito à terra são situações bastante presentes quando se trata do rural. Dentre seus significados, a terra oferece subsídios para sobrevivência dos agricultores familiares e, em grande medida, ter o direito à terra é possuir meios de produção para reprodução da vida nesse espaço. Já com relação à herança, o significado pode ser relacionado, principalmente, frente a decisão de sucessão, como mencionado acima. Essas duas situações são pontuadas pelo fato da ocorrência de desigualdades de gênero e de direitos com relação a

mulheres e homens em contextos rurais. Ou seja, podem ocorrer situações em que existe uma desigualdade de gênero estabelecida onde o sexo define quem tem direito ao não, quem recebe mais ou menos.

Essas condições, advindas de uma sociedade desigual, onde mulheres têm menos direitos que os homens, refletem em toda estrutura de vida dos que ali vivem, principalmente das mulheres. Nos estudos realizados por Paulilo (2004) quando se fala da partilha igualitária das terras para filhos e filhas, as mulheres geralmente reforçam o fato de trabalharem como seus irmãos, referindo-se a injustiça de ganharem menos, ou nada, quando os bens da família são repartidos. Entretanto, quando a questão é sobre os bens que ficam quando os pais falecem, estes logo já são tratados como herança, rebelando então uma distância entre o merecimento de receber o mesmo que os irmãos, já que o fato de contribuir mais ou menos trabalhando perde o sentido, ou seja, a conceituação cria um obstáculo para que se entenda o processo de outra forma, neste caso o merecimento é ligeiramente excluído (PAULILO, 2004).

O sentimento das mulheres rurais é de discriminação já que estas consideram o fato e consideram que trabalharam tanto quanto os irmãos na terra dos pais. O discurso destas, não se baseia sobre a igualdade de gênero e nem no fato de serem filhas legítimas do pai, mas sim no fato de terem trabalhado para manter e mesmo aumentar o patrimônio familiar. A exclusão da mulher com relação a terra acaba as excluindo dos programas de políticas públicas voltados para a agricultura familiar (PAULILO, 2004).

A criação de um estatuto da pequena produção que garantisse distribuição de renda igualitária para e a esposa e proporcional aos filhos maiores, sem distinção de sexo, tornará sem sentido a separação entre trabalho doméstico e trabalho produtivo e assim as jovens saberiam que seu trabalho vale tanto quanto o de seus irmãos na manutenção do patrimônio. Se as filhas e filhos são proprietários da terra, também não podem ser considerados apenas empregados e pagos como tal; são sócios mesmo que minoritários do empreendimento, pois comprometem seu futuro mantendo, quando não aumentando, esse patrimônio (PAULILO, 2004).

Na região sul do Brasil, onde a colonização foi em sua grande maioria de alemães e italianos, verifica-se um padrão no que concerne à herança. Sobre esse padrão, por mais que exista particularidades culturais e diferenças, pode-se dizer com segurança que são principalmente os filhos homens que herdaram as terras. E o acesso

as mulheres a esse bem se faz pelo casamento. Algumas exceções são condicionadas, como quando: não existe descendência masculina; a filha casada que cuida dos pais na velhice; os pais possuem muitas terras, ou então quando a exploração agrícola não tem importância como meio de produção para os herdeiros (PAULILO, 2004).

A desigualdade no acesso à terra entre homens e mulheres é um fato mundial. A conquista de direito a esse bem não garantiu as filhas de agricultores que ganhassem o mesmo que seus irmãos homens (PAULILO, 2004). A reforma na constituição de 1988 de acordo com Carmen Diana Deere (2004) trouxe garantias formais para mulheres com relação a terra e em grande juízo foi uma maneira de estabelecer princípios para acabar com a discriminação contra as mulheres em todas as suas dimensões. Contudo, apesar da conquista formal da igualdade, protegida por lei não houve um aumento na parcela de mulheres beneficiárias da reforma, que permaneceu baixa até a década de 1990 (DEERE, 2004). O direito à terra por parte das mulheres, segue restrições do direito à propriedade nos países onde não há um direito agrário separado do direito civil, que é o caso do Brasil (PAULILO, 2004).

As concepções de partilha de terra e herança acabam por influenciar sob muitos aspectos a saída das mulheres ao campo. Em decorrência destas situações as mulheres são mais propícias a este tipo de ações, tanto a saídas para o trabalho externo, quanto a saída efetiva no meio, para viver no urbano. De acordo com Wanderley (2003) a saída da mulher do campo para o trabalho externo se apoia em duas justificativas: maior capacidade da mulher em participar dos ganhos – monetários- da família e; investimento do valor recebido na produção ou para o pagamento de alguma dívida do estabelecimento familiar. Em outros casos, o trabalho externo da mulher cria um distanciamento do estabelecimento familiar. Em resumo enquanto a saída do homem para o trabalho externo é tida como a concepção de chefe da família que trabalha fora; a do filho como a busca pela independência; a da mulher se resume a trabalhadora, esposa do agricultor (WANDERLEY, 2003).

Muitas das afirmativas contextualizadas acima justificam o processo migratório do rural, principalmente as migrações de mulheres. Para Brumer (2004) quando analisado diante da vertente sexo e idade torna-se seletivo. Essa seletividade pode ser explicada diante de fatores, como: a) a falta de oportunidade existente no meio rural para a inserção dos jovens; b) da forma independente da tutela dos pais; c) pela forma como ocorre a divisão do trabalho no interior dos estabelecimentos

agropecuários e pela relativa invisibilidade do trabalho executado por crianças, jovens e mulheres; d) pelas tradições culturais que priorizam os homens às mulheres na execução dos trabalhos agropecuários mais especializados, tenrificados e mecanizados, na chefia do estabelecimento e na comercialização dos produtos; e) pelas oportunidades de trabalho parcial ou de empregos fora da agricultura para a população residente rural; e f) pela exclusão das mulheres na herança da terra (BRUMER, 2004).

As condições de sucessão, herança, direito a terra e a migração são contornadas diferentemente em cada região do país, porém as desigualdades entre homens e mulheres estão presentes em diferentes localidades. Como enfrentamento dessas desigualdades dispostas pela cultura, as mulheres rurais buscaram os movimentos sociais como forma de reconhecimento. Toda a reprodução de desigualdade, mediada acima despertou das mulheres rurais a busca por quebras em paradigmas que pudessem as fazer sujeitos de direitos, mesmo que em grande medida como já mencionado, nem a legislação compete a efetividade destes direitos. As lutas propuseram a estas mulheres oportunidades e visibilidade.

De acordo com Vilenia Venancio Porto Aguiar (2016), os movimentos ganharam maior força a partir dos anos 1980 com o fim da ditadura militar, pela articulação de novos movimentos que canalizaram os interesses de determinados segmentos da população, como o das mulheres rurais. Conforme Celecina de Maria Veras Sales (2007), os movimentos dão abertura para que as mulheres se afirmem como portadoras de conhecimento no campo da política, assim como fazem repensar sobre seu cotidiano.

No início dos anos 1980, a luta por reconhecimento de direitos das trabalhadoras rurais constitui ações centrais dentro dos movimentos. A produção de determinados sujeitos possibilita a busca por reconhecimento cultural e redistribuição socioeconômica. As reivindicações não teriam sentido, sem o sujeito, que neste caso, seriam as mulheres rurais, que buscavam reconhecimento com trabalhadoras (SALVARO; LAGO; WOLFF, 2014).

As lutas que alcançaram maior visibilidade podem ser estruturadas diante de quatro eixos sob a perspectiva de Rosineide Cordeiro e Parry Russel Scott (2007): reconhecimento da mulher no trabalho da agricultura e sistemas agroextrativistas; reforma agrária; acesso aos benefícios de previdência social; participação das mulheres na estrutura sindical (CORDEIRO; SCOTT, 2007). “O que se evidencia é

que a posição das mulheres como trabalhadoras rurais precisou ser produzida para que pudessem ser reconhecidas pelo Estado como sujeitos de direitos.” (SALVARO; ESTEVAM; FELIPE, 2014, p.393).

Diante deste fato, grupos se mobilizaram e formaram comunidades de lutas. As lutas das mulheres rurais foram marcadas por movimentos iniciados no Rio Grande do Sul, nos anos de 1970, que influenciaram mulheres rurais de todo Brasil. Dentre destes, houve a ocupação da Fazenda Anoni, em 1978, que foi o primeiro manifesto, depois do golpe militar em 1964. Essa manifestação evoluiu para a formação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST (BRUMER, 2004).

A partir desse período, conforme de Maria Ignez Paulilo e Cristiani Bereta da Silva (2007), foram surgindo movimentos que marcaram a história de luta e conquistas das mulheres rurais. O Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina -MMA/SC teve início na metade da década de 1980 na cidade de Chapecó. No ano de 2004, o MMA/SC assim como outros movimentos autônomos de mulheres, pela participavam de mulheres trabalhadoras, unificaram-se e criaram o Movimento das Mulheres Camponesas do Brasil- MMC (PAULILO; SILVA, 2007).

Além do MMA, o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais – MMTR, também marcou a história de luta das mulheres rurais, fundado em 1989 durante o primeiro encontro estadual das mulheres trabalhadoras rurais. O movimento, com grande representatividade rural, tinha em sua base cerca de 500 mulheres, muitas delas com experiências anteriores a atividades com a igreja, ou, com participação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST e nos sindicatos rurais (BRUMER, 2004). Conforme Paulilo (2004), a criação de grupos com identidades coletivas foi importante, pois abriram espaço para o diálogo formando uma identidade e para uma sociedade mais democrática a partir da formulação de ações conjuntas para um bem comum (PAULILO, 2004).

Esses modelos de organização estimulam as lideranças e pensarem gênero, fazendo com que as trabalhadoras comecem a discutir sobre a temática dentro da invisibilidade do trabalho da mulher quanto a agricultura camponesa. Esse tipo de reação faz com que as trabalhadoras percebam que as atividades desenvolvidas por elas no espaço familiar têm um significado econômico, e não apenas uma simples “ajuda” aos homens da família (SALES, 2007).

Estes movimentos garantiram grande parte dos direitos estabelecidos para as mulheres rurais nos dias de hoje. Dentre as conquistas, que atingiram diretamente

as mulheres rurais somam-se o direito à terra, a extensão dos direitos trabalhistas para homens e mulheres rurais e acesso aos benefícios da previdência social. A partir do final dos anos 1980, as lutas das mulheres visavam a implementação de políticas públicas que pudessem garantir a igualdade de gênero (CORDEIRO; SCOTT, 2007).

O reconhecimento legal das mulheres é bastante significativo quanto à busca pelos direitos na produção da agricultura, mas de nada adianta se essas não são incentivadas para que façam uso destes recursos. Neste caso, torna-se necessária ações paralelas para que não haja uma inviabilização diante das conquistas pelo fato do não acesso das mulheres (SALES, 2007).

A participação de mulheres em movimentos sociais faz com que essas rompam barreiras tais como a divisão dos papéis como lugar já determinado a elas, na família, trabalho e com relação a ocupação de espaços políticos. Além disso, o espaço dos movimentos sociais se torna inovador diante das relações de poder, pois são criadas novas formas de reivindicar essas relações que já estão institucionalizadas. Os movimentos fortalecem essas mulheres e a partir dessa força começam a reproduzir processos de reação a submissão (SALES, 2007).

3 PRODUÇÃO AVÍCOLA E SISTEMAS INTEGRADOS NA AGRICULTURA FAMILIAR: DO CENÁRIO BRASILEIRO AO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

Em continuidade aos objetivos propostos para a concretização do estudo, o presente capítulo apresenta indicadores socioeconômicos da produção avícola no Brasil, no estado de Santa Catarina e no município de estudo, assim como de sistemas integrados envolvidos na cadeia produtiva e de trabalho

3.1 AVICULTURA E SISTEMAS INTEGRADOS: CÉNARIO BRASILEIRO DA PRODUÇÃO DE AVES

A partir da década de 1930, o modelo avícola de produção começou a se tornar comercial (ZEN et al., 2014). Nesse período, o Brasil passava por um processo de modernização da economia que visava sair da dependência das exportações de café, para isso foram incentivados os setores industriais como forma de estratégia. A produção agrícola foi uma das atividades que recebeu estímulos (UBABEF, 2011). Os produtores familiares, conforme afirma Zen et al. (2014), foram pioneiros com relação à produção avícola no Brasil. Inicialmente, a produção de aves contribuía para a geração de renda das propriedades, sendo uma das formas de subsistência da família, onde, se comercializava só o excedente.

O início da comercialização das aves, durante o período de 1930 e 1960 influenciou sobre alguns acontecimentos, tais como cita Gilberto Malavazzi (1982): a criação de um instituto governamental biológico, para início de vacinas contra a boubá aviária⁴ e a cólera⁵; a abertura da primeira fábrica de ração, em 1941, visto atender as necessidades dos agricultores quanto a misturas balanceadas; a autorização do governo federal para comercialização de material agrícola, assim como a venda de pintos de 1 dia em base comerciais; e a associação avícolas e cooperativas para que contribuíssem com o setor (MALAVAZZI, 1982).

Mesmo diante de modificações incisivas no setor, de acordo com a União Brasileira de Avicultura (UBABEF, 2011), até os anos de 1960, as granjas compravam

⁴ A Boubá das aves “[...] é uma moléstia infecciosa, altamente contagiosa, caracterizada pelo aparecimento de erupções na pele e mucosas” (MOÇO et al, 2008, p.1).

⁵ A cólera é uma enfermidade “caracteriza-se por desenvolver uma doença septicêmica que resulta em alta morbidade e alta mortalidade. Aves doentes apresentam anorexia, cianose, estertores, descargas nasais e diarreia aquosa [...]” (TECSA, 2013, p.1).

seus animais de terceiros ou então criavam seus próprios animais. Os animais não tinham uma alimentação balanceada e eram criados soltos. Os frangos demoravam para ganhar peso. O abate das aves era feito em anexos as granjas, instalações simples e precárias, onde eram abatidos também outros pequenos animais (UBABEF, 2011). Em 1961, com a chegada ao Brasil de grandes empresas especialistas no processamento de frango, a avicultura começou a ser efetivada. Nesse mesmo período, no estado de Santa Catarina, foi criado o Sistema de Integração Vertical, consagrando a parceria entre produtor e indústria. O modelo de produção contribuiu para o crescimento da avicultura nacional (ZEN et al., 2014).

Entre 1960 e 1970, houve a introdução de linhagens estrangeiras de frango na produção avícola, excursões de técnicos para países que praticavam a avicultura com o intuito de melhorias técnicas, nutricionais e de manejo e predominância de senso econômico em todas as atividades avícolas. Nos anos subsequentes, a produção avícola só veio a crescer, o Brasil iniciou suas exportações, já utilizava seu próprio conhecimento técnico e tecnologia e o sistema de integração estava mais solidificado (MALAVAZZI, 1982).

No ano de 1973, já existiam 18 empresas matrizes produtoras de frango no Brasil, destas, nove eram estrangeiras. No ano de 1980, o número de empresas chegou a 35. Vale ressaltar que, em 1978, a produção avícola já era quase praticamente toda integrada. A área mínima exigida pelas empresas da época era de 13 a 25 hectares, visto a necessidade de instalações técnicas, devido as exigências impostas pelas indústrias (SORJ; POMPERMAYER; CORADINI, 2008).

Uma questão relevante apontada por Bernardo Sorj, Malori Pompermayes e Odacil Luis Coradini (2008) com relação à produção avícola, que acaba por justificar o grande crescimento deste modelo de produção no Brasil, é a possibilidade de controle com relação aos processos biológicos, ou seja, o processo produtivo da avicultura tem baixo grau de dependência com relação as condições naturais – qualidade do solo e clima. Contudo, essas condições fazem com que a tecnologia seja a problemática, já que existe a necessidade de uma grande demanda de técnicas agrícolas. De fato, essa conjuntura não exclui a possibilidade de a produção ser afetada por condições naturais, mas incluiu um controle maior das circunstâncias por meio da tecnologia (SORJ; POMPERMAYER; CORADINI, 2008).

No ano de 2019, conforme a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA, 2020), foram produzidas 13,245 milhões de toneladas de carne de frango no

Brasil, 68% da produção foi destinada ao consumo interno os outros 32% foram exportações. A produção de 2019 foi superior a produção registrada nos últimos dez anos. No mesmo período, o Brasil registrou a marca de principal exportador mundial e ficou em segundo lugar com relação à produção total, perdendo apenas para os Estados Unidos, que produziu, em 2019, mais de 19 milhões de toneladas de frango. Os estados do Brasil que mais produzem para exportação foram o Paraná -39,13%-, Santa Catarina-30,53%- e Rio Grande do Sul -14, 7%- (ABPA, 2019).

Os expressivos índices com relação à produção de carne reforçam a importância da produção avícola no país, visto que a capacidade produtiva das indústrias depende muito da produção vinda de estabelecimentos agropecuários. No Censo Agropecuário de 2017, realizado pelo Instituto de Pesquisa e estatística (IBGE, 2017), o Brasil registrou 1.362.254 milhões de cabeça por efetivos de rebanho divididos em 2.862.495 estabelecimentos. O estado com mais número de cabeças por efetivo de rebanho foi o Paraná, seguido dos estados de São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul (IBGE, 2017).

Em uma análise realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2007), sobre a participação da agricultura familiar no PIB- Produto Interno Bruto- Brasileiro no ano de 2005, foi estimada na produção pecuária uma maior participação da produção vinda do “agronegócio familiar”, com contribuição de 15% no PIB, para com 10% da produção patronal – produção empresarial. A criação de aves e a produção de leite são as atividades que se sobressaem no segmento familiar (MDA, 2007). É importante retratar a existência das diferenças fundamentais existentes na condição das produções brasileiras, integrando uma oposição assim como contextualiza Schneider (2010, p.517):

[...] existe uma oposição e uma polarização entre a forma familiar e a patronal-empresarial, cuja distinção estaria no fato de uma ser determinada mais para a produção de consumo local ou para o mercado interno e a outra produziria *commodities*, sobretudo para exportação. Daí deriva um dualismo que, na prática, traduz-se numa disputa política e ideológica permanente entre o assim chamado, agronegócio e as demais formas de produção, em geral agrupadas apressadamente em torno da agricultura familiar e no desenvolvimento rural. (SCHNEIDER, 2010, p.517).

As alterações advindas da modernização trouxeram modificações para o rural brasileiro a fim de sustentar a demanda do modelo econômico pretendido, assim como afirma Fernando Goulart Rocha (2009). Essas novas configurações alteraram não só a produção agrícola empresarial, mas também a produção advinda das

pequenas propriedades que, em grande medida, produzem para o consumo da família. As pequenas propriedades têm acesso dificultado com relação a financiamentos satisfatórios, o que faz com que haja a necessidade de elevar a produtividade. Muitas vezes, a permanência no campo é inevitável, já que muitas vezes não existe a possibilidade de mudanças, especialmente para aqueles que não tem condições financeiras de investir na propriedade. A situação faz com que pequeno/a o/a produtor/a crie estratégias para permanecer no campo, dentre as quais a relação capitalista de produção, prospectando viabilizar a sua situação financeira social (ROCHA, 2009).

Neste sentido, sistemas integrados contemplam essa relação entre produtor e capitalismo. Os sistemas de integração fazem parte da evolução da produção avícola no Brasil, visto que grande parte da produção Brasileira se faz por esse sistema. Sobre os sistemas integrados, conforme a União Brasileira de Avicultura (UBABEF, 2011), ocorre uma relação contratual, por meio da qual são especificadas e estabelecidas normas técnicas e jurídicas entre parceiros, indústria e produtor rural. Nesta parceria, a indústria é proprietária do lote de aves e o integrado é responsável pelo manejo destas aves até que estas estejam prontas para o abate (UBABEF, 2011). Conforme Alceu Richetti e Antonio Carlos de Santos (2000), o processo produtivo é controlado pela empresa, fornecendo os pintos de um dia e todos os insumos e assistência utilizados na produção. “Ou seja, a agroindústria indiretamente utiliza as instalações do produtor rural, fornecendo o pinto, ração, vacinas, medicamentos e acompanhamento veterinário. Ao produtor integrado compete o fornecimento dos demais insumos necessários à condução da atividade avícola.” (RICHETTI; SANTOS, 2000, p.34).

O alto nível tecnológico desse segmento faz parte das exigências vindas das indústrias, que fazem parte do sistema de integrados na relação com os produtores. Esse sistema, conforme Richetti e Santos (2000), é um modelo produtivo verticalizado e com moderna tecnologia. O produtor deve seguir as condições especiais solicitadas pela empresa, requerendo altos investimentos na infraestrutura para que o padrão do aviário esteja de acordo com suas exigências tecnológicas. Contudo, muitas vezes, o alto custo dessa padronização é inacessível aos/as produtores/as (RICHETTI; SANTOS, 2000). Neste sentido, para Roger André Zibert e Pery Francisco Assis Shikida (2004), a modernização inserida na avicultura, demandante de novas tecnologias reflete no domínio da indústria sobre a agricultura,

sendo que a decisão deixa de ser do produtor e passa a ser uma determinação da indústria (ZIEBERT; SHIKIDA, 2004).

Essa condição de vínculo, conforme Antônio de Pádua Bosi (2016), coloca o pequeno produtor na condição de modernizar e incrementar seus aviários diante da demanda das indústrias e, também, das cooperativas, configurando-se como exigências que impulsionam dívidas devido a necessidade de financiamentos, ficando expostos ao risco de ficarem inadimplentes e de perder suas terras. Caso haja a negativa do produtor em realizar os investimentos exigidos pela indústria, o produtor é excluído do sistema (BOSI, 2016).

São diversas as vantagens e desvantagens para os produtores com relação à adoção desse sistema, segundo foi evidenciado no estudo de Patricia Regina da Silva Zaluski e Ieso Costa Marques (2015), em que apontaram características do sistema integrado para os produtores da microrregião de Anápolis – GO. No levantamento, os apontamentos sobre as principais vantagens foram: “Redução de custos; Segurança de vendas de aves; Rentabilidade financeira; Garantia de matéria prima; Maior qualidade de produção de frangos; Garantia de assistência técnica; Bloqueio dos Concorrentes.” (ZALUSKI; MARQUES, 2015, p.13). Com relação às principais desvantagens: “Dependência da integradora; Pequena margem de ganho; Necessidade de grandes investimentos; Aumento de custos; Baixos preços de compra da produção integrada; Dificuldade de saída da atividade; Planejamento tecnológico.” (ZALUSKI, MARQUES 2015, p. 13).

Para a família agricultora, de acordo com Ana Paula Wendling Gomes e Adriano Provezano Gomes (2008), o sistema propicia entradas frequentes de caixa, o que garante uma renda permanente. Porém, os valores recebidos vão de acordo com a eficiência da produção, ou seja, a remuneração acontece conforme a produtividade do lote (WENDLING GOMES; GOMES, 2008). Vale salientar que nessa relação o produtor se encontra em uma condição desigual com a indústria, isso porque existe uma forte relação de dependência (ZIEBERT; SHIKIDA, 2004, p.1) “[...] de modo que a produção integrada passa a ser vista como um mecanismo arrefecedor de incertezas.”

Esses apontamentos podem ser identificados em famílias integradas ao agronegócio da microrregião de Pinhalzinho/SC, conforme evidenciado pelo estudo de Heisler, Renk e Bonamigo (2018): por um lado, a garantia de uma renda fixa a cada ciclo de atividade, fator climático minimizado e a não necessidade de grandes

extensões de terra; por outro, as jornadas de trabalho que podem chegar a 24 horas, a baixa remuneração e a necessidade de investimento são alguns dos limites apontados.

A instalação de indústrias de abate e produção de carnes contribuiu muito para o crescimento da produção avícola em todo Brasil. Com relação aos abates de cabeça de frango no ano de 2019, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), foram abatidas 5.805.315.413 cabeças de frango no Brasil. Já no primeiro trimestre de 2020 foi registrado o abate de 1.510.835.646 cabeças de frango, registrando um aumento de quase 5% no número de cabeças abatidas em comparativa com o primeiro trimestre de 2019 (IBGE, 2020). Com relação ao estado de Santa Catarina, foi registrado o abate de 818.399.648 cabeças de frango, no ano de 2019. No primeiro trimestre de 2020, foram abatidas 209.639.813 cabeças de frango (IBGE, 2019). O primeiro trimestre de 2020, registrou um aumento de 4% nos abates quando comparado ao número do primeiro trimestre de 2019 (IBGE, 2020).

O estado de Santa Catarina ficou entre os três maiores estados do país com relação ao número de abates realizados no ano de 2019, sendo o Paraná o estado líder em abates com 34,69% da produção, seguido de Santa Catarina com 15,40% e Rio Grande do Sul com 14,32% (ABPA, 2019). No primeiro trimestre de 2020, os estados ainda continuaram como os três principais abatedores de frango do país. Na análise comparativa entre o primeiro trimestre de 2019 e o primeiro trimestre de 2020, os três estados registraram aumento no número de abates 9,5% no estado do Paraná, 4% em Santa Catarina e 5% no estado do Rio Grande do Sul. Juntos no primeiro trimestre de 2020 abateram mais de 920 milhões de cabeças de frango (IBGE, 2019; IBGE, 2020).

É importante mencionar também algumas Instituições nacionais, estaduais e regionais que representam a categoria de avicultores, entre estes a Associação Brasileira dos Avicultores Integrados (ABAI), a Comissão para Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração (CADEC) e a Associação dos Avicultores do Sul Catarinense- AVISUL. De acordo com Benedet (2014) a ABAI foi criada dia 20 de agosto de 2014 em uma reunião na Confederação Nacional de Agricultura (CNA). A entidade tem como objetivo unir os esforços para buscar em nível nacional uma política de valorização dos integrados, garantindo a sustentabilidade econômica e social (BENEDET, 2014). Já a CADEC é uma comissão para acompanhamento, desenvolvimento e conciliação da integração formada por

representantes dos produtores e da indústria. Um dos objetivos da comissão é promover transparência contratual, onde são discutidos assuntos importantes entre integrados e integradora (CNA, 2021).

A AVISUL foi instituída na região de Santa Catarina, no ano de 2013, por meio de uma assembleia onde mais de 200 produtores e diversas lideranças políticas estavam presentes. Na época, dos 793 avicultores da região Associação de Municípios da Região de Laguna- AMUREL, Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense- AMESC e Associação dos Municípios da Região Carvoeira- AMREC, 471 já se associaram a entidade (SULINFOCO, 2013).

Além das instituições a legislação por meio da Lei Nº 13.288, de 16 de maio de 2016, dispõe sobre os contratos de integração, obrigações e responsabilidades nas relações contratuais entre produtores integrados e integradores, e dá outras providências que auxiliam as duas partes no momento de contratação. Sua atuação está estritamente coligada a Comissão de Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração - CADEC (BRASIL, 2016). De acordo com a legislação, os contratos de integração devem seguir as seguintes preposições:

Art. 4º O contrato de integração, sob pena de nulidade, deve ser escrito com clareza, precisão e ordem lógica, e deve dispor sobre as seguintes questões, sem prejuízo de outras que as partes contratantes considerem mutuamente aceitáveis:

I - as características gerais do sistema de integração e as exigências técnicas e legais para os contratantes;

II - as responsabilidades e as obrigações do integrador e do produtor integrado no sistema de produção;

III - os parâmetros técnicos e econômicos indicados ou anuídos pelo integrador com base no estudo de viabilidade econômica e financeira do projeto;

IV - os padrões de qualidade dos insumos fornecidos pelo integrador para a produção animal e dos produtos a serem entregues pelo integrado;

V - as fórmulas para o cálculo da eficiência da produção, com explicação detalhada dos parâmetros e da metodologia empregados na obtenção dos resultados;

VI - as formas e os prazos de distribuição dos resultados entre os contratantes;

VII - visando a assegurar a viabilidade econômica, o equilíbrio dos contratos e a continuidade do processo produtivo, será cumprido pelo integrador o valor de referência para a remuneração do integrado, definido pela Cadec na forma do art. 12 desta Lei, desde que atendidas as obrigações contidas no contrato;

VIII - os custos financeiros dos insumos fornecidos em adiantamento pelo integrador, não podendo ser superiores às taxas de juros captadas, devendo ser comprovadas pela Cadec;

IX - as condições para o acesso às áreas de produção por preposto ou empregado do integrador e às instalações industriais ou comerciais diretamente afetas ao objeto do contrato de integração pelo produtor integrado, seu preposto ou empregado;

X - as responsabilidades do integrador e do produtor integrado quanto ao recolhimento de tributos incidentes no sistema de integração;

XI - as obrigações do integrador e do produtor integrado no cumprimento da legislação de defesa agropecuária e sanitária;

XII - as obrigações do integrador e do produtor integrado no cumprimento da legislação ambiental;

XIII - os custos e a extensão de sua cobertura, em caso de obrigatoriedade de contratação de seguro de produção e do empreendimento, devendo eventual subsídio sobre o prêmio concedido pelo poder público ser direcionado proporcionalmente a quem arcar com os custos;

XIV - o prazo para aviso prévio, no caso de rescisão unilateral e antecipada do contrato de integração, deve levar em consideração o ciclo produtivo da atividade e o montante dos investimentos realizados, devidamente pactuado entre as partes;

XV - a instituição de Comissão de Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração - CADEC, a quem as partes poderão recorrer para a interpretação de cláusulas contratuais ou outras questões inerentes ao contrato de integração;

XVI - as sanções para os casos de inadimplemento e rescisão unilateral do contrato de integração (BRASIL, 2016).

A legislação impõe condições de viabilidade para integrados e integradores com relação ao contrato dos serviços, em que são definidos responsabilidades, parâmetros técnicos, custos e entre outras variáveis. A CADEC está estritamente relacionada à legislação e tem como objetivo mediar as contratações, de modo que não haja prejuízo para nenhuma das partes. Especificamente sobre os custos de produção, a Central de Inteligência de Aves e Suínos (EMBRAPA, 2021) apresenta uma subdivisão em cinco grandes grupos que formam o custo total do quilo de frango vivo, como demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 1- Custo de produção do quilo do frango vivo em Santa Catarina (2011-2020).

Média anual R\$/Kg	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Alimentação	1,19	1,37	1,37	1,42	1,48	1,80	1,49	1,75	1,67	2,23
Outros	0,38	0,35	0,47	0,50	0,50	0,50	0,48	0,56	0,68	0,73
Mão de obra	0,10	0,12	0,13	0,14	0,16	0,18	0,19	0,19	0,16	0,16
Custo de Capital	0,4	0,04	0,04	0,04	0,05	0,05	0,05	0,05	0,06	0,07
Depreciação	0,4	0,05	0,04	0,05	0,05	0,06	0,06	0,06	0,07	0,08
TOTAL	1,75	1,92	2,60	2,15	2,23	2,58	2,27	2,61	2,63	3,26

Fonte: (EMBRAPA, 2021).

A divisão entre indústria e produtores/as ficou estabelecida no período de análise da seguinte maneira; em média, a alimentação é 100% de responsabilidade da indústria; a categoria determinada como “outros” também, em sua maioria, de responsabilidade da indústria, que, em dez anos, assumiu mais de 80% dos custos; já a mão de obra, é de maior responsabilidade do produtor rural, que assume mais de 70% dos custos, assim como os custos de capital; a depreciação é custo 100% do produtor (EMBRAPA, 2021). Para que fique mais claro, a tabela a seguir demonstra a média de custo anual por quilo do frango vivo, subdividida entre os custos assumidos pela indústria e produtores/as no estado de Santa Catarina nos últimos dez anos.

Tabela 2- Média de custo de produção anual por quilo do frango - indústria e produtor - Santa Catarina (2011-2020).

Média anual R\$/Kg -Custo	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Industria	1,56	1,71	2,32	1,92	1,97	2,28	1,96	2,30	2,32	2,97
Produtor	0,19	0,21	0,28	0,23	0,26	0,30	0,31	0,31	0,31	0,29
TOTAL	1,75	1,92	2,60	2,15	2,23	2,58	2,27	2,61	2,63	3,26

Fonte: (EMBRAPA, 2020).

Sobre uma análise geral, em dez anos, a média de custo por quilo do frango vivo aumentou em mais de 85%, chegando a R\$3,23 em 2020, enquanto, em 2012, o valor era de R\$1,75. Apesar da indústria assumir, em mais de 85%, os custos de produção, o/a produtor/a tem responsabilidades financeiras em cima da produção integrada, que acaba por diminuir sua lucratividade no final de cada lote. Com relação ao preço pago, ao produtor, pelo quilo do frango vivo, a tabela abaixo traz a média do estado de Santa Catarina, entre os anos de 2011 e 2020.

Tabela 3-Preço médio do quilo por frango vivo em Santa Catarina (2011-2020)

Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Média anual R\$/Kg - Preço	1,59	1,73	1,88	1,92	2,08	2,42	2,20	2,36	2,48	2,67

Fonte: (EMBRAPA, 2020a).

Quando descontado o custo do/a produtor/a no preço pago pela indústria, obtém-se outro valor final pago ao produtor. A tabela a seguir demonstra o preço sem o custo do produtor com relação ao quilo vivo do frango na média por ano dos últimos dez anos.

Tabela 4 - Preço médio do quilo do frango com desconto dos custos pagos pelo produtor em uma média anual em Santa Catarina (2011-2020)

R\$/Kg – Média anual	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Preço	1,59	1,73	1,88	1,92	2,08	2,42	2,2	2,36	2,48	2,67
Custo do produtor	0,19	0,21	0,28	0,23	0,26	0,3	0,31	0,31	0,31	0,29
Preço com desconto do custo do produtor	1,40	1,52	1,60	1,69	1,82	2,12	1,89	2,05	2,17	2,38

Fonte: Adaptado de (EMBRAPA, 2020; 2020a).

O valor do quilo do frango vivo pago pela indústria para o produtor, quando contabilizado os custos que são de responsabilidade do mesmo, nos dez anos analisados, tiveram uma redução de 13% e 17%, em média. Já, para indústria, o valor final, considerando os custos para produção mais o valor pago aos produtores, estão expostos na tabela a seguir.

Tabela 5 - Custo final do Kg do frango vivo para indústria em Santa Catarina (2011-2020)

R\$/Kg – Média anual	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Preço Pago produtor	1,59	1,73	1,88	1,92	2,08	2,42	2,20	2,36	2,48	2,67
Custo de produção pago para Industria	1,56	1,71	2,32	1,92	1,97	2,28	1,96	2,30	2,32	2,97
Custo final da indústria	3,15	3,44	4,20	3,84	4,05	4,70	4,16	4,66	4,80	5,64

Fonte: Adaptado de (EMBRAPA, 2020; 2020a).

Nestes dez anos, a média paga ao produtor ficou muito próxima ao valor de custeio para produzir o frango. Com relação ao ano de 2021, muitas alterações podem ser observadas no que se refere aos custos e valores. Conforme disposto no site da Avicultura Industrial (2021), apenas no mês de setembro do ano mencionado,

ocorreram três variações no valor quilo frango vivo, nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Santa Catarina (AVICULTURA INDUSTRIAL, 2021).

A mesma base de informações registra que as variações ocorrem frente a mudanças no cenário econômico, com relação ao mercado externo, em 2021. A China, o Japão e a Arábia Saudita, grandes importadores da carne de frango do Brasil, continuam adquirindo um volume menor do produto quando comparado com o mesmo período de 2020. Contudo ocorreu uma alta na compra de outros países, tais como o México (750% de aumento) Filipinas (93% de aumento). No mercado interno, o aumento na demanda do frango está além da oferta, fato que ocorre pela baixa no poder aquisitivo dos/as brasileiros/as que vivem um período de extrema dificuldade (AVICULTURA INDUSTRIAL, 2021). De maneira geral, para que haja um equilíbrio, é necessário que o valor pago pela indústria esteja de acordo com todos os custos de produção – incluindo a força de trabalho da família produtora, pois como observado, o custeio para produção do quilo do frango vivo variou, em dez anos, entre R\$0,10 e R\$0,17.

Diante do exposto, é incontestável que a avicultura e todos os sistemas envolvidos a ela possuem uma grande representatividade socioeconômica para o estado de Santa Catarina. Assim como, a relação entre integrados e integradores demarca fortemente esse segmento, influenciando em todo processo produtivo e, também, na vida dos trabalhadores avícolas. O tópico a seguir traz uma breve consideração sobre o desenvolvimento rural e a agricultura familiar do município em estudo, com o objetivo de, na sequência, tratar especificamente da representatividade da produção avícola.

3.2 DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO FORQUILHINHA: PRINCIPAIS DETERMINANTES

O município de Forquilha possui território de 184km², está localizado no Sul do estado de Santa Catarina, pertence a microrregião de Criciúma e distante 220km da capital, Florianópolis (FORQUILHINHA/SC, 2020). A Figura a seguir apresenta a localização do município de Forquilha no mapa do estado de Santa Catarina.

Figura 1 - Mapa de localização do município Forquilha em SC



Fonte: Prefeitura Municipal de Forquilha (2010).

Abaixo segue o mapa do município Forquilha com a indicação de bairros e localidades, com referência ao ano de 2010.

Figura 2 - Bairros e localidades do município de Forquilha/SC



Fonte: Prefeitura Municipal de Forquilha (2010).

O município de Forquilha foi criado em 1989 pela Lei 7.587, anterior ao período era distrito do município de Criciúma (FORQUILHINHA/SC, 2020). O processo de emancipação iniciou em 1975, quando 180 eleitores que residiam no distrito encaminharam um abaixo assinado para a assembleia legislativa solicitando o processo, contudo, a emancipação só veio se efetivar na quarta tentativa, que aconteceu em 26 de abril de 1989, pela lei mencionada acima (ZANELATTO; OSÓRIO, 2012).

A população estimada do município, em 2019, era de 26.793 mil habitantes (IBGE, 2010b). A tabela a seguir retrata a população residente total, dividida por sexo e por domicílio urbano e rural, nos anos de 1991, 2000 e 2010.

Tabela 6- População residente, por sexo e situação de domicílio (Urbano e Rural) - Forquilha (1991- 2010)

Ano	Urbano			Rural			População Total
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	
1991	2.216	2.200	4.416	4.951	4.692	9.643	14.059
2000	7.359	7.197	14.556	1.931	1.861	3.792	18.348
2010	9.213	9.213	18.426	2.094	2.028	4.122	22.548

Fonte: Adaptado de Censo Demográficos (IBGE, 1991; 2000; 2010b).

A população total no ano de 2010 era de 22.548 mil habitantes: 50,2% do sexo masculino e 49,8% do sexo feminino. Com relação à população residente, 18.426 habitantes residiam em áreas urbanas, equivalente a 81,7% da população, e 4.122, em áreas rurais, que correspondia a 18,3% da população residente do município. Em vinte anos, a população residente rural reduziu em mais de 50% (IBGE, 2000; IBGE, 2010b).

Nos últimos 30 anos, a população do município cresceu mais de 80%, sendo que a média de crescimento a cada dez anos varia entre 20% e 30%, como observado na tabela acima.

Sob as análises de Wanderley (2009) no início do século XX, a população urbana começou a se posicionar como maioria, ocasionando uma baixa absoluta e relativa comparada à população rural. Conforme a autora, esse momento é demarcado pela passagem do rural em uma civilização agrária, para um rural inserido na sociedade urbano industrial (WANDERLEY, 2009a). Mais especificamente sobre a

sociedade brasileira, três pontos devem ser mencionados para entender tal realidade social:

A urbanização brasileira gerou uma enorme gama de pequenos municípios pouco “urbanos”; os setores industriais e de serviços permanecem ainda fortemente concentrados nas grandes cidades, apesar do movimento significativo de interiorização; a propriedade da terra permanece altamente concentrada (WANDERLEY, 2009a, p.63).

Neste sentido, a urbanização é um fator que trouxe grandes mudanças para sociedade, criou hierarquias entre aglomerações urbanas, em grandes e pequenas cidades, com menos de 20 mil habitantes (alguns especialistas, por exemplo, referem-se ao número de menos 50 mil habitantes). Com relação às pequenas cidades, muito se questionava sobre a “transformação” em territórios urbanos, tendo em vista que totalidade de habitantes não possuía condições para ser um perímetro urbano, reforçando a precariedade nas zonas rurais circundantes. A transição de áreas rurais para urbanas pode ser atribuída a possibilidade de uma maior arrecadação de impostos pelos municípios, frente a justificativa de melhoramento da área que se torna urbana (WANDERLEY, 2009a).

Antes de focar em determinantes de desenvolvimento rural e da agricultura familiar no município, convém trazer indicadores socioeconômicos que contribuem para uma compreensão mais ampla do território da pesquisa e de possíveis efeitos para a produção avícola de corte. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) do município, no ano de 2010, era de 0,753; nos anos anteriores, o registrou foi de 0,641 em 2000 e 0,468 em 1991 (IBGE, 2010). A Tabela 2 demonstra visualmente os índices de IDH dos anos supracitados.

Tabela 7 - Índice de Desenvolvimento Humano - Forquilha (1991-2010)

Ano	Valor
1991	0,468
2000	0,641
2010	0,753

Fonte: (IBGE, 2010).

O indicativo de IDHM é baseado na longevidade, educação e renda em uma escala que varia entre 0 (zero) até 1 (um), sendo que, quanto mais próximo de 1, maior é o desenvolvimento humano do município. Além do mais, o indicativo pode ser dividido em cinco níveis: 0,800 – 1,000 Muito Alto; 0,700 – 0,799 Alto; 0,600 – 0,699 Médio; 0,500 – 0,599 Baixo; e 0,000 – 0,499 Muito Baixo (PREARO; MARACCINI; ROMEIRO, 2014). Sendo assim, em quase vinte anos, Forquilha teve

um aumento de quase 0,3 pontos com relação ao IDHM, chegando ao índice de 0,753, classificando como um município de alto desenvolvimento.

Quando subdividido, os índices do município, nas três variantes indicativas, foram: 0,754 para renda; 0,861 longevidade; 0,657 educação. A longevidade é o indicativo que aparece com maior pontuação, seguido da renda e, por último, educação. Os três juntos foram o IDHM total, que é o utilizado como base para as análises com relação aos municípios (PNUD, 2010). O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a partir dos dados do IBGE de 2010, demonstra a posição dos municípios conforme o seu IDHM. Neste ranking, Forquilha ocupou a posição 488° junto com outros 19 municípios. A posição do município, no ano 2000, era 777° e, em 1991, 1302°. Os últimos municípios do ranking ocupavam a posição 5565° (PNUD, 2010).

No ano de 2010, cerca de 13.772 pessoas possuíam algum tipo de rendimento, sendo que a média deste era de R\$ 1.046,17 por pessoa. A população neste ano era de 22.548, o que indica que mais de 60% dos/as moradores/as do município possuíam algum tipo de renda. A tabela 3 demonstra mais claramente esses dados, incluindo também a situação domiciliar – urbano e rural (IBGE, 2010c).

Tabela 8 - Número de pessoas com rendimento e valor médio mensal de rendimento divididos por situação domiciliar - Forquilha (2010)

	Número de Pessoas	Valor Médio Rendimento Mensal (R\$)
Urbano	11.192	1.051,35
Rural	2.580	1.023,79
Total	13.772	1.046,17

Fonte: (IBGE, 2010c)

Quando se divide o número total por situação domiciliar, verifica-se que 11.192 pessoas com rendimento estavam no urbano e 2.580 pessoas no rural. Comparando esses números com a população total de Forquilha, cerca de 60,7% da população urbana e 62,6% da população rural possuíam algum tipo de rendimento. Neste caso, observa-se que não havia grande disparidade entre o urbano e rural, quanto ao número de pessoas com rendimento. Essa lógica também se estabelece com relação ao valor médio mensal de recebimento, no urbano no ano de 2010 a média era de R\$1.051,35 e no rural R\$1.023,79, com diferença de R\$27,56 (IBGE, 2010c).

Se comparada à média mensal de rendimento do município com o estado de Santa Catarina e com o Brasil no mesmo período, destaca-se uma maior média de renda mensal com relação à população urbana e menor média de renda mensal entre a população rural. Ou seja, em 2010, em Santa Catarina, a média de renda mensal da população urbana era de R\$1.397,36 e da rural R\$917,55. No Brasil, a população urbana tinha média mensal de renda de R\$1.293,54 e a rural de R\$592,14 (IBGE, 2020c). Ainda sobre a perspectiva de total de pessoas com rendimento e média de renda mensal do município, a tabela a seguir adiciona a situação domiciliar com a distinção de sexo.

Tabela 9 - Número de pessoas com rendimento e valor médio mensal de rendimento divididos por situação domiciliar e sexo - Forquilha (2010)

	Masculino			Feminino		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
Nº de pessoas	6.244	1.507	7.751	4.948	1.073	6.021
Valor média mês (R\$)	1.248,76	1.185,22	-	802,23	796,93	-

Fonte: (IBGE, 2010c).

Quando se segmenta a população rural e urbana por sexo, é possível perceber que o número maior de pessoas com rendimento era do sexo masculino e com média mensal de rendimento maior quando comparada a das mulheres, nas duas situações de domicílio, urbano e rural. Cerca de 56,28% da população com rendimento era masculina e 43,7% feminina. Nos contextos urbano e rural, respectivamente, os homens recebiam em média 35% (R\$446,53) e 32% (R\$388,29) a mais que as mulheres. Os valores indicam uma disparidade salarial entre homens e mulheres quanto à média mensal de renda e número de pessoas com rendimento no município estudado (IBGE, 2010c).

Com relação ao tipo de moradia diante da situação domiciliar, referente aos dados de 2010, no município, observa-se, tanto no rural, quanto no urbano, a presença maior de imóveis próprios, assim como demonstra a tabela a seguir.

Tabela 10 - Situação do domicílio, segundo o tipo do domicílio - Forquilha (2010)

	Próprio	Alugado	Cedido	Outra Condição	Total
Urbano	4.543	903	217	15	5.678
Rural	1.114	55	79	8	1.256
Total	5.657	958	296	23	6.934

Fonte: (IBGE, 2010d).

No urbano, do total de 5.678 domicílios, 80% eram moradias próprias, 16% alugadas e 1,39% cedidas. Já no rural, o total de domicílios era de 1.256, sendo 88,7% próprios, 4,3% alugados e 6,3% cedidos. No rural, tinha uma maior porcentagem de domicílios próprios e de domicílios cedidos, quando comparados com territórios considerados urbanos (IBGE, 2010d).

Sobre as condições dos domicílios de famílias moradoras do município, do total, apenas, seis não possuíam energia elétrica (IBGE, 2010e), como demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 11 - Domicílios por situação domiciliar com ou sem energia elétrica-Forquilhinha (2010)

Energia Elétrica	Urbano	Rural
Tinham	5.675	1.253
Não Tinham	3	3
Total	5.678	1.256

Fonte: (IBGE, 2010e).

A rede distribuidora de energia do município iniciou suas atividades no ano de 1959, quando Forquilhinha ainda era distrito de Criciúma, sendo que o principal objetivo da cooperativa era o fornecimento de energia elétrica de boa qualidade e com baixo custo, principalmente, as comunidades agrícolas, o comércio e as pequenas indústrias rurais na região (COOPERA, 2019). Neste sentido, a cooperativa de energia COOPERA esteve desde o princípio na construção do município e teve como principal objetivo distribuir energia, principalmente para comunidades agrícolas, que em grande maioria ficam em localidades mais afastadas e geralmente tem acesso limitado com relação algumas serviços.

Na tabela 7, são apresentados os registros da presença de banheiros e sanitários nos domicílios do município de Forquilhinha no ano de 2010.

Tabela 12 - Domicílios por situação domiciliar banheiros e sanitários - Forquilhinha (2010)

Banheiro e Sanitário	Urbano	Rural
Tinham banheiro de uso exclusivo	5.654	1.230
Tinham sanitário	14	24
Não tinham banheiro nem sanitário	10	2
Total	5.678	1.256

Fonte: (IBGE, 2010e).

Mais de 99% da população urbana e 98% da população rural possuíam sanitários e banheiro em seus domicílios, apenas 0,18% (10) e 0,01%(2) não possuíam nenhum dos dois. Com relação a coleta de lixo realizada no município, a tabela a seguir demonstra alguns dados (IBGE, 2010e).

Tabela 13 - Domicílios por situação domiciliar sobre o destino do lixo - Forquilha (2010)

Destino do lixo	Urbano	Rural
Coletado	5.634	915
Queimado na propriedade	26	325
Enterrado na propriedade	5	9
Jogado em terreno baldio ou logradouro	-	6
Jogado em rio lago ou mar	1	-
Outro destino	12	1
Total	5.678	1.256

Fonte: (IBGE, 2010e).

O destino do lixo é subdividido em seis possibilidades, mas ainda a “coleta” tem maior porcentagem que os outros com 99,2% no urbano e 72,8% no rural. O que se destaca entre as possibilidades de destino do lixo é a quantidade que ainda era queimada em domicílios rurais, representando 25,9%, o que equivale a 325 domicílios (IBGE, 2010e). É importante destacar que queimar lixo doméstico é crime ambiental regido pela Lei nº 9.605 de 1998 (TJDFT,2021).

A Tabela 9 retrata a situação do município com relação ao abastecimento de água.

Tabela 14 - Domicílios por situação domiciliar sobre a forma de abastecimento de água - Forquilha (2010)

Forma de abastecimento de água	Urbano	Rural
Rede Geral	5.358	276
Poço ou nascente na propriedade	305	933
Poço ou nascente fora da propriedade	11	24
Carro pipa ou água da chuva	-	17
Rio, açude. Lago ou Igarapé	-	2
Outro	4	4
Total	5.678	1.256

Fonte: (IBGE, 2010e).

O que chama a atenção com relação ao abastecimento de água era o grande número de residências rurais que utilizavam como forma de abastecimento o poço ou nascente da propriedade, sendo equivalente a 74,2%, o que correspondia a

933 domicílios. Enquanto no urbano, esse modo de abastecimento era de 5%, para 94,3% com abastecimento por rede geral, ou seja, disponibilizado pela companhia de água responsável pela região (IBGE, 2010e). Contudo, “[...] a instalação de equipamentos públicos, tais como eletricidade, vias de comunicação, canalização de águas pluviais e sistemas de esgotos sanitários, deve refletir o reconhecimento dos direitos dos cidadãos, independentemente de seu local de moradia.” (WANDERLEY, 2009a, p.73-74).

A tabela a seguir traz a situação com relação à alfabetização dos moradores de Forquilha divididas por situação de domicílio.

Tabela 15- Pessoas com 10 anos ou mais de idade alfabetizadas por situação de domicílio em Forquilha (2010)

	Alfabetizado	Não alfabetizado	Total
Urbano	15.116	540	15.656
Rural	3.431	128	3.559

Fonte: (IBGE, 2010f).

Apenas 3,5% da população urbana e 3,6% da população rural com mais de 10 anos não era alfabetizada no município, um índice bastante positivo (IBGE, 2010f). Com relação ao trabalho e ao rendimento, a tabela a seguir apresenta o rendimento mensal por pessoas com mais de 10 anos, por situação domiciliar do município estudado, referente ao ano de 2010.

Tabela 16 - Pessoas com 10 anos ou mais e as classes de rendimento nominal mensal por situação de domicílio em Forquilha (2010)

Classe de rendimento nominal	Urbano	Rural	Total
Até 1/4 de salário mínimo	85	35	120
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	150	63	213
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	696	1.873	2.569
Mais de 01 a 02 salários mínimos	5.885	1.183	7.068
Mais de 02 a 03 salários mínimos	1.810	331	2.141
Mais de 03 a 05 salários mínimos	998	185	1.183
Mais de 05 a 10 salários mínimos	334	71	405
Mais de 10 a 15 salários mínimos	23	-	23
Mais de 15 a 20 salários mínimos	22	7	29
Mais de 20 a 30 salários mínimos	5	3	8
Mais de 30 salários mínimos	7	6	13
Sem rendimento	4.464	979	5.443
Total	14.479	4.754	19.233

Fonte: (IBGE, 2010g)

Em domicílios urbanos, 40% dos assalariados recebiam a média de 1 a 2 salários-mínimos enquanto em domicílios rurais era 39,4% da população recebia entre

1/2 e 1 salário mínimo. A segunda maior população do urbano se encaixa na classificação de sem rendimento, com representatividade de 30,8%, enquanto no rural representavam 20,5% da população. Quanto mais o rendimento aumenta, menor era a participação do rural, cerca de apenas 5,7% (272 pessoas) recebiam entre 3 e 30 salários-mínimos, para 9,6% (1.389 pessoas) da população urbana (IBGE, 2010g)

Quanto ao Produto Interno Bruto (PIB), por renda per capita, em 2017, o município registrou o valor de R\$ 31. 294.89. Este índice, em 7 anos, sofreu redução apenas em dois momentos quando comparado ao ano anterior, que foi no ano de 2010 (R\$19.242.25) e 2011(18.523.38), 2014(29.683.15) e 2015 (27.964.35). Contudo, vale salientar que no ano seguinte as reduções identificadas, o aumento foi maior ao equivalente registrado no ano anterior a queda (IBGE, 2017a). A Tabela 3, retrata essa perspectiva.

Tabela 17 - Produto Interno Bruto - PIB, Per Capta Serie - Forquilha (2010 e 2017)

Ano	R\$ (x1000)
2010	19.242.25
2011	18.523.38
2012	20.382.15
2013	21.755.98
2014	29.683.15
2015	27.964.35
2016	31.294.89

Fonte: (IBGE, 2017a).

O PIB Per Capta é a soma do valor total do PIB dividido pelo número de moradores do município. Outra forma de visualizar o PIB é na sua totalidade, em que o valor é composto pelas atividades agregadas aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. A Tabela 4 demonstra o PIB do município em sua totalidade entre os anos de 2010 e 2017.

Tabela 18 - Produto Interno Bruto Total - Valor Adicionado- Forquilha (2010 e 2017)

Ano	PIB – Total (x1000)
2010	433.874
2011	423.648
2012	472.519
2013	527.713

2014	739.261
2015	745.908
2016	714.769
2017	813.292

Fonte: (IBGE, 2017b).

Os índices de PIB são diretamente associados a condição econômica do município, que possui uma economia bastante diversificada, tendo em seu escopo áreas industriais, agroindústrias, empresas de extração e tratamento de minerais, indústrias de produtos alimentícios, metalúrgicas, indústrias químicas, indústria de vestuário, além de uma diversidade de pequenas e médias empresas que contribuem para a economia local, inclui-se aqui o comércio e a agricultura (FORQUILHINHA/SC, 2020). Sendo assim, a Tabela 5 traz o PIB de valor adicionado por atividade econômica do município estudado entre os anos 2010 e 2017.

Tabela 19 - Produto Interno Bruto - valor adicionado por atividade econômica - Forquilha - (2010 – 2017)

Ano	PIB – Agropecuária (x1000)	PIB- Indústria (x1000)	PIB- Serviços (x1000)
2010	34.442	181.664	115.651
2011	27.228	153.928	124.942
2012	36.484	162.851	147.984
2013	43.913	187.534	159.240
2014	50.422	302.150	211.588
2015	43.823	245.572	276.071
2016	60.956	190.330	272.183
2017	58.396	240.070	301.329

Fonte: (IBGE, 2017b).

Diante desses dados, destaca-se a contribuição de indústrias para a economia do município, sendo o setor de atividade que tem maior valor agregado com relação ao PIB. Sobre o setor da indústria, ressalta-se que no município está instalada uma grande multinacional de abate e corte de aves, que por sua vez influencia em toda a economia do mesmo. Posterior a indústria o setor de serviços é o que mais agrega valor ao PIB, seguindo do setor agropecuário, que ainda sim é de grande representatividade para Forquilha.

Sob estes aspectos, destaca-se o número de empresas cadastradas no município, assim como o número de população ocupada e o salário médio mensal

(por salário-mínimo), entre os anos 2010 e 2018, como demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 20 - Cadastro Central de Empresas de Forquilha (2010 – 2018)

Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Unidades Locais	743	754	804	860	866	900	830	836	848
Números de Empresas Atuentes	427	740	791	843	849	879	815	820	827
Pessoal Ocupado	8.201	8.272	8.502	9.002	8.763	8.601	8.739	8.719	8.425
Pessoal Ocupado Assalariado	7.236	4.351	7.419	7.935	7.620	7.403	7.657	7.565	7.284
Salário Médio Mensal	2,9	3,0	2,7	2,6	2,9	2,7	2,4	2,4	2,3

Fonte: (IBGE, 2018).

As unidades locais representam o endereço de atuação da empresa ou outra organização, ou seja, a localidade de inscrição do Cadastro Nacional da Pessoa jurídica – CNPJ. Já o número de empresas atuantes corresponde as que atuam e estão instaladas no município (IBGE, 2017). Com relação aos dados, o que se pode observar é o aumento da atuação de novas empresas com localização no município, quase se igualando aos registros de CNPJ a partir de 2011.

A respeito do pessoal ocupado, a média comparativa dos anos se manteve bastante próxima, exceto no ano de 2018, em que a queda no registro de empregos foi bastante significativa, visto que eram 8.425 pessoas empregadas, menor número registrado nos últimos sete anos. O salário médio mensal, que entre 2010 e 2015 variou entre 2,6 e 3,0, foi de 2,4, em 2016 e 2017, chegando a 2,3 em 2018. Além do mais, a Tabela 7 também traz o pessoal ocupado e não assalariado. É importante registrar que estes dados não contemplam o trabalho informal do município.

O município de Forquilha teve o maior crescimento econômico em 2020, dentre os municípios da AMREC. A estimativa de crescimento foi de 23,61%, ficando atrás apenas de Criciúma e Içara no ranking de todos os municípios. Em matéria publicada em jornal local, Tiago Monte (2021) observou que a agricultura de Forquilha representa 21% da economia da cidade, o que estima um valor de 130 milhões de reais movimentados, sendo um número bastante significativo.

Além da agricultura, o comércio e a produção de cerveja também possuem representatividade no município, contudo o abate de frangos e os engenhos de arroz são os destaques. A indústria de abate e produção de carnes instalada no município representa em média 35% da economia do mesmo. Muito bem estruturado, o

município possui uma das energias mais baratas do Brasil e um parque industrial bem organizado para a instalação de novas empresas, tendo uma expectativa de crescimento significativo para os próximos anos (MONTE, 2021).

Mais especificamente sobre a produção advinda do rural e a sua contribuição para a economia do município, de acordo com o Censo Agropecuário de 2017, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Forquilha, no período de levantamento de dados, possuía 554 estabelecimentos agropecuários. Para cada estabelecimento, constava uma pessoa como “responsável” e, destes, 524 eram do sexo masculino, 29 do sexo feminino e um ficou alocado na condição de “não se aplica”. Os estabelecimentos supracitados atuavam com a força de trabalho de um total de 1.832 pessoas, destas, 1.103 tinham laço de parentesco com o produtor e os outros 729 não tinham laço de parentesco com o produtor (IBGE, 2017). Quando se trata de estabelecimentos agropecuários, é necessário considerar a coexistência de mais de um tipo de produção, ou seja, o mesmo estabelecimento pode produzir arroz, milho e ter criações de gado e galinhas, por exemplo.

Neste sentido, pode-se considerar algumas formas de produção extremamente relevantes para o município, como a produção de arroz. Conforme o Censo Agropecuário de 2017, Forquilha ocupou a 1ª posição no estado de Santa Catarina em quantidade produzida (IBGE, 2017). A Tabela a seguir traz os dez principais municípios produtores de Santa Catarina, no ano de 2017.

Tabela 21 - Arroz com casca, classificação por quantidade produzida em municípios de SC (2017)

Classificação	Município	Quantidade Produzida em Toneladas
1	Forquilha	71.996
2	Meleiro	67.756
3	Turvo	66.819
4	Nova Veneza	57.217
5	Jacinto Machado	44.936
6	Tubarão	42.833
7	Massaranduba	41.916
8	Araranguá	30.491
9	Guaramirim	27.045
10	São João do Sul	25.753

Fonte: (IBGE, 2017).

De acordo com os dados do ano de 2017, no município, o cultivo do arroz ocorreu em 289 estabelecimentos, os quais somaram 71.996,300 toneladas produzidas, como demonstrado acima. Com relação ao número de estabelecimentos que produziram arroz, o município ocupou o quarto lugar no ranking de produtores de Santa Catarina. Diante do número de hectares plantados, o município registrou um aumento com relação a área plantada a partir de 2013, com 10.000 hectares plantados em 2018 e 2019, como demonstrado na Tabela 8.

Tabela 22 - Área de Arroz plantado no município de Forquilha, por hectare (2010 - 2018)

Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Hectares	9.80	9.80	9.80	9.85	9.85	9.85	9.90	10.000	10.00
Plantados	0	0	0	0	0	0	0		0

Fonte: (IBGE, 2019a).

Na 2ª posição, verifica-se o cultivo do milho, com 247 estabelecimentos, que juntos produziram 9.559,750 toneladas (IBGE, 2017). Os números de hectares plantados demonstram a grande produtividade do município. A Tabela 9 demonstra o número de hectares plantados, no que diz respeito à produção total de cultivos do município comparado com Brasil e o estado de Santa Catarina (2010 - 2019).

Tabela 23 - Área plantada por hectares - Brasil, Santa Catarina e Forquilha (2010 - 2019)

Ano	Brasil	Santa Catarina	Forquilha
2010	59.059.599	1.591.863	11.630
2011	61.841.033	1.554.789	11.500
2012	63.005.046	1.490.575	11.390
2013	66.406.024	1.523.522	11.510
2014	70.398.423	1.545.746	11.649
2015	71.028.134	1.517.119	11.667
2016	71.432.966	1.502.254	11.742
2017	73.644.898	1.496.322	11.945
2018	73.263.685	1.439.650	12.380
2019	75.866.854	1.433.363	13.013

Fonte: (IBGE, 2019a).

Cabe salientar que a área de hectares produzida aumentou gradativamente nos últimos anos, mesmo **com a migração do rural** registrada no município. Sobre este

aspecto, convém ressaltar que grande parte de hectares plantados corresponde à produção de arroz, como demonstrado na Tabela 10. No ano 2019, 10.000 hectares foram ocupados com o cultivo de arroz, restando 3.013 hectares para outros tipos de plantações, como demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 24 - Plantações presentes no município de Forquilha e suas características- 2017

Tipo de plantação	Número de estabelecimentos	Quantidade produzida (toneladas)	Área colhida (Hectares)
Batata Inglesa	3	330	22
Cana de Açúcar	11	231	6
Cana de Açúcar Forrageira	3	56	2
Feijão Cor	5	8	6
Feijão Preto	17	149	294
Fumo	48	451	215
Mandioca	32	352	29
Melancia	3	80	8
Melão	3	3	2
Milho	247	9.560	1334
Milho Forrageiro	32	1.569	58
Soja	42	1.374	444

Fonte: (IBGE, 2017).

Além dos tipos de plantações descritas na tabela, o município também conta com a produção de banana, maracujá, pitaya, abacaxi, abobora, moranga, jerimum, alho e outros variantes do feijão. Essas produções não foram contabilizadas quanto à área plantada – hectares. Tratando-se da pecuária do município, no que compreende os estabelecimentos de produção, os bovinos apareceram em maior número com um total de 433 estabelecimentos e um efetivo de rebanho de 5.973 cabeças. Destes estabelecimentos, 259 produziam leite, totalizando a produção de 4.265.463 litros de leite no ano. A segunda maior produção do município foi de galináceos - galinhas, galos, frangos, frangas e pintos - com 376 estabelecimentos e um total de 748.387 cabeças. Sobre a produção de ovos, dos 376 estabelecimentos, 341 produzem ovos de galinha e, juntos, no período de um ano, produziram 143.438.000 dúzias de ovos (IBGE, 2017).

Como forma de esclarecimento, a produção de origem animal é classificada como produção primária da pecuária. Na pecuária, existe a classificação de rebanhos e planteis investigados, conforme segue: bovinos, suínos, matrizes de suínos, galináceos, galinhas, codornas, equinos, bubalinos caprinos e ovinos. Para cada classificação, há uma especificidade de animais que entram na contagem como

rebanho. Na presente pesquisa, a classificação Galináceos que prevê o total de espécie *Gallus gallus*, composto por galos, galinhas, frangas, frangos, pintos e pintainhas, conforme nomenclatura será utilizada para fins de definição da atividade e das informações obtidas na busca de dados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014).

O tópico seguinte trata da avicultura e sistemas de integração na produção e abate de aves com foco no município de Forquilha/SC.

3.3 CONFIGURAÇÕES DA AVICULTURA E SISTEMAS DE INTEGRAÇÃO NA PRODUÇÃO E ABATE DE AVES NO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC

Com foco na produção de galináceos para corte do município, a Tabela 11 demonstra o número de efetivos de rebanhos – cabeças- contidos no município no estado de Santa Catarina e no Brasil entre os anos de 2010 e 2019.

Tabela 25 - Efetivo dos rebanhos, por cabeça - Brasil, Santa Catarina e Forquilha (2010 – 2019)⁶

Ano	Brasil	Santa Catarina	Forquilha
2010	1.238.912.537	173.767.575	577.800
2011	1.268.209.405	175.262.969	769.007
2012	1.245.269.485	166.605.900	769.007
2013	1.246.637.953	152.982.665	539.596
2014	1.320.749.401	164.785.490	444.028
2015	1.326.452.695	144.248.301	309.619
2016	1.347.626.192	140.146.082	281.305
2017	1.426.659.433	153.759.518	353.390
2018	1.465.646.194	141.182.566	259.345
2019	1.466.556.199	130.681.617	365.747

Fonte: (IBGE, 2019b).

Conforme os dados demonstrados nos três âmbitos, o que se pode observar é uma queda no número de cabeças a partir do ano de 2013, no município. A queda, também, ocorreu com referência ao estado, mais significativamente a partir de 2015, que depois deste período se manteve estável. No Brasil, em sua amplitude, o número de cabeças só aumentou. Para visualizar a produção do município de uma forma mais local, a Tabela a seguir demonstra o ranking do efetivo de rebanhos de

⁶ Outra pontuação importante se faz aos números de cabeças e suas correlações com a data vigente de coleta de dados, o Censo Agropecuário tem data divergente da data das coletas obtidas por meio do Sistema de Recuperação Automática.

galináceos – cabeças- da mesorregião de Criciúma referente ao Censo agropecuário de 2017, onde está localizado o município de Forquilha. Nos números totais da produção do município, estão incluídas galinhas de corte e para a produção de ovos.

Tabela 26 - Efetivo de rebanho por cabeças em municípios da Mesorregião de Criciúma (2017)

Nº	Município	Cabeças
1	Lauro Muller	2.057.000
2	Siderópolis	1.345.000
3	Nova Veneza	1.205.000
4	Urussanga	788.000
5	Forquilha	748.000
6	Treviso	609.000
7	Içara	443.000
8	Cocal do Sul	180.000
9	Criciúma	118.000
10	Morro da Fumaça	90.000
11	Balneário Rincão	43.000

Fonte: (IBGE, 2017).

O município ficou em quinto lugar, quanto ao ranking da mesorregião de Criciúma no que diz respeito ao número de cabeças de galináceos⁷. Cabe aqui ressaltar que, entre os municípios listados, Nova Veneza e Forquilha são os dois que têm a presença de uma empresa multinacional de abate e produção de carnes. Sendo assim, a região Sul Catarinense de acordo com Gilvani Mazzucco Jung e João Henrique Zanelatto (2018), possui uma demanda bastante alta com relação à produção agrícola familiar. As agroindústrias instaladas na localidade justificam esse fato, visto que se torna pertinente a presença de produtores proprietário de aviários que fornecem matérias-primas para os complexos agroindustriais instalados nos municípios (ROCHA, 2012). O processo de integração emerge dentro deste setor de produção, principalmente por mudanças advindas da troca de comando de grupos econômicos entre as décadas de 1990 e 2010. Os três estados do Sul do país acabam por juntos formar um complexo agroindustrial de suínos e aves (JUNG; ZANELATTO, 2018).

⁷ Galinhas, galos, frangos, frangas e pintos.

Em uma breve retrospectiva histórica, no município de Forquilha em 1963, a fundação do Frigorífico Sul Catarinense S.A – FRISULCA- se instalou no município (ZANELATTO; OSÓRIO, 2015). Já em 1977, a AgroEliane iniciou o projeto de abate de aves que posteriormente, em 1994, foi comprado pela Ceval/Hering. Já em 1988, a Seara/Ceval foi adquirida pela Bunge Alimentos e, em 1998, pela norte-americana Cargil e, em 2009, pela Marfrig. Nos municípios de Nova Veneza e Morro Grande, a instalação das indústrias aconteceram em 1997, com a Agrovêneto e 2006, com a unidade Tramonto, respectivamente. Dentre essa conjuntura é importante destacar a grande concentração do setor das grandes marcas como, Sadia e Perdigão, atual BRF e Seara e Aurora. O investimento no setor acabou por gerar incentivo municipal e estadual, refletindo no crescimento do número de estabelecimentos rurais avícolas frente a demanda (JUNG; ZANELATTO, 2018).

De modo a contemplar os números de cabeças de galináceos junto a incorporações das marcas das grandes indústrias no município de Forquilha e nos outros dois supracitados, a Tabela 13 traz uma retrospectiva de 19 anos a partir de 1990 sobre o número de efetivos do município.

Tabela 27- Efetivo de rebanho de galináceos, por cabeças - Forquilha (1990 – 2009)

Ano	Forquilha
1990	65.000
1991	66.750
1992	38.000
1993	66.500
1994	51.500
1995	55.000
1996	112.000
1997	90.000
1998	75.000
1999	81.600
2000	123.650
2001	195.500
2002	230.000
2003	459.000
2004	546.500
2005	443.000
2006	418.000

2007	500.000
2008	639.000
2009	508.500

Fonte: (IBGE, 2019b).

As grandes marcas assumindo a indústria do município influenciaram no crescimento do efetivo de rebanhos de galináceos, salvo os anos de 1994 e 1998, também, 2009. Destaca-se que a partir dos anos 2000, a produção chegou a mais de 100.000 – registrado antes só no ano de 1996 - e o número de cabeças no município só aumentou.

Mesmo com índices de crescimento, o mercado não deixou de ser atingido por momentos de sazonalidade. Em 2012, a JBS multinacional especializada em processamento de alimentos, adquiriu a Agrovêneto empresa de processamento de frangos. Esse ano, foi marcado pelo início da crise que atingiu os médios frigoríficos de Santa Catarina. Conforme Jung e Zanelatto (2020) a crise derivou da alta do preço do milho no mercado Brasileiro, que justifica a queda na quantidade de rebanho de galináceos do município em estudo e do estado de Santa Catarina a partir do ano de 2013, como apresentado na tabela 11.

Neste mesmo período, de acordo com Jung e Zanelatto (2014) a JBS também comprou a Seara que também era uma grande empresa internacional de processamento de alimentos, se tornando a segunda maior empresa de processamento de aves do Brasil. A compra das empresas pela JBS criou um monopólio e desencadeou um processo de cortes dos direitos dos trabalhadores nos frigoríficos e redução da renda dos produtores integrados (JUNG; ZANELATTO, 2020).

Consequentemente, conforme os autores citados o processo atingiu avicultores integrados do sul catarinense, antes já inseridos em um ambiente precário e, com a chegada da JBS, a precariedade foi ainda maior. A integradora constituiu novos contratos, unilaterais que excluía os produtores e incluía aqueles que se condicionavam na construção e ampliação de granjas. A saída dos produtores fez com que despertasse a resistência por meio da monopolização criada, advinda do capital. A Associação dos Avicultores do Sul de Santa Catarina (AVISUL) esteve à frente das mobilizações coletivas para reivindicar os direitos dos avicultores (JUNG; ZANELATTO, 2020).

Em 2013, diante de terceira tentativa de negociação, o vice presidente da AVISUL, Walmir Fontanella Fabro, apresentou uma lista de reivindicações, onde não se houve acordo. A indignação dos produtores e da Associação era sobre o custo de produção e a busca por melhor remuneração dos avicultores, que era muito baixa. Além do mais, todos queriam entender o desligamento sem explicação de avicultores do processo de integrados (CARDOSO, 2013).

As reivindicações se repetiram no ano de 2014, pois o foi reivindicado no fim de 2013 não foi atendido pela JBS. Dentre as reivindicações, foi contestado o valor pago por ave, estipulado em R\$ 0,40. A categoria reivindicou entre R\$ 0,60 e R\$ 0,80 por animal. Na época, o setor empregava 800 famílias e movimentava 15% da econômica da região sul (SINTIACAR, 2014). No ano de 2015, os avicultores da região das unidades da JBS de Forquilha, Nova Veneza e Morro Grande vendiam o frango no valor de 0,63. A partir de negociações da AVISUL, a categoria obteve um aumento de 9%, passando a ser 0,69 (FERREIRA, 2015).

Entre os anos de 2014 e 2016, segundo Jung e Zanelatto (2014) os avicultores vivenciaram momentos desgastantes, visto que acordos coletivos não foram em grande medida aceitos por parte da JBS, por mais que a associação tenha feito o possível para paletear as decisões da indústria. Em 2017, ocorreu o fechamento da unidade da empresa no município de Morro Grande, que atingiu muitas famílias (JUNG; ZANELATTO, 2020). O fechamento da JBS no município fez com que muitos produtores fossem desligados da parceria de integração, restando dívidas por conta dos investimentos feitos para a melhoria e expansão dos aviários. O ocorrido fez com que alguns dos avicultores integrados fossem transferidos para as unidades de Forquilha e Nova Veneza (PORTAL R2S, 2018). Avicultores viveram a seguinte situação: “ruim com a integradora, pior sem ela” (JUNG; ZANELATTO, 2020, p.415).

Os investimentos realizados pelos/as produtores/as avícolas, em grande parte, são acionados a partir do crédito rural. No último Plano Safra 2020/2021, o governo direcionou cerca de R\$236,3 bilhões de reais para crédito rural (CRISTINA; MARQUES, 2021). Comparado com o último plano de 2019/2020, houve uma redução nos dois primeiros programas e um aumento de 5% na distribuição para cooperativas e produtores em geral (CRISTINA; MARQUES, 2021).

As tabelas a seguir demonstram o total de estabelecimentos de agricultura, na condição de proprietários de terra, que possuem e não possuem financiamentos, distribuído por todos os modelos de produção e, apenas, produtores de pecuária e

outros animais, no Brasil, em Santa Catarina e no município de Forquilha, no ano de 2017.

Tabela 28 - Total de estabelecimentos inseridos na Agricultura família, e apenas pecuária que são provenientes de crédito ou não no Brasil, Santa Catarina e Forquilha no ano de 2017

BRASIL		
Grupos de Atividades Econômica	Todos Modelos de produção Agricultura Familiar	Produção de Pecuária e outros animais
Total	601.191	307.467
Não são Provenientes de crédito	279.157	145.067
São provenientes de crédito	322.034	162.398
SANTA CATARINA		
Grupos de Atividades Econômica	Todos Modelos de produção Agricultura Familiar	Produção de Pecuária e outros animais
Total	44.907	22.138
Não são Provenientes de crédito	14.127	6.411
São provenientes de crédito	30.780	15.727
FORQUILHINHA		
Grupos de Atividades Econômica	Todos os Modelos de produção Agricultura Familiar	Produção de Pecuária e outros animais
Total	147	33
Não são Provenientes de crédito	29	13
São provenientes de crédito	118	20

Fonte: (IBGE, 2017d).

Com relação ao Brasil, do total de produtores, de todos os modelos de produção, 53,5% eram provenientes de alguma modelo de concessão de crédito e, quando analisada somente a produção de pecuária e de outros animais, a diferença foi mínima e correspondeu 52,8% da população proveniente de algum tipo de crédito. Quando subdividimos para o estado de Santa Catarina, o número de produtores, provenientes de algum tipo de crédito, foi ainda maior, cerca de 68,5% com relação a todos os modelos de produção e 70,8% dos produtores familiares de pecuária e outros animais (IBGE, 2017d). Em Forquilha, os dados se repetem. Do total, 80,2% estava relacionado a modelos de agricultura familiar do município proveniente de alguma concessão de crédito e 60,6%. da produção de pecuária e outros municípios pelos dados, verifica-se que a concessão de crédito é comum e corresponde a um número expressivo de concessionados no meio rural, especificamente, a modelos de produção da agricultura familiar.

Em grande medida, o município estudado merece atenção, não só pelo fato da sua grande atividade econômica diversificada, salvo influência da indústria e abate e produção de carnes instalada no município, mas também por sua representatividade advinda da produção rural. Sua extensão, número de habitantes e atividades econômicas sobre a lógica da agricultura familiar caracterizam o mesmo como um município rural, de modo essa forma de produção deve ser valorizada e entendida. Apesar da produção de galináceos não ser a maior produção pecuária advinda do município, muitas famílias sobrevivem desse modelo de produção, que pelos dados demonstrados influenciam fortemente na economia do município de Forquilha, que vem crescendo gradativamente com o passar dos anos.

4 FAMÍLIAS PRODUTORAS AVÍCOLAS, PROPRIEDADES RURAIS E O SISTEMA INTEGRADO NO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC

No capítulo anterior, fez-se uma breve caracterização da produção avícola e do sistema integrado considerando especificidades do município de Forquilha. Nesse capítulo, será caracterizado o perfil dos/as participantes, considerando trajetórias laborais na agricultura e condições socioeconômicas, assim como a relação destas famílias produtoras avícolas com o sistema integrado.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS/AS PARTICIPANTES, DAS FAMÍLIAS AGRICULTORAS E DAS PROPRIEDADES RURAIS

A singularidade das famílias participantes chama bastante atenção pelo fato de que cada uma é marcada por um conjunto de características reprodutivas e produtivas bem específicas, mesmo que todas tenham em comum a produção avícola como principal fonte de renda. Como já destacado nos procedimentos metodológicos, foram entrevistados/as cônjuges de seis famílias, totalizando seis homens e cinco mulheres. O Quadro 1 retrata algumas características dos/as participantes, tais como o estado civil, naturalidade, idade e escolaridade. Por questões éticas relativas à identificação, ao longo do texto de análise, optou pelo registro das famílias pelas letras A, B, C, D, E, F, assim como pela letra P, seguida do número do/a participante, em ordem numérica crescente de 1 a 11.

Quadro 1 - Caracterização dos/as participantes por família

Família/ Participante	Sexo	Estado Civil	Naturalidad e	Idade	Escolaridade
A/P1	M	Casado	Forquilhinha	43	Fundamental Incompleto
A/P2	F	Casada	Forquilhinha	41	Pós-Graduação
B/P3	M	Casado	Rio Fortuna	29	Graduação
B/P4	F	Casada	Sombrio	24	Ensino médio completo/tecnólogo
C/P5	M	Casado	Meleiro	42	Fundamental Incompleto
C/P6	F	Casada	Criciúma	43	Fundamental Incompleto
D/P7	M	Casado	Içara	51	Ensino médio completo
E/P8	M	Casado	Forquilhinha	63	Ensino fundamental incompleto
E/P9	F	Casada	Forquilhinha	61	Ensino Fundamental Incompleto
F/P10	M	Casado	Criciúma	36	Ensino médio completo/tecnólogo
F/P11	F	Casada	Forquilhinha	34	Pós-Graduação

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base nas entrevistas.

Pelas informações reunidas no quadro, destaca-se que os/as participantes tinham idades entre 24 e 63 anos. O casal da família B, era o mais jovem, 24 anos (esposa) e 29 anos (esposo). Na sequência, a família F, 34 anos (esposa) e 36 (esposo). Na faixa dos 40, os casais das famílias A e C. Já com 51 anos, o participante da família D. O casal da família E, tinha 61 esposa (esposa) e 63 anos (esposo).

Com relação à naturalidade, cinco eram do município de Forquilhinha; dois de Criciúma; quatro, respectivamente, dos municípios de Rio Fortuna, Sombrio, Meleiro e Içara. Quanto à escolaridade, as participantes 2 e 10 tinham cursos de pós-graduação e o entrevistado 3 era graduado. Os participantes 04 e 10 concluíram o ensino médio e tecnólogo, realizado de forma concomitante. O participante 7 concluiu o ensino médio e cinco participantes tinham o ensino fundamental incompleto.

As características dos/as participantes dessa pesquisa e a forma como de reprodução da produção avícola se assemelham muito com as dos participantes da pesquisa de Ivanete Daga Cielo, Weimar Freire da Rocha e Fernanda Cristina Sánchez-Canevesi (2019), que teve como objetivo identificar a importância socioeconômica da integração avícola para os produtores da mesorregião oeste do Paraná e os resultados foram: participação majoritária de pequenos produtores e produções integradas a agroindústria; obtenção de renda em um menor período,

comparado com a produção de grãos e ao aproveitamento da mão de obra familiar; significativa participação do trabalho feminino e maior níveis de rendimento, superiores ao rendimento comparado com os aviários em que trabalham só homens; poucos trabalhadores com idade inferior a 30 anos; níveis de escolaridade superior à média nacional brasileira de populações rurais; pequena margem de lucro; possibilidade de financiamentos para estruturas físicas e aparato tecnológico; segurança em relação a comercialização garantida e assistência técnica ofertada por meio do sistema de integração.

Observa-se que os/as participantes que tinham idades entre 24 e 41 anos possuíam maiores índices de escolaridade - ensino médio completo; graduação e pós graduação. Acima dessa faixa etária, apenas um participante possuía ensino médio completo. Essa realidade pode ser justificada pela possibilidade de os/as participantes jovens viverem em um período que mudanças e o direito à educação da população do campo já eram sentidas, sobretudo, como resultado das mobilizações e reivindicações de movimentos sociais. Conforme Freitas (2011), a origem do movimento pela educação do campo pode ser localizada nos anos 1960, interrompido pela ditadura militar e retomado pelos movimentos sociais apenas na década de 1980 (FREITAS, 2011). Neste caso, as lutas pela construção de políticas públicas com relação à educação rural foram retomadas quando os/as participantes, que na data da pesquisa tinham em média 40 anos ou mais, já eram adolescentes. Logo, é importante considerar que mudanças envolvendo políticas públicas podem levar um tempo até começarem a produzir resultados.

O estudo de Silva e Benites (2022), com base no Censo Agropecuário de 2017, sobre a autonomia das mulheres do campo na região sul do país - nos contextos dos estados de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e do Paraná- trouxe a questão da escolaridade para análise e demonstrou que a maior parte das mulheres da região mencionada possuía até, no máximo, o ensino fundamental (SILVA; BENITES, 2022). A realidade observada pela pesquisa citada vem ao encontro da trajetória de duas das participantes entrevistadas, que tinham o ensino fundamental incompleto. Mas não representa a das outras três participantes, com formação em cursos de tecnólogo e de pós graduação. Além de uma justificativa pela idade, como já mencionado, também, pode ser relacionada à localização do município e suas configurações educacionais.

As instituições de ensino no meio rural começaram a ser criadas no início do século XX, como uma estratégia para a contenção do fluxo migratório do campo, em que foi oferecida a uma pequena parcela da população rural uma educação instrumental, visando o treinamento de mão de obra (VENDRAMINI, 2015). “[...] em um olhar de conotação histórica, muitos sujeitos residentes em zonas rurais, afastam-se da educação ali sistematizada por diversos fatores, como má qualidade, falta de professores e falta de recursos” (SIMÕES; TORRES, 2011, p.3).

Quanto ao município estudado, sua primeira instituição de ensino foi inaugurada em 1915 (MUNICIPIO DE FORQUILHINHA, 2020a), o que implica considerar que, quando todos os/as participantes nasceram, provavelmente, já havia mais de uma, visto a idade dos/as participantes nascidos/as décadas depois. Entretanto, não podemos afirmar que todos/as tiveram a oportunidade de estudar ou nessa primeira escola ou em outras que foram sendo construídas ao longo dos anos, isso porque a presença de uma escola em determinada localidade, por ela mesma, não caracteriza a iniciação e/ou permanência de uma criança e/ou adolescente. Devemos pensar em uma realidade individual mediante sua localização territorial, as trajetórias de vida, padrões socioculturais de cada época, o incentivo de família, governo e/ou comunidade e condições socioeconômicas.

Cabe considerar que a rede de ensino de Forquilha foi sendo ampliada com o passar dos anos. Conforme os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira no ano de 2019 o município possuía 25 escolas, sendo três privadas, três estaduais e 19 municipais, divididas entre educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens adultos e um centro de atendimento educacional especializado, como demonstra o quadro a seguir.

Quadro 2 - Rede de ensino do município de Forquilha (2021)

Nº	Escola/Tipo de ensino	Bairro	Adm Loc	Fundação ⁸
1	EEB Angelo Ize (fundamental e médio)	Sanga do Engenho	Est./Rural	1928
2	Colégio Sagrada Família (infantil, fundamental e médio)	Centro	Priv./Urb	1935
3	CEI Pequenos Pensadores (infantil)	Santa Cruz	Mun./Urb.	1944
4	EEB Gabriel Serafim (infantil e fundamental)	Santa Libera	Mun./Urb.	1954
5	EEB Natalio Vassoler (fundamental e médio)	Vila Franca	Est./Urb.	1962
6	EEB Aloysius Back (fundamental)	Vila Lurdes	Mun./Urb.	1979
7	EEB Jose Alessio (infantil e fundamental)	Cidade Alta	Mun./Urb.	1980
8	EEB Estrela Da Manhã (infantil e fundamental)	Vila Franca	Mun./Urb.	1982
9	EEB Francisco Hoepers (infantil e fundamental)	Santa Isabel	Mun./Urb.	1983
10	EEB Waldemar Casagrande (fundamental)	Ouro Negro	Mun./Urb.	1984
11	CEI Tia Octavia (infantil)	Centro	Mun./Urb.	1987
12	EEB Luiz Tramontin (fundamental e médio)	Santa Isabel	Mun./Urb.	1990
13	Centro De Atendimento Educacional Especializado - Caesp Artur Arns - APAR	Ouro Negro	Priv./Urb	1997
14	CEI Ana Paulina (infantil)	Sanga Do Engenho	Mun./Rural	1999
15	CEI Com Paraíso Das Crianças (infantil)	Ouro Negro	Priv./Urb	2001
16	CEI Monteiro Lobato (infantil)	Santa Ana	Mun./Urb.	2002
17	CEI Cantinho Feliz (infantil)	Nova York	Mun./Urb.	2005
18	CEI Sonho Magico (infantil)	Cidade Alta	Mun./Urb.	2011
19	CEI Aquarela Do Saber (infantil)	Santa Cruz	Mun./Urb.	2019
20	CEI Primeiros Passos	Sanga Do Café	Mun./Urb.	2020
21	CEI Dra. Zilda Arns Neumann (infantil)	Vila Lourdes	Mun./Urb.	-
22	UD de Forquilha (educação de jovens e adultos)	Centro	Est./Urb	-
23	EEB Prof. Jakob Arns (infantil e fundamental)	Saturno	Mun./Urb.	-
24	CEI Estrela Guia (infantil)	Saturno	Mun./Urb.	-
25	EEB Egídio De Bona (infantil e fundamental)	Santa Cruz	Mun./Urb.	-

Fonte: (INEP, 2019)

Com relação ao ano que as escolas foram fundadas – das que conseguimos as informações – observa-se que os/as participantes que nasceram na

⁸ A data de fundação de cada escola foi obtida por meio do contato telefônico com cada uma delas. Entretanto, no caso de algumas escolas, o contato não foi possível.

década de 1950 tinham um número mais reduzido de escolas a disposição do que aqueles/as que nasceram entre a década 1980 e 1990. Essas informações contribuem para estimar a relação entre a idade dos/as participantes e seus níveis de escolaridade, mediante possibilidades limitadas ou não de acesso a escolas. Para além, dos 19⁹ bairros do município, 13 possuíam uma ou mais escolas. De todos os bairros com escolas, a Sanga do Engenho é o único considerado como área rural, os outros estavam localizados em perímetro urbano.

No período da pesquisa, o deslocamento de estudantes, residentes em bairros sem instituições de ensino, realizado pelo transporte coletivo municipal, implementado em 2005, a partir de uma parceria entre o Grupo Forquilha – empresa local de transporte fundada em 1980- e prefeitura municipal (GRUPO FORQUILHINHA, 2022; CARTA DE SERVIÇO DO MUNICIPIO DE FORQUILHINHA, 2022). O quadro a seguir demonstra um dos itinerários de transporte entre os bairros Vila Lourdes e Santa Isabel via Clarissas referente ao ano de 2022.

⁹ (1) Cidade Alta; (2) Santa Líbera; (3) Santa Cruz; (4) Ouro Negro; (5) Nova York; (6) Vila Franca; (7) Saturno; (8) Vila Lurdes ;(9) Santa Ana ;(10) Santa Isabel; (11) Santa Clara ;(12) Clarissas; (13) Centro; (14) Sanga do Engenho; (15) Sanga do Café; (16) Santa Terezinha;(17) São Pedro;(18) Taquara; (19) e Barra da Sanga.

Quadro 3 - Transporte entre bairros Forquilha - Linha Vila Lourdes/ Santa Isabel (2022)



NTC – Núcleo de Transporte e Circulação

100 - VILA LOURDES/SANTA ISABEL

Via Clarissas

Partida Santa Isabel					Partida Bairro				
Segunda a sexta-feira					Segunda a sexta-feira				
06:55	11:40A	16:45B	17:45C	21:57D	07:29	12:38A	17:06B	18:15C	22:27D
Sábados					Sábados				
Domingos e Feriados					Domingos e Feriados				
Itinerário: Segunda a sexta-feira 06:55 Santa Isabel /Santa Rosa /Linha Eyang /E.E.B. Luiz Tramontin /Centro /Clarissas /E.E.B. Aloysius Back /Vila Lourdes /Centro /E.E.B. Luiz Tramontin /E.E.B. Francisco Hoepers /Santa Isabel. 11:40A Santa Isabel /E.E.B. Luiz Tramontin /E.E.B. Francisco Hoepers /Santa Rosa /Sanga do Café (Santaíha) /Rod. 3C 448 /Santa Rosa /Linha Eyang /Ponte Do Centenário /Clarissas /E.E.B. Aloysius Back /Vila Lourdes /Centro /E.E.B. Luiz Tramontin /E.E.B. Francisco Hoepers /Santa Isabel. 16:45B Santa Isabel /E.E.B. Francisco Hoepers /E.E.B. Luiz Tramontin /Centro /E.E.B. Aloysius Back /Vila Lourdes /Clarissas /Centro /Santa Isabel. 17:45C Santa Isabel /Centro /Clarissas /Vila Lourdes /Clarissas /Centro /E.E.B. Luiz Tramontin /Santa Isabel. 21:57D Santa Isabel /E.E.B. Luiz Tramontin /Centro /Saburo /Clarissas /Vila Lourdes /Centro /Santa Isabel.									

Obs: Esta linha é realizada somente no período letivo.

Fonte: Grupo Forquilha (2022).

No itinerário, as escolas eram mencionadas como parte da rota, considerando que a saídas de ônibus entre os bairros só acontecia no período letivo. Além desse, são disponibilizadas mais cinco rotas, que dão acesso a outros bairros do município e principalmente, às escolas. A localização próxima dos municípios de Criciúma e Araranguá, também, pode se apresentar como um fator favorável quanto à educação dos residentes, pela oferta de outras instituições de ensino, públicas e privadas, nos âmbitos da educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, cursos tecnológicos, de graduação e pós-graduação. Além das formações disponíveis por meio de educação a distância. O transporte coletivo de estudantes entre os municípios de Forquilha e de Criciúma é disponibilizado diariamente pela empresa de transporte de Forquilha. Para estudantes do período noturno, residentes no município de Forquilha, era oferecido transporte gratuito.

Em uma perspectiva temporal, é necessário considerar as situações vivenciadas por cada participante em relação às possibilidades de acesso e permanência em instituições educacionais, por exemplo, a realidade do participante que nasceu em 1959 que tem 63 anos é muito diferente da participante que nasceu em 1998, de 24 anos. Além disso, nem todos os/as participantes nasceram e/ou

sempre residiram no município, sendo importante entender as diferenças de oportunidade e acesso considerando também a localização.

Sobre a questão da escolaridade, é importante trazer o relato da participante 2, de 41 anos, que realizou o sonho de fazer um curso de graduação depois de alguns anos de casada, quando seu marido concordou com o fato: “[...] ele deixou eu fazer a faculdade. Era meu sonho estudar, mas aí quando a gente casa que é mais novo [...] ele não queria que estudasse, aquelas coisas [...]”. A participante 11, apesar de ter a oportunidade de estudar, o pai não autorizou, como relatado: “Isso, quando eu estava na quarta série [...] porque ele disse que filha... sabe antigamente, que filha mulher tinha que ficar em casa [...] naquela época procuravam muito para doméstica, né? Pessoal que... até daqui que foram para Criciúma, tudo. Mas meu pai nunca deixou ninguém de nós sair.”

Nos dois casos mencionados, a possibilidade de estudar dependia da autorização de um homem. Quando criança, a participante 11 não teve autorização do seu pai. Já a participante 2, precisou que seu marido autorizasse. Essa posição de superioridade do homem na família tem relação com a sociedade patriarcal. O poder de decisão era masculino e, nos casos relatados, do pai e do marido. O patriarcado conforme Heleieth Saffioti (2004, p.44), “[...] como o próprio nome indica, é o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens.”

O patriarcado forma uma estrutura hierárquica, mediada por relações de poder, em que o homem é considerado superior à mulher. Por muitas vezes, a estrutura é naturalizada, sobretudo, por fazer parte do cotidiano. O homem enquanto pai tem o direito patriarcal sobre as mulheres da família, sendo o direito estendido ao marido da filha. Equivale dizer que, antes da figura do pai, dentro de qualquer família, já se tinha a figura do marido (SAFFIOTI, 2015). É um fenômeno em constante mudança e não fica restrito à família, está em todos os espaços da sociedade (SAFFIOTI, 2004).

Diferente da análise anterior relacionada às condições de escolaridade, o fato de as participantes 2 e 11 vivenciarem a possibilidade de continuidade dos estudos em um tempo mais recente não excluiu o poder de decisão masculino sobre suas escolhas. Ou seja, não deixou de propiciar a interferência do seu marido na decisão de estudar. Embora, as duas participantes tenham vivenciado a situação de uma forma diferente, na ocasião, esbarraram na mesma problemática, envolvendo a tomada de decisão de acordo com a autorização de um homem da família.

Dando sequência à descrição de características e da estrutura familiar dos/as participantes, todos/as eram casados/as e tinham filhos/as. O quadro a seguir demonstra detalhadamente a composição familiar dos/as participantes.

Quadro 4 - Composição familiar

Família	Composição Familiar
A	Casal e uma filha
B	Casal e um filho
C	Casal e uma filha
D	Casal, uma filha e um filho
E	Casal e três filhos
F	Casal, uma filha e um filho

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base nas entrevistas.

Conforme as entrevistas realizadas, é possível considerar que a produção avícola era conduzida por casais jovens e com filhos/as pequenos/as. Das seis famílias, apenas a família E tinha filhos/as adultos que não residiam no domicílio do casal, mas trabalhavam juntos. Enquanto as outras famílias, os/as filhos/as residiam com os pais, tinham idade entre seis meses e 15 anos. O participante 8 e a participante 9, estavam casados há 41 anos e sempre trabalharam com a agricultura, conforme os seus pais. A família da participante 9 plantava fumo e feijão. Ela relatou que, com 6 anos de idade, já participava da colheita:

[...] nós aqui no meu pai, o meu pai tinha fumo [...]com 6 anos nós tinha que da folha de fumo [se referindo à produtividade], que naquela época era tecido a mão, era tudo manual. Ainda, se não dava conta a tecedeira, minha prima beliscava para dar conta da folha. E depois, eu casei com 20 anos, ficamos ali sempre plantando [...] aqui, no caso, nós plantávamos fumo, tirava o fumo, plantava o feijão e era tudo a gente, a nossa família, meu pai e minha mãe [...]. Depois, eu casei com 20 anos, plantamos fumo 14 anos. Depois viemos aí aonde está os dois filhos, plantamos arroz e eu ajudava... a gente ajudava também (Participante 9).

A participante 9 nunca teve experiência em outro trabalho. Assim como sua esposa, o participante 8 trabalhou no cultivo do fumo com sua família desde quando tinha 8 anos de idade, seguindo na colheita mesmo depois de casado, mas disse que não gostava da produção. Insatisfeito, quando teve a oportunidade, trocou a produção de fumo pela a de arroz. A produção avícola surgiu como continuação de um trabalho da família da esposa.

Na ocasião da pesquisa, a família E mantinha as duas produções mencionadas, a de arroz e a avicultura. Assim como estes participantes, todas as famílias possuíam uma outra fonte de renda na agricultura e também fora dela. Com relação às produções agrícolas, o quadro a seguir demonstra outras produções agropecuárias e atividades realizadas pelas famílias.

Quadro 3 - Outras produções agropecuárias e atividades, por família

Família	Outras produções e atividades
A	Produção de pitaya
B	Arrendamento de terra para a produção de milho/arroz
C	Arrendamento de terra para a produção de arroz; piscicultura
D	Produção de milho; criação de gado; arrendamento de terra para a produção de arroz
E	Produção de arroz
F	Produção de arroz; criação de gado

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base nas entrevistas.

Do total, apenas a família A não produzia arroz ou arrendava terras para tal cultivo. As demais famílias estavam vinculadas à produção, mesmo que em poucas quantidades. O arroz é a produção agrícola mais forte no município, conforme os dados do IBGE (2017). Forquilha ocupou a 1ª posição no estado de Santa Catarina em quantidade produzida (IBGE, 2017). O milho também é uma produção comum entre as famílias agricultoras do município. A família B arrendava parte dos hectares da propriedade para outros agricultores plantarem milho. A família D plantava o grão. Conforme os dados do IBGE, o milho foi o 2º grão mais plantado no município de Forquilha (IBGE, 2017). As famílias D e F criavam gado, contudo, não era uma atividade que superava a produção avícola, com relação à renda.

A família A possuía apenas 1 hectare de terra, o que impossibilitava a realização de atividades que necessitam de maior espaço e a produção de pitaya se apresentou como alternativa de uma segunda renda agrícola, além do aviário, como mencionou o participante 01, quando questionado sobre a escolha de tal produção:

Pela quantia de terra que nós temos hoje. Não tem como 1 hectare de terra você plantar ... ah vamos viver plantando milho, ou arroz...[...] é pela quantidade, porque o aviário é uma coisa que arma em um espaço pequeno. Aí juntou o aviário e a pitaya, duas coisas com pedaço pequeno, que a gente consegue.

A piscicultura também apareceu entre as atividades desenvolvidas pela família C, como um projeto realizado pelo município em fase de construção. O participante 5,, era casado há 14 anos e tinha uma filha de 13 anos. A avicultura era

condição da família devido ao fato de que o participante assumiu a propriedade da família após o falecimento do pai e o adoecimento da mãe, que não queria mais trabalhar na agricultura. Antes da sucessão, o fumo também fazia parte da produção da família do participante, que decidiu parar de produzir. Quando perguntado sobre o motivo de deixar de produzir fumo, ele relatou: “ Porque era muito trabalhoso, na realidade antigamente era meio desumano, né? (Participante 5). As quatro irmãs do participante 5 não tinham relação com a produção avícola. Observou que, em muitos momentos, não quis dar continuidade ao trabalho da família e acabou trabalhando na indústria, mas retornou e atua há 19 anos na agricultura.

A participante 6 conheceu o esposo e veio morar em Forquilha. No seu último emprego, antes de casar, trabalhava no comércio. No período, a mãe era aposentada, mas foi costureira e o pai, já falecido, trabalhou como mineiro. Desde então, a participante se dedica ao trabalho da casa, da filha e da produção avícola.

Além das atividades agrícolas, atividades não agrícolas se apresentaram como fonte de renda de algumas famílias e são executadas pelas mulheres. Na família D, a esposa não trabalhava na produção avícola – por isso não foi entrevistada, mas tinha uma facção de roupas, que contribuía para a renda familiar. Já a participante 2 possuía um comércio, anexo à moradia e era líder de equipes de vendas de duas empresas que comercializam seus produtos por meio de catálogos. Neste caso, a atividade se alternava com as demandas da produção avícola e de pitaya.

A pluriatividade na família A pode ser observada no trabalho realizado pela participante desde que iniciaram na agricultura, mais especificamente na produção avícola. No período da entrevista, os dois estavam casados há 21 anos e tinham uma filha de 10 anos. O participante 1 e a participante 2 tinham a trajetória de trabalho marcada pela experiência fora e no meio rural. A participante 1 nasceu em uma família de agricultores, plantavam arroz e arrendavam a terra para plantação de mandioca. Mesmo acostumada com o trabalho na agricultura, relatou que quando mais jovem não queria ter uma outra profissão. Estudar foi uma estratégia encontrada pela participante para o alcance do seu objetivo. Entretanto, não se pode generalizar a impossibilidade de estudo quando se permanece na agricultura. Embora, é importante considerar condições adversas que limitam ou impossibilitam a continuidade dos estudos e a escolarização.

Quando a participante casou, foi morar junto com o esposo, no terreno que residem atualmente. No terreno, tinha uma casa e o casal tinha a intenção de reformá-

la, mas devido às condições do imóvel, foi necessário que construíssem outra. Nesse período, a participante trabalhou no comércio do município. Após a construção da casa, engravidou e acabou se dedicando ao cuidado da filha, por volta de um ano, depois retornou ao trabalho fora da propriedade familiar e iniciou a faculdade. No final da faculdade, a participante passou por problemas de saúde, saiu do emprego e contou que sua única vontade era a de ficar em casa.

No período, a renda familiar já provinha da produção avícola, que era conduzida pelo esposo. Com a decisão de não trabalhar mais fora da propriedade familiar, a participante 2 começou a dedicar tempo maior do seu dia para a agricultura. Algum tempo depois, iniciaram a produção de pitaya. Junto ao trabalho na agricultura, iniciou outros projetos como o da loja de roupa, costura e liderança de equipes de vendas, como já mencionado.

Quando indagada sobre o motivo de realizar diferentes atividades, a participante relatou: “Porque assim, quando eu... depois do tratamento ali para o pânico, se eu ficasse sem ocupar minha cabeça, era pior. E eu gosto de ter alguma coisa para fazer, eu não gosto de estar ali dentro de casa, sem fazer nada. Eu não gosto de ter o tempo ocioso.” (Participante 2). O transtorno de pânico conforme Giovanni Abrahão Salum, Carolina Blaya e Gisele Gus Manfro (2009, p.87) é:

[...] caracterizado pela presença de ataques de pânico recorrentes que consistem em uma sensação de medo ou mal-estar intenso acompanhada de sintomas físicos e cognitivos e que se iniciam de forma brusca, alcançando intensidade máxima em até 10 minutos. Estes ataques acarretam preocupações persistentes ou modificações importantes de comportamento em relação à possibilidade de ocorrência de novos ataques de ansiedade.

No transtorno de pânico, o medo é o principal sintoma, no momento ou na preocupação de o fato ocorrer de novo. Salum, Blaya e Manfro (2009) observam que o transtorno de pânico pode se manifestar por condições genéticas, ambientais, traumas de infância, eventos estressantes na vida adulta, fatores socioeconômicos, entre outros fatores.

O participante 1 tinha sua origem familiar na agricultura. Seu pai era funcionário de uma mina de carvão até que a esposa herdou terras e a partir desse período começaram a plantar fumo. No momento da pesquisa, o participante residia junto com a família (esposa e filha) na terra herdada pela mãe, que comprou de seu pai. Quando encerraram a plantação de fumo, foram feitas granjas por conta do tamanho da terra. Na data da entrevista, os pais do participante já estavam

aposentados. Quando indagado sobre a participação da mãe nas atividades da agricultura, o participante 1 afirmou: “Tudo junto [...] era pegado parêlho.” Apesar da trajetória da família na agricultura, o participante 1 teve experiência do trabalho fora. Contou que trabalhou por mais de seis anos na empresa de abate e produção de carnes do município de Forquilha e que saiu do seu emprego para montar o aviário.

A respeito da realização de atividades não agrícolas, as participantes 4 e 11, na ocasião da pesquisa, tinham filhos ainda bebês. Relataram que assumiram o cuidado com os filhos e mesmo após o período de licença maternidade não haviam retornado ao trabalho fora de casa. Quando questionada sobre quais eram suas atividades diárias, a participante 11 respondeu: “Comida, troco fralda e dou mama” . As duas participantes não sabiam ao certo qual seria o futuro com relação a suas carreiras profissionais, mas relataram que pretendiam voltar a trabalhar fora do domicílio.

Com base em outras pesquisas já apresentadas, pode-se estimar que, assim como em muitas outras unidades familiares do nosso país, três das seis famílias participantes eram pluriativas, mesmo que a avicultura fosse a fonte de renda principal. Na pesquisa de Rosani Maria Spavanello et al., (2019) realizada no município de Arvorezinha, no Rio Grande do Sul, sobre a inserção e a participação de mulheres em atividades não agrícolas, foram consideradas algumas vantagens, a saber: a possibilidade de uma renda própria, poder sobre o próprio destino e lazer, maior poder de decisão dentro da propriedade, maior valorização da atividade não agrícola pela família, auxílio dos filhos e marido nas atividades domésticas, ampliação dos espaços sociais e maior liberdade (SPAVANELLO et al., 2019).

Como observou o estudo, as atividades não agrícolas no âmbito da agricultura familiar são favoráveis à autonomização das mulheres rurais, considerando suas vantagens monetárias e não monetárias. Nesse sentido, destaca-se a necessidade de estudos sobre o potencial destas atividades em ampliar as possibilidades de permanência das mulheres no meio rural, levando em consideração que são as principais migrantes rumo aos centros urbanos, muito em virtude da desvalorização da sua atuação como agricultoras.

A pluriatividade assegura que as famílias se mantenham no campo, dando possibilidade de se reinventarem conforme as condições sociais, econômicas, climáticas, tecnologias e estruturais vão sendo impostas. Algumas situações

noticiadas pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA, 2022), ocorridas entre 2021 e 2022, trazem dimensão a esses fatos:

- No dia 26 de janeiro de 2022, a CNA solicitou ao governo federal medidas de emergências para auxiliar produtores rurais de várias regiões do país que estavam sofrendo ou pelas secas ou então pelas enchentes naquele período. Os estados afetados eram Minas Gerais e Bahia (CNA, 2022).
- No dia 8 de dezembro de 2021, a CNA noticiou o aumento de mais de 100% no custo dos fertilizantes e defensivos utilizados na plantação de soja e milho, denunciando que a tendência para o próximo ano é de que este quadro se mantenha. A entidade afirmou que mesmo com a elevação dos preços e o aumento de produção de algumas culturas, a alta dos custos de produção deve achatar a margem de lucro do produtor rural de maneira geral (CNA, 2021).
- No estado do Paraná, no dia 20 de dezembro de 2021, a CNA divulgou que mesmo com o aumento das exportações e do valor final na carne de frango, o cenário não foi tão positivo aos produtores, porque os custos de produção aumentaram e os produtores estão trabalhando no vermelho. A remuneração pelo quilo de frango entregue à agroindústria foi reajustada nas localidades, no entanto, não foi suficiente para cobrir os custos totais da atividade, que subiram a um índice superior (CNA, 2021b).

Diante dos fatos relatados, pode-se considerar que as condições dos/as agricultores/as familiares no Brasil demandam a pluriatividade. Um produtor que possui apenas uma alternativa de renda pode sofrer impactos econômicos quando algo sai fora do planejado, tais como as condições climáticas e econômicas mencionadas pelo CNA, que representam a realidade do nosso país.

Uma outra questão que merece destaque se refere ao acesso à terra. No decorrer das entrevistas, os/as participantes foram indagados sobre a questão, na medida em representa condição para que a agricultura familiar se reproduza. Das seis famílias, cinco tiveram acesso à parte de suas terras por herança. A família A comprou sua própria terra. Em três famílias, as terras foram herdadas pelos esposos e em duas pelas esposas.

A terra como condição para a reprodução das famílias agricultoras é reafirmada quando se observa que, das seis famílias, cinco produzem em terras herdadas pelos familiares.

Outro ponto é a desigualdade com relação à partilha da herança – geralmente terra- em contextos de agricultura familiar. No caso da partilha de terra nas famílias dos/as produtores/as, o participante 5 disse que a herança de seus pais não foi partilhada na totalidade com suas irmãs. Os/as demais participantes não fizeram menção à diferença de partilha de terra ou de herança entre eles/elas e seus/suas irmãos/as. A participante 9 informou a igualdade da partilha entre ela e seus seis irmãos/as (três mulheres e três homens), que resultou em 2 hectares de terra para cada um/a. A tabela a seguir sintetiza o tamanho das propriedades por família.

Tabela 29 - Número de hectares por família

Famílias	Nº Hectares
A	1
B	5
C	12,5
D	7,5
E	13,5
F	22

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base nas entrevistas

Como indicado, o número de hectares variou entre 1 e 22. A única família que não reside no mesmo terreno do aviário é a família B, que fez sua casa no mesmo bairro, mas não junto à propriedade. O/a participante da família B tinham um filho de seis meses e estavam juntos há 5 anos, mas não moravam na mesma residência desde o início do relacionamento, que ocorreu um pouco antes da gravidez. O pai do participante 3 trabalhou na indústria de abate e produção de carne no município de Forquilha, desde os anos 1980, ocasião em que conheceu a mãe do participante, que trabalhava na mesma empresa. Depois, trabalhou como produtor integrado de suínos, em outro município. Essa relação familiar com a atividade acabou por influenciar a trajetória de trabalho do participante 3.

Além da influência familiar, relatou gostar do campo desde pequeno. Estudou em uma escola agrícola e também se formou em agronomia. O participante fez relação da agricultura com a atual situação financeira do pai:[...] meu pai nunca estudou, sempre só foi agricultor, né? Hoje ele tá bem de vida já né? Se ele quiser parar de trabalhar, ele pode parar, porque ele foi ganhando com os porcos [...] Se aposentou agora de verdade, como agricultor.” Sua mãe, quando mais nova, não teve a condição de estudar, mas depois de casada, com o esposo na agricultura, estudou e atuava como professora. Entre o trabalho na indústria e a profissão de professora,

sempre esteve ativa na agricultura com o marido, de acordo com o relato do participante.

O participante relatou que a atividade na avicultura foi iniciada pelo fechamento das granjas de suínos do pai, pois o tipo de produção pecuária começou a se fortalecer, cada vez mais, na região oeste do estado de Santa Catarina. Conforme Alexandre Luís Giehle e Marcia Mondardo (2019), a região oeste do estado de Santa Catarina tem grande representatividade e é a principal produtora de suínos. Com o fechamento da produção de suínos, a indústria ofereceu à família a oportunidade de produzir frangos, porém, no município de Forquilha, o que explica a mudança de município pelo participante.

A participante 4 relatou que a sua mãe trabalhava como faxineira em uma agência bancária e o pai era marceneiro, atuando em sua própria empresa. Ela conheceu o atual companheiro em uma escola agrícola, mas começaram o relacionamento na graduação de agronomia, que cursou até a sexta fase. Seu contato com a produção avícola ocorreu por meio do seu esposo, mas conheceu o modelo de produção durante a graduação. A decisão de sair da casa dos pais foi baseada na insatisfação de continuar a graduação de agronomia e se tornar independente.

No início que se mudou para o município de Forquilha, morou sozinha em um apartamento alugado. Com a casa pronta, foram residir juntos. O nascimento do filho mudou a estrutura familiar de trabalho ali disposta, como já relatado. O participante 7 foi o único dos entrevistados que a esposa não participava da produção avícola, pois tinha uma atividade própria e atuava em tempo integral. Contou que seus pais saíram de outro município para morar em Forquilha quando tinha um pouco mais de um ano. Seu pai, aposentado de mina de carvão, tinha a agricultura como uma outra fonte de renda e nela trabalhava a família formada por 11 irmãos. Cultivavam fumo e só pararam de produzir quando o participante casou e foi trabalhar na indústria, onde a esposa também trabalhou. A possibilidade de construir um aviário emergiu na própria indústria e devido às condições de trabalho. Sobre o trabalho na indústria, o participante 7 relatou:

[...] se aqui não é muito bom, lá dentro é bem pior né? Porque levantar 3 horas da manhã e chegar 3 horas da tarde, dá uma volta de meio mundo de ônibus para depois... e assim né, tirando as lesões do braço, que até hoje uso isso aqui [mostra o braço, dando a entender sequelas físicas por conta do trabalho executado na indústria] com herança do que ficou lá atrás, né? É, e ali dentro,

aquela temperatura, 9 graus e tu sai fora com 38. Olha quantos que tem com problema. [...] aqui não é aquilo mil maravilhas, mas lá dentro é bem pior, né?

A partir da mudança, o participante assumiu a produção avícola e atuava até a data da pesquisa. Como descrito, tinha um filho e uma filha, que, quando necessário, trabalhavam na produção avícola, junto com o pai. No que compreende à produção de alimentos para o consumo, uma família relatou não produzir e as demais consomem o que plantam, mesmo quando são também comercializados, como o milho e o arroz. A participante 2 afirmou: “A gente vai plantando tudo que dá, o que cabe na propriedade, mesmo sendo pequena [...]”. Além do milho e do arroz, os alimentos produzidos pelas famílias eram: aipim, batata, lichia, vergamota, goiaba, limão, uva, castanha, chuchu, tomate, abacate, laranja, pitaya, araçá, repolho, brócolis, banana, entre outros.

A relação trabalho, terra e consumo, consolidada na reprodução da agricultura familiar resiste, mas diante de outra realidade. A participante 9 contou que parte do arroz é destinado ao consumo da família e, quando não tem, compram: “O arroz, no caso, a gente [...] deposita no engenho, depois pega o arroz para comer, para o alimento, mas é só [...] Sim, horta, fruta, quando não tem, compra (risos)”. Ao longo das entrevistas, não foi possível identificar com precisão a representatividade de cada participante com relação ao trabalho na produção para consumo familiar. Mas em outros estudos, como o de Silva e Benites (2022), por exemplo, foi observado que a autonomia em relação à produção para consumo era de responsabilidade predominante da mulher.

A produção de autoconsumo, como afirmam Hildete Pereira Melo e Alberto Di Sabatto (2009), está associada ao cotidiano da mulher. Como provedora das necessidades da família, como mãe, esposa e/ou dona de casa, seu trabalho se estende à produção de alimentos para autoconsumo (MELO, DI SABBATO, 2009). Geralmente, a produção para o autoconsumo ocorre em hortas e/ou quintais que ficam nas proximidades das casas das unidades familiares. Essas atividades integravam mais umas das realizadas pelas mulheres na intenção de suprir a necessidade familiar, fortalecendo a associação das mulheres com as atividades de cuidados.

Por meio da caracterização dos/as participantes, foi possível contextualizar aspectos das trajetórias profissionais de cada um/a permitindo identificar um pouco dinâmica de trabalho das famílias. A partir destas informações, o tópico a seguir tem

como foco a produção avícola e o sistema integrado, pela análise de condições, dos processos e da parceria indústria e produtor/a.

4.2 A AVICULTURA E O SISTEMA INTEGRADO: CONDIÇÕES, PROCESSOS E A PARCERIA

A avicultura era a principal fonte de renda das famílias, apesar de todas possuírem outras formas de geração de renda. A família E possuía quatro aviários, a família F dois e todas as outras um. De acordo com a pesquisa, o número de lotes produzidos por ano, em média, eram seis, quando não ocorria imprevistos, como indicou o participante 3:

Em média, seis lotes por ano, quando não ocorre nenhum imprevisto, que, às vezes, já aconteceu de dar a tal de salmonela, que é uma bactéria que dá ali. Dá tipo, tem que fazer todo um procedimento de limpeza da granja, intervalo é mais longo. Daí teve alguns. A gente teve duas vezes aqui né? Daí teve um ano que não conseguimos fechar seis lotes, deu cinco lotes só. Mas, em média, são seis lotes por ano.

O cálculo de tempo de produção incluía uma média de 45 dias de alojamento e 15 dias de intervalo- utilizados para a preparação do espaço para alojar o próximo lote. A tabela a seguir retrata alguns dados mais específicos sobre a produção.

Tabela 30 - Caracterização da produção avícola das famílias participantes

Família	Nº Aviários	Modelo dos Aviários	Trab. Contratados	Tempo de Atuação na produção Avícola	Tempo de atuação no Sistema Integrado	Nº de lotes por ano e por aviário	Nº de cabeças abatidas por lote/mil - soma de todos os aviários
A	1	Convencional	0	19	19	6	14.000
B	1	Dark	1	11	11	6	54.000
C	1	Convencional	0	19	19	6	12.000
D	1	Convencional	0	17	17	6	17.000
E	4	Dark/Modal	1	21	15	6	200.000
F	2	Convencional	1	16	16	6	108.000

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base nas entrevistas.

Os aviários possuíam modelos específicos. As famílias A, C, D e F possuíam o aviário convencional, já a família B, o modelo Dark e a família E, um aviário do modelo Modal e outro do modelo Dark. O número de cabeças abatidas por lote também sofria alteração conforme o tamanho do aviário e número de aviários. Conforme as informações da pesquisa, foi observado que a família C era a que tinha a menor produção, com 12 mil cabeças por lote; a família E atingiu uma maior produção, com 200 mil cabeças por lote, divididos em dois aviários – os outros 2 aviários estavam na etapa de finalização das instalações.

A diferença entre os aviários convencional, Dark e Modal está na estrutura de cada um. Conforme Maycon Vaz Rodrigues e Marcela Midori Yada (2018), o modelo convencional de corte de frango é o sistema mais comum do país, isso devido a sua praticidade e baixo custo de investimento. Um dos pontos negativos associado a esse modelo são as falhas no processo de criação, que afetam o resultado final do produtor/a.

O modelo Dark começou a surgir em meados dos anos 1990 com a proposta de aumentar a qualidade do produto final por meio de tecnologia. Contudo, sua implementação tem alto custo de investimento (RODRIGUES; YADA, 2018). Para Rodrigues e Yada (2018, p. 361) “a diferença do sistema Dark House está na utilização de um ambiente cada vez mais controlado, proporcionando condições de conforto para as aves, melhoria na produtividade e maior custo e benefício”. Na pesquisa de Karina Volpe et al. (2014), o sistema Dark tem benefícios diante da conversão alimentar, redução do consumo da ração, redução de mortalidade que acabam por reduzir os custos da produção e aumentar o ganho final do produtor. No período da pesquisa, foi possível observar que o modelo de aviário modal era a estrutura mais atual e com maior aparato tecnológico. Os painéis permitiam grande controle sobre temperatura e iluminação.

O tempo de atuação na produção avícola foi de mais de 10 anos, em todos os casos. Nos extremos, ficaram a família B com 11 anos e a família E com 21 anos. No período da pesquisa, todas as famílias estavam ligadas ao modelo de integração e, apenas, a família E, por seis anos, produziu fora de tal estrutura. Na integração avícola, a empresa fornece os animais, insumos, acompanhamento veterinário e medicações e o/a produtor/a é responsável pela mão de obra, instalações e também insumos complementares. Como parte do processo, no final de cada lote, o/a produtor/a recebe um valor monetário referente à execução das suas

responsabilidades na criação das aves e a indústria recolhe seus animais para o abate.

O recebimento do valor pago pela empresa sobre trabalho do/a produtor/a era realizado ao final de cada lote. Quando indagados sobre essa questão, todos/as participantes trouxeram a conversão alimentar como cálculo para identificar o valor a ser recebido. O participante 1 explicou: “Funciona tipo [...] o peso final do frango com o que eles consumiram. Aí eles fazem uma conta, divide o peso de carne com o peso da ração”. De acordo com o centro de pesquisa Aviagen Brief (2011), o índice de conversão alimentar – ICA, é uma das formas de medir o uso da ração com relação ao peso final do frango vivo. O cálculo acontece dessa forma, pois o custo obtido com a ração representa entre 60% e 70% do custo total da produção do frango de corte (AVIAGENBRIEF, 2011).

A conversão também era a média comparativa entre os/as produtores/as, para a empresa. O participante 5 explicou que o seu resultado tem como referência o resultado do produtor que entregou na semana antecedente que ele vai entrar: “[...] eu vou entregar segunda, o que eles abateram essa semana deu uma média [...] vamos fazer uma suposição, 1,62 a conversão alimentar, aí eu vou entregar segunda, a minha meta é 1,62, se eu fizer 1,63 eu pago para empresa, começa a descontar. E quanto mais a baixo eu fizer, mais eu ganho.” O produtor 11 relatou o processo: “[...] tem que trabalhar com conversão, se trabalhar bem trabalhado, vale a pena. Se trabalhar bem certinho, bem trabalhado. O ruim é que tem que torcer para os outros ir mal”.

Observa-se que o resultado individual, com base nos resultados dos/as outros/as produtores/as, estabelece relações de competitividade, instigada pela indústria que utiliza o método comparativo na hora de realizar o pagamento das entregas de lote. Logo, o resultado do/a produtor/a não depende somente de seu trabalho, mas igualmente dos resultados advindos da produção de outros/as produtores/as.

Além da conversão alimentar, outras variantes determinam o valor a ser recebido no final, os quais, geralmente, são associados ao cuidado do/a produtor/o com as aves. O participante 1 afirmou: “[...] se foi erro meu [...] eles não ajudam em nada”. Diante da afirmação, foi indagado o que poderia ser considerado como um erro do produtor e ele esclareceu: “Ah, pode, às vezes, de a gente deixou o furo [...] vamos dar uma saidinha, faltou energia [...] e morreu frango, aí é erro meu”. Ele continuou

explicando: “[...] já veio frango que [...] deu problema sanitário do frango, começou o frango cair [...] perder as pernas, aí eles pagaram, porque não era erro, era da genética do pintinho.”

Acerca dos descontos aplicados ao valor monetário pago, a participante 2 relatou que um desconto que vem no final era o do serviço de carregamento: “[...] a única coisa que vem descontado é o carregamento, que daí a empresa faz o carregamento das aves né?”. Este carregamento era o realizado no final da produção, por meio de uma empresa terceirizada contratada pela indústria, que retirava os frangos de dentro do aviário e os alojava em um caminhão, com a finalidade de transportá-los até a indústria.

Na chegada dos pintinhos¹⁰ para o alojamento no aviário, o descarregamento era realizado pelos/a produtores/as. Nesse momento, os/as participantes relataram precisar de uma demanda maior de força de trabalho, constituindo-se como uma etapa do processo que toda a família participa. No caso do participante 3, o descarregamento dos pintinhos para alojar se transforma em uma confraternização em família: “Quando vai chegar os pintinhos geralmente vem 6 ou 7 pessoas [...] às vezes, vem meu pai me ajudar, vem tio, vem meu sogro, pega uns 3, 4, para dar uma mão. [...] a gente é tudo meio que amigo não tem? Ai a gente faz um churrasco, convida eles, eles ajudam a descarregar os pintinhos.” (Participante 3).

As famílias B, E, F contratavam outras pessoas para auxílio na produção, no limite de um por família. Na família B, o trabalhador contratado trabalhava todos os dias, as noites e os finais de semana revezava com integrantes da família. Na família E, o trabalhador também alternava os dias de trabalho com os integrantes da família. No caso da família F, o trabalhador era chamado de caseiro e residia na propriedade.

Além das pessoas já identificadas no processo de trabalho, a produção avícola conta com a participação de técnicos/as e/ou veterinários/as, vinculados a indústrias integradoras- que vistoriam e acompanham o manejo dos animais. Cada unidade de produção possui seu próprio técnico/a responsável, que representa a extensão da indústria dentro da produção avícola.

O processo produtivo é mediado pelo preenchimento de diversos documentos: “[...] A indústria gosta de dar uma planilha para a gente preencher, de controle de rato, de controle de cascudinho, de controle de consumo de água.”

¹⁰ Como os/as produtores se referem aos galináceos com poucos dias de vida.

(Participante 11). E mecanismos de controle: “[...] a gente tem que pesar semanalmente também [o produtor se referia ao galináceo] [...] para passar o peso pra indústria, pra eles decidir quando que esse frango está pronto para sair.” (Participante 3).

Para além das vistorias e do acompanhamento cotidiano, são realizadas visitas não planejadas de clientes que estão em auditoria na indústria, geralmente, de grandes marcas compradoras de frango. O/a integrado/a selecionado/a para visita é escolhido pelo cliente visitante, sem um aviso prévio, como explica a participante 11:

[...] tem muita vistoria, visitação de cliente [a participante se refere ao cliente da indústria]. A gente já teve várias auditorias aqui no aviário [...] vai ter uma auditoria na indústria [...] eles pegam e chegam lá [clientes da indústria], eles dão a listagem dos 300 integrados deles e eles pegam fulano de tal para visitar a granja (Participante 11).

A estrutura de funcionamento permite que a indústria tenha controle das condições e do andamento que se estabelece na unidade familiar de produção, vistoriando a partir das exigências internas e externas impostas pelo sistema, mesmo quando não está presente no campo.

Retomando à rotina da produção avícola, após o descarregamento dos pintinhos, inicia-se o ciclo de produção no interior do aviário, o qual, como já mencionado, tem uma duração em torno de 45 dias. Contudo, o trabalho do/a produtor/a é anterior a esse procedimento. Após a saída dos galináceos do lote anterior para o abate, é necessário preparar o aviário para receber o novo lote. O processo de preparo dura em torno 15 dias e é chamado de intervalo. O intervalo demanda constante trabalho do/a produtor/a na preparação:

[...] Saiu o frango, é enlonado toda cama do aviário, é botado plástico, é coberta toda ela, para ela ficar ali no processo de fermentação durante sete dias. [...] Depois de sete dias, o cara tira a lona, e daí deixa ventilar para enxugar porque ela humedece né? Daí enxuga. Daí a gente pega o mexedor de cama, mexe ela, tipo uma rotativa [...] prepara para o alojamento [...]. E daí tipo, três dias antes de alojar, é feito o pré-aquecimento [...] tem que ficar uma temperatura ali dentro do aviário de 36 graus (Participante 5).

O controle da temperatura dentro dos aviários é indispensável e foi mencionado por todos/as os produtores/as. Como afirmado acima pelo produtor 5, o aquecimento já acontece antes da chegada dos animais e vai se alternando conforme passam os dias: “[...] quando chega, a primeira temperatura é de 30 a 35 graus.

Primeiros 10 dias. Depois, conforme, tu vais abaixando. Conforme vai crescendo, é um grau por dia [...]” (Participante 7). O cuidado com a temperatura se mantém em todas as fases da produção. Se é inverno, a preocupação maior é nos primeiros 15 dias, pela necessidade de aquecer o ambiente e os animais; se é verão, a preocupação maior é após os 15 dias, em decorrência do calor e da necessidade de refrigerar. O participante 11, resumiu o processo:

[...] épocas de outubro, novembro que a temperatura não está nem tão quente nem tão frio, já é mais tranquilo. Ali em março abril, já é mais tranquilo também. É pior dezembro, janeiro, fevereiro calorão, para quando é frango grande, mas é ótimo quando é pintinho pequeno, que no caso não precisa botar fogo. E no inverno é péssimo quando é pintinho pequeno, mas é bom quando ele está grande. Então, tem os dois lados.

Todas as famílias fizeram menção ao trabalho realizado para manter a temperatura adequada, principalmente no inverno, quando é necessário aquecer o ambiente. Manter as fomalhas com lenha para o aquecimento demanda do/a produtor/a um trabalho em tempo integral – noite e dia: “[...]tem o fogo, para manter a temperatura [...] que eu acho a parte mais, mais corrida da avicultura né? É a parte do aquecimento.” (Participante 1).

O participante 5 pontuou o aquecimento como uma das piores coisas da produção: “[...] a coisa mais ruim que tem no aviário é o aquecimento. Por que? Por perder sono [...]” (Participante 5). Ele ainda relatou sobre os custos de adquirir uma nova fomalha e o possível uso de outros materiais que não sejam a lenha, diminuindo a demanda do abastecimento: “É que assim, as fomalhas de hoje, o que acontece? Uma fomalha hoje é 60 mil reais, então, agora é com [...] cavaco, briqueti. Então, aí tu bota ali, [...] 10 horas da noite ali, e daí tu vai dormir.” (Participante 7). O alto custo desses outros materiais para aquecimento faz com que os produtores ainda optem pelo uso da lenha e pelo processo manual.

Associado ao controle da temperatura, vem a preocupação com as quedas e a falta de energia elétrica afetam diretamente a produção, requerem ficar sempre atento e por perto, para resolver qualquer problema decorrente. A tecnologia oferece suporte para que o/a produtor/a fique mais tranquilo/a em relação à problemática, alertando sobre a falta de energia por alarmes e/ou chamadas nos celulares. Mas, assim como a tecnologia associada ao aquecimento, as mensagens de alerta via mecanismos tecnológicos e a possibilidade de geradores não estavam ao alcance da realidade financeira de todas as famílias.

A presença de mecanismos tecnológicos que poderiam facilitar a vida dos/as produtores/as com relação aos problemas descritos, contudo, existe a necessidade de investimento financeiro. Das unidades familiares, a única que possui tal aparato tecnológico é a da família E, que instalaram os modelos de aviário Dark e Modal. De acordo com o participante 8: “Aquecimento, aquecer o pintinho, tem que ter uma temperatura boa né? E bem tranquilo assim, não tem muito, bem.. e só cuida [...] a gente já conhece os pintinhos, vai lá olha. É tudo automático mesmo.” (Participante 8). A família B, também, possuía aviário Dark, contudo, sua estrutura de aquecimento era movida a fornalha e alimentada por lenha, assim como todos os quatro aviários do modelo convencional das outras famílias.

No caso do aquecimento, percebe-se a presença de uma tecnologia facilitadora do processo de produção, não obrigatória aos/as produtores/as. Sua implementação traz benefícios ao/a trabalhador/a, mas não é uma tecnologia imposta pela integradora, diferente de outros casos. Os/as produtores/as que utilizavam o aquecimento manual e por lenha justificaram a manutenção devido ao menor custo de implementação e manutenção.

No entanto, o custo de investimento em novas tecnologias, muitas vezes, não pode ser evitado, pois se o/a produtor/a não se adequar às normas de produção, pode inviabilizar que se mantenha como produtor integrado da indústria. Pode se tratar de uma condição imposta e não uma escolha, assim como afirmam Zibert e Shikida (2004) quando falam que a decisão deixa de ser do produtor e passa ser da indústria. O participante 2 relatou: “[...] no começo, quando eles começavam a exigir [...] era difícil pela questão financeira, porque era um gasto, daí a gente achava que não precisava, mas, assim, melhorou bastante até a produção, com os investimentos [...]”.

Os/as produtores/as de Chapecó, pesquisados por Silva (2009), também, fizeram menção à necessidade constante de inovação tecnológica, exigindo grandes investimentos. Considerando as condições daquela população, os investimentos foram apontados, dentre outros elementos, como um dos condicionantes da crise que se estruturava na agricultura familiar, no período da pesquisa (SILVA, 2009).

No caso da presente pesquisa, para os/as participantes, a dificuldade maior foi quando as tecnologias começaram a ser implementadas, pois os aviários mais antigos não tinham estrutura para tal e várias alterações foram necessárias; a situação foi diferente nos novos aviários, que quando construídos já são desenvolvidos de

acordo com atual normativa e exigências da indústria. Os relatos que seguem exemplificam as situações. “Em questão de melhoria, é mais o pessoal que começou 18, 20 anos atrás, que daí [...] impacta mais[...]” (Participante 3). “Tecnologia? É que assim, hoje se tu pegares um aviário [...] todo montado, é só tu entrar [...] e trabalhar. Antigamente o que acontecia, tu botavas o aviário, depois vinha a história...[...] faz a cerca, depois faz isso [...] essa é a parte chata, nunca estava pronto [...] hoje não, o aviário hoje é montado, pronto” (Participante 5).

A melhora na rentabilidade após o investimento foi comentada pelos/as produtores/as, além da necessidade de manutenção constante:

[...] a gente teve que mudar algumas coisas só. A parte de refrigeração, aqui na frente que a gente melhorou, que era antiga, foi botado mais uma fonalha[...] foi botado mais um silo. Então tudo isso acabou ajudando para melhorar a renda por cabeça, no caso. Mas tipo assim, hoje em dia, eles cobram mais a parte de sanidade e manter. Não deixar decair. Porque, tipo assim, a nossa granja já tem 11 anos, se abandonar tudo, quando tu vê se acaba em nada. (Participante 3).

A implementação de novas tecnologias melhorou o trabalho das famílias e o rendimento na produção, contudo, mesmo assim, a principal barreira mencionada por todos/as foi a necessidade de um grande investimento. A empresa não arcava com os custos relacionados à tecnologia exigida ou a manutenção do aviário, ou seja, toda e qualquer ação ou mudança era de responsabilidade do/a produtor/a, segundo os participantes 11 e 10. “[...]Tudo melhorou na avicultura [...] nessa parte de automação, para dar mais descanso, mas é investimento, hoje uma fonalha está na faixa de 50 mil.” (Participante 11). “O problema que a empresa tem que saber que tudo isso tem custo e nada é barato, então, eu acho [...] que é bom, se o cara puder botar, que vale a pena [...] porque vai facilitar a mão de obra [...] depende o que tu botares, tu ganha tempo, só que assim, tudo é custo” (Participante 10).

Uma das contrapartidas da indústria é facilitar a retirada de crédito para o/a produtor/a por meio de empréstimos: “[...] se precisar, dependendo do valor, eles têm um financiamento que eles disponibilizam para a gente, só que mesma coisa que banco, é cobrado juros [...]” (Participante 1). Sobre isso, o participante 7 questionou: “[...] é mais uns 10 anos para pagar.” (Participante 7). A necessidade de troca de equipamentos em curto prazo foi citada pelo participante 7: “[...] eu troque um aparelho dali 2, 3 anos veio outro, só que daí, aquele joga fora? [...]” (Participante 7). Essa estrutura é um modelo produtivo verticalizado e com moderna tecnologia, por isso,

muitas vezes, fica inacessível aos/as produtores/as, como mencionam Richetti e Santos (2000).

A implementação de placas solares era o investimento que estava sendo incentivado na época da pesquisa pela indústria. Das seis famílias, a família A e F já tinham instalado as placas solares. “Nós investimos agora na placa solar, aí vimos que a placa solar não é um financiamento, é um investimento” (Participante 1). A família E já estava ajustando os documentos para fazer o financiamento e instalar. A família B e C não fizeram menção ao fato. O participante da família D informou que não iria por e justificou a decisão. “[...] São 120 mil[...] vai botar 120 mil em cima do telhado [...] tu vais olhar para aquelas placas, tu ficar olhando que tu estás devendo 120 mil dela ali, é complicado [...] eu já cortei, eu não quero. Por mim não. Deixa. Meus vizinhos botaram, bom para eles, mas eu não, é muito caro [...]”.

Na oferta, realizada pela indústria, o técnico afirmou que a empresa colocaria as placas para o produtor. [...] Ah “nós fizemos”. Que nada [...] vai entregar até tua alma lá no banco de novo. E tu saber que é 100 e poucos mil, não é dinheiro de cachaça. É bastante. Vai ter que vender terra [...] Então deixa a terra lá [...]. Não vai cuspir no prato que tu comeste, mas [...] é fácil fazer graça com o dinheiro dos outro.” (Participante 7).

Na oferta da indústria sobre um novo aviário, o produtor contou que disse o seguinte para técnico: “eu ainda brinquei com ele, “tá, dá dinheiro?” [ele respondeu] “dá cara”, aí eu disse “tá, então, bota um para ti” [...]; se eu parar hoje meu aviário e sair a vender por 20 mil, não pega, ninguém quer, eu sei [...]” (Participante 7). A proposta da empresa, no período da pesquisa, para a família F, foi aumentar o galpão do aviário em 35m cada um, para alojar mais aves.

No acordo, a empresa subsidiaria os custos em forma de pagamento por frango, na produção, de acordo com o Participante 10: “é 0,64 centavos, por frango em 10 anos, só para eu fazer essas ampliações [...], além do um e vinte e poucos [...], que eu faço aí por cabeça, eles vão me pagar mais 0,64 centavos, por frango” (Participante 10). O participante deixou bem claro que só estava realizando essa ampliação por conta do subsídio, se não, não faria. “É, que daí a empresa vai dar um subsídio, por isso que eu estou fazendo isso, se não eu não faria; deixa bem registrado, porque a empresa está dando subsídio, se não, eu não faria.” (Participante 10).

Dentre as imposições estabelecidas em contrato, a estrutura da integração se configura em uma dinâmica em que a empresa integradora orienta e exige alterações estruturais e processuais, que devem ser custeadas e realizadas pelo/a produtor/a. Os/as produtores/as acabam realizando as mudanças solicitadas via recursos financeiros provenientes de financiamentos. Como consequência, é possível dimensionar uma relação de maior dependência da indústria, endividamento e/ou o risco perder seu patrimônio familiar. A implementação de novas tecnologias, mudanças na produção e manutenção foram evidenciadas em todas as unidades familiares, assim como a retirada de crédito para subsidiar. Todavia, não foram relatadas situações de endividamento ou perda com relação à produção, mas o risco e o medo ficaram explícitos, seja nos primeiros investimentos feitos ou até mesmo na necessidade dos recentes. Como demonstrado em outra parte do texto, é importante lembrar que se o/a produtor/a não realizar os investimentos exigidos pela indústria, pode ser excluído do sistema, como ressaltado no estudo de Bosi (2016).

No conjunto das exigências da indústrias, as demandas relacionadas aos processos produtivos vão para além da questão do aquecimento do ambiente. A chegada do lote de pintinhos no aviário, precedida do ajuste ideal da temperatura, o ciclo de 45 dias se inicia, segundo descrito por participantes da pesquisa. “[...] no começo, assim que chega os primeiros três dias, é colocado ração em cima do papel, porque é melhor para eles conseguir chegar na ração e ganhar peso mais rápido [...] aí, depois já é tirado o papel e deixado os pratinhos enterrados no chão com ração e os que são na linha do comedouro já.” (Participante 4). A vistoria é diária e constante: “Daí todo dia tem que passar no aviário, de manhã e de noite, de meio dia também, quando eles são pequenininhos, até para mexer com eles [...]” (Participante 2).

Os animais entram no aviário e ficam restrito a um determinado espaço, para facilitar o manejo e o controle da temperatura. Conforme os pintinhos vão crescendo, os/as produtoras vão ampliando o espaço de circulação no aviário: “E não é aberto o aviário todo, é só uma parte do aviário que eles ficam concentrado [...] até para o aquecimento chegar mais rápido [...], depois conforme eles vão crescendo, vai dando espaço dentro do aviário, até abrir todo, no caso.” (Participante 4). A preocupação com a saúde dos animais reflete no resultado final. Por esse motivo, a vigília e o cuidado são constantes.

A participante compara a relação de cuidado com o de crianças: “[...] deixar tudo certinho porque é uma criança, os pintinhos são uma criança, tu tens que ter

conforto para eles [...] aí tu vais dando sequência, vai mexendo, vai cuidando” (Participante 9). Apesar de a produção não depender constantemente de questões meteorológicas, pelo fato de se dar dentro de um galpão, em que é possível controlar a temperatura e é protegido do vento e da chuva, os fatores externos podem prejudicar produção, participante 11 detalhou a situação constante de temor vivenciada pela possibilidade de eventos que possam prejudicar a produção:

[...] Eu acho péssimo a parte de tempo. Nós aqui, como eu te falei, a gente tem seguro, cada vez que vem temporal[...]. Ah, vai vir chuva. Ah vai vir 40 graus. Nós estamos com frango grande [...]. Ah nós estamos com pinto pequeno está vindo aí uma nevasca, vai ficar 0 graus durante três, quatro dias [...]. Aí é desespero, tanto inverno, quanto verão. Tem os lados positivos e negativos que a gente já começa a se preocupar antes. Teve épocas que todo ano destelhava o aviário e tu ver a tua propriedade voar, tu ver a tua propriedade ser destruída, é desesperador. Ninguém paga isso, seguro não paga isso. E aí morre frango, amontoa frango e a gente corria para o aviário[...] tem a parte tensa do aviário. O aviário ele é muito estresse 24 horas.

Passados os 45 dias de engorda, o frango está pronto para ser abatido. Entre oito e seis horas antes de ser levado a indústria, os/as produtores retiram toda a ração do aviário: “[...] aí tem que ter um jejum de seis a oito horas para ele limpar as vísceras [...]eles ficam só tomando água [...]. Ai depois é o pessoal da apanha que vem, eles vêm carrega os frangos tudo, aí já começa tudo de novo[...].” (Participante 3). A equipe de apanha é contratada pela indústria e enviada para retirar os galináceos do aviário e carregar o caminhão. Finalizado esse processo o ciclo se reinicia, no período de 15 dias de preparo para alojar o próximo lote: “É, daí saiu o frango, é aonde que a gente trabalha dobrado, que daí tu tem que fazer tudo a limpeza dos aviário [...] É, a gente acha que não tem nada pra fazer, mas é a hora que mais tem” (Participante 10).

Definido como um processo de parceria entre indústria e avicultores/as, a relação entre as partes também é uma variante que precisa ser considerada nessa estrutura. Todos/as os/as participantes alegaram ter uma boa relação: “Eu vejo que é uma boa parceria. Eles dão suporte, eles dão apoio e tudo que a gente precisa. [...] eles também dão premiação por lote, e anual. Então eles incentivam bastante, a gente a trabalhar[...].” (Participante 2).

Dois, produtores fizeram menção de que a boa relação é decorrente dos bons resultados das unidades de produção para a empresa. “Ah, tipo assim, eu escuto bastante gente reclamando, mas [...] meu sustento vem disso daí. E para mim, eu não

tenho do que reclamar, porque tipo assim, eu sei que se cuidar, dá resultado, entendesse?” (Participante 3). “Não, super boa. Relação é muito boa. Então, no que, tipo, precisar, eles tão me ajudando. Produtor bom, tem um olhar diferente. Tu não vais olhar da mesma forma para o empregado ruim, para o empregado bom [...], então, assim né, um ajuda o outro” (Participante 5).

Contudo, mesmo mediados por uma boa relação, alguns apontamentos e insatisfações sobre o modelo de produção foram trazidos. “[...] Às vezes, o que eu me queixo é que a gente é dono e não é, entendesse? Porque tem muita regra, muita coisa para ser seguida, só que o cara tem que entender que é uma empresa que exporta para o mundo todo[...].” (Participante 3). O participante 10, contextualiza sobre a cobrança excessiva. Mesmo com as cobranças, afirma que a atual empresa que assume a indústria é uma das melhores que teve nos últimos anos.

No município, a primeira indústria do setor instalada, em 1977, não se manteve como propriedade e gestão de um mesmo grupo empresarial, Iniciou com a AgroEliane passando por empresas como Ceval/Hering, Seara/Ceval, Bunge Alimentos, Cargil, Marfrig até chegar na atual empresa proprietária, na época da pesquisa, JBS (JUNG; ZANELATTO, 2018). A JBS realizou a compra da marca Seara, tornando-se uma das maiores empresas de processamento do Brasil, formando um monopólio no segmento (JUNG; ZANELATTO, 2018).

O monopólio no setor foi mencionado pela participante 11 quando indagada sobre a relação com a indústria: “[...] qualquer empresa tem as suas partes chatas de cobrança. Que nem esse negócio de planilha [...] então tem um monopólio, JBS é monopólio aqui, tu não tens para onde correr. Ou tu trabalhas com eles [...] ou tu não trabalhas. Então não tem muito o que fazer, tu és obrigada a aceitar o que eles fazem” (Participante 11).

Alguns pontos positivos e negativos foram levantados pelos/as produtores/as. Como pontos negativos: a falta de liberdade; o cuidado em tempo integral da produção, independente do dia da semana e/ou hora do dia, faz com que não tenham liberdade para sair sem que alguém fique para resolver os problemas, atender técnicos, receber cargas e atender toda a demanda de trabalho da produção; a preocupação com acontecimentos naturais que podem interferir no rendimento da produção; e a necessidade do cuidado com o aquecimento da temperatura e os horários e imprevistos também foram mencionados. Com relação aos pontos positivos: rentabilidade financeira; trabalho não monótono; poder trabalhar em casa;

necessidade de pouca terra para implementar um aviário; garantia de matéria prima; ter seu próprio negócio; não cumprir horário.

Visto afirmativas com relação a pontos positivos e negativos, em outros momentos, os/as produtores/as demonstraram insatisfação ou satisfação com a produção avícola e o processo de integração. Insatisfação em não ter liberdade, pois não existe horário de trabalho definido e/ou pré-definido, também, relataram a possibilidade de sair, a hora que quisessem, fazendo a referência para uma liberdade que não existiria se trabalhassem com carteira assinada, pois teriam que cumprir horário, mas com a condição de que outra pessoas da família cuidasse da produção no período de ausência.

A falta de valorização do/a trabalhador/a avícola foi uma das considerações de insatisfação pontuada. Pode-se associar a condições de trabalho dessas famílias, marcadas pelo trabalho exaustivo, longas jornadas, trabalho noturno, cobranças sobre a produção, regras a serem seguidas, implementação de tecnologia com investimento dos/as produtores, incertezas quanto à rentabilidade no final de cada lote, resultados baseados em sistema de comparação entre produtores, preocupação com as situações climáticas.

Em contrapartida, a rentabilidade monetária foi um dos pontos positivos. Ou seja, por mais que o trabalho evidencie aspectos de insatisfação, o valor monetário, recebido no final de cada período produtivo, foi identificado como uma vantagem. O fato de um trabalho independente, sem horários fixos – porém, com muito mais horas de trabalho- e regras que incidem as contratações de carteira assinada foi pontuado pelos/as participantes. A satisfação de poder trabalhar em um empreendimento próprio, às vezes, é barrada pela necessidade de seguir as regras determinadas pela integradora, considerando a produção avícola um empreendimento com “sócios” alocados pelo sistema de integração.

Questões relativas à matéria prima e/ou insumos da produção foram levantadas. Primeiro, parte das matérias primas e insumos são disponibilizadas pela indústria, o que acaba por assegurar a produção, pois, em situações de alterações de preços e/ou falta no mercado, a responsabilidade é total da indústria. Muitas outras matérias primas e insumos são utilizadas e não fornecidos pela indústria, mas contabilizados no pagamento da entrega do lote, porém os valores alocados pela empresa, em grande parte, não batem com os valores reais pagos pelos/as produtores/as.

Feitas considerações acerca dos/as participantes pesquisam, assim como do processo de produção avícola nas unidades familiares, trajetórias e o processo de integração de acordo com a análise das narrativas provenientes das entrevistas realizadas, capítulo a seguir contextualiza e analisa o trabalho envolto das questões de gênero com foco em trajetórias, condições, cotidiano e relações intrafamiliares.

5 GÊNERO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NAS RELAÇÕES COTIDIANAS DA PRODUÇÃO AVÍCOLA E DO TRABALHO REPRODUTIVO

No capítulo anterior, foi apresentada uma caracterização dos/as participantes, considerando trajetórias laborais das famílias produtoras com foco na produção avícola e no sistema integrado, perpassando de forma inicial questões de gênero e da divisão sexual do trabalho. Neste capítulo, mais especificamente, com base em estudos de gênero e da divisão sexual do trabalho, são analisadas relações cotidianas dos/as participantes nos trabalhos produtivo e reprodutivo realizados nas unidades familiares, assim como condições sobre os usos do tempo.

5.1 PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO FAMILIAR E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO PRODUTIVO

Em uma lógica capitalista, o trabalho produtivo é analisado por Hirata e Kergoat (2017) como aquele que é realizado fora da esfera doméstica, recompensado monetariamente e com maior importância social e econômica. No rural, a divisão produtivo e reprodutivo estrutura a dinâmica familiar, mas não na mesma lógica, principalmente, pelo fato da proximidade, respectivamente, dos espaços de cultivo de produtos destinado à venda e atividades doméstica e de cuidados não remuneradas.

Nas propriedades familiares rurais não é nada simples separar o que é trabalho doméstico do que seria trabalho produtivo. Afinal, o conceito de 'trabalho produtivo' foi cunhado para situações em que se dá a extração da mais-valia, ou seja, quando o trabalho excedente é apropriado pelo dono dos meios de produção, ou seja, o capitalista (PAULILO, 2004, p.245).

No estudo desenvolvido, a avicultura foi identificada como a atividade produtiva de maior representatividade nas unidades familiares aqui analisadas, considerando principalmente tempo de trabalho - horas trabalhada - e renda obtida com a produção. A dinâmica de trabalho das famílias era conduzida de acordo com especificações advindas do contrato comercial com a indústria. Para além, cada família possuía sua individualidade quanto aos meios de produção e força de trabalho. Na família D, a participante tinha seu próprio negócio e não participava da atividade avícola, nas demais famílias, o casal trabalhava junto; a família E, contava com a força de trabalho dos filhos e as famílias A, E e F, contavam força de trabalho contratada.

Conforme observado, as sucessões em cada unidade familiar ainda não haviam ocorrido, isso porque os/as possíveis sucessores/as eram adolescentes e/ou crianças, exceto os três filhos integrantes da família E, que já trabalhavam junto na produção avícola. Inclusive, os dois filhos mais velhos tiveram experiências em outras profissões e após um período retornaram para o trabalho na propriedade com a família.

Com relação ao processo de sucessão familiar no que compreende um contexto mais amplo de atividades relacionadas à agricultura, na geração dos/as participantes da pesquisa, no tocante a suas famílias de origem, ocorreu no caso do participante 5, em decorrência do fato de que suas quatro irmãs saíram do meio rural e foram residir em perímetro urbano. A mãe do participante também foi residir perto das filhas. Sobre a migração do rural para o urbano de mulheres, no estudo que realizou, Stropasolas trouxe que acontece principalmente pela falta de valorização e reconhecimento do trabalho feminino.

Os/as demais participantes não deram continuidade especificamente ao tipo de atividade realizada por seus pais. Contudo, seguirem com outras atividades, posto que vinham de famílias agricultoras, como no caso dos pais dos/as participantes 1,2,7,8,9 que cultivavam fumo e o participante 3, cuja família era integrada na produção de suínos. As participantes 4, 6 e 11 não tinham contado com a agricultura. A família do participante 10 não tinha sua renda advinda da agricultura, mas a agricultura fazia parte da reprodução da família por meio da produção de leite e plantação de alimentos para consumo. A renda vinha do trabalho do pai do participante, que era vendedor.

Dentro dessa perspectiva, é interessante mencionar trajetórias de migração do rural para o urbano e, depois, do urbano para o rural, como no caso dos/da participantes 1, 2, e 7. A dinâmica da migração do meio rural para o urbano é precedente para interrupção de uma estrutura de sucessão. Muitas situações levam a desistência, por parte de integrantes da família, de dar continuidade a atividades na agricultura. Dificuldades como a obtenção de terra, a falta de incentivo por parte dos/as familiares, comparativos entre rural e urbano, trabalho exaustivo, desigualdade de gênero, busca por novas oportunidades de trabalho e formação educacional foram algumas das situações identificadas por Alessandra Matte e João Armando Dessimon Machado (2016) como motivos que levaram ao processo de desistência da sucessão, na agricultura familiar do sul do Brasil.

O estudo de Stuani, Neckel e Ficagna (2016), no norte do Rio Grande do Sul, verificou motivos semelhantes, colocando a falta de incentivo dos pais como uma das principais condições da migração do rural para o urbano. Para além, os/as autores/as reforçam porque muitos seguem na agricultura familiar, pontuando questões como flexibilidade de horários, qualidade de vida e a não concorrência no mercado de trabalho, como já mencionado anteriormente. Fato esse que permite compreender trajetórias como as dos/a participantes 1, 2 e 7, ou como os dois filhos da família E, que retornaram para o trabalho rural após experienciarem o trabalho no contexto urbano.

Em grande medida, outras situações foram constituidoras das condições de permanência no contexto rural e da agricultura familiar, tais como oportunidades de crescimento individual a partir de uma oferta da indústria, influência de familiares, que já eram agricultores/as e oportunidade de se desvincular da estrutura do mercado de trabalho como empregados/as.

Assumindo esse tipo de produção, o/a produtor/a se encarrega de várias outras atividades que vão além do cuidado com as aves. São responsáveis por negociações com a integradora, atividades administrativas, financeiras, preenchimento de relatórios, realizam o atendimento e prestam contas para a indústria, por intermédio de um/uma técnico/a e/ou veterinário/a que vai até a unidade familiar realizar vistorias e acompanhar a produção. Tratam-se de atividades que demandam poder de decisão e posicionamento sobre todas as etapas realizadas na produção avícola, no âmbito da unidade familiar. Como observado, exigências são impostas pela integradora para que a produção se desenvolva na unidade familiar.

O estudo mostrou que as negociações com a integradora aconteciam no primeiro momento da assinatura do contrato, na sequência as obrigações das duas partes deveriam ser seguidas conforme o acordo inicial, conforme afirmaram os/as participantes. Em caso de novos contratos com a integradora, as participantes apontaram que seus esposos eram responsáveis pela negociação e eles também se responsabilizavam por essa demanda.

A respeito da tomada de decisão sobre a produção avícola, na família A e B, os/as participantes 1, 2, 3 e 4 afirmaram que era do casal: “A gente é bem parceiro, assim. Às vezes eu seguro um pouco mais, ele já é mais de encarar [...]” (Participante 2). Na família C, o participante afirmou que as tomadas de decisão eram dele, mas que sempre pedia a opinião da esposa; já a esposa, participante 5, disse que as

decisões eram dos dois. O participante 7 disse tomar suas decisões sobre o aviário sozinho e sua esposa decidia sobre o empreendimento dela. Na família E, de acordo com o relato do/a participante, a decisão era do esposo. Na família F, a tomada de decisão foi alocada ao homem, contudo, a participante 11 mencionou: “ele nunca fez uma coisa e não chegou em casa e comentou [...] O que é o mínimo, a decisão é dos dois né?”.

Apesar de todos/as os/as participantes alegarem que as decisões de um novo contrato são de responsabilidade do homem da família, as mulheres relataram ser atuantes nas decisões da produção, visto em conjunto com o marido ou por meio da solicitação por uma “opinião”. Pode-se considerar que tal condição demonstra certo “avanço” diante de realidades históricas marcadas por desigualdades de gênero e pela hegemonia masculina em posições de decisão. Contudo, não elimina a hierarquia entre os sexos mediada por relações de poder e pela hegemonia do masculino. O que justifica e reitera limites no âmbito de decisões compartilhadas entre as/os participantes sobre os encaminhamentos da produção. Essa estrutura tem base na construção das relações sociais do sexo e na divisão sexual do trabalho, sendo dois termos indissociáveis e que formam um sistema de hierarquia (KERGOAT, 2009).

A coparticipação de mulheres também ocorria na realização de outras atividades ligadas à produção, dentre as quais o atendimento de técnicos e/ou veterinários. Nas famílias A, B e C, era feito pelos homens (esposos); na família E, os filhos; e na família F, o trabalhador contratado. A responsabilidade era transferida quando o responsável não estava presente, momento em que, geralmente, a mulher (esposa) assumia o atendimento, como relatou uma participante: “É, se, às vezes, o técnico chega aqui e ele não tá, eu vou ali faço atendimento, faço as anotações né? Mas geralmente é com ele” (P 2). A visita realizada pelo profissional-técnico/a, como já discutido em outro momento, promove a presença da agroindústria no aviário, a fim de verificar e controlar a produção, com foco na produtividade e em bons resultados.

Uma outra forma que a indústria tem de promover um melhor rendimento de produção é oferecendo cursos e treinamentos para os/as produtores/as, porém, não eram todos/as integrantes da família que os realizavam. De acordo com as entrevistas, as participantes da pesquisa não realizaram cursos ofertados pela indústria. Os participantes 4, 6, 8 e 10 os realizaram. Um participante e uma participante tiveram acesso a conteúdo sobre avicultura no curso técnico em agropecuária. A participante 11 foi a única mulher a realizar um curso sobre a

produção avícola por intermédio da indústria de aves ofertado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). O curso não foi indicação ou exigência da indústria, a participante o fez de forma independente, pois recebia ofertas dos cursos do SENAR por e-mail. A participante relatou que os cursos eram ofertados aos/as produtores/as em decorrência do valor descontado em cada lote: [...] automaticamente vem descontado do produtor o SENAR [...] desconta R\$90,00 todo lote, não sei para que. Porque na verdade os cursos, o mais perto era em Lages, daí eu fiz um online daí.”

A participação relativa no atendimento à indústria e a não participação de mulheres em cursos disponibilizados pela empresa dizem muito sobre questões de poder que sustentam relações entre mulheres e homens, como mencionado acima sobre a responsabilidade decisória. O atendimento aos técnicos/as e/ou veterinários/as é uma demanda de responsabilidade que assume uma característica de domínio sobre aquela produção, pois, em grande parte, é direcionada ao responsável, por esse motivo as mulheres podem não ser consideradas agentes principais dessa demanda, mas realiza a atividade na ausência de um homem.

O pagamento sobre o trabalho dos funcionários contratados e dos filhos que participavam da produção, cada família se organizava de uma forma. Na família E, era pago um salário fixo mensal mais comissão sobre os resultados obtidos com cada lote, essa sistemática também era aplicada ao trabalhador contratado. Já na família B, o trabalhador recebia ao final de cada lote uma porcentagem por produção. A forma de pagamento realizada pela família F não ficou explícita na entrevista.

Com relação aos pagamentos, tanto das despesas de casa, quando com as relacionadas à produção. No período da pesquisa, a tecnologia já mediava as transações bancárias das famílias, como o uso de aplicativos, por exemplo, diminuindo a demanda de saída de casa para esse tipo de procedimento.

Contudo, quando se fazia necessário, as saídas para ir ao banco, na família B, C e E, eram realizadas pelos esposos: “Ele é mais fora, banco, as contas, acerto, é tudo com ele né, é tudo ele quem faz[...]” (Participante 11). O participante 5 reforçou, se referindo a esposa: “Não, só sai pra ir no mercado, farmácia, essas coisas”. No caso das famílias A e F, os dois realizavam essa atividade, mas, com mais frequência, eram as esposas. O participante da família D, mesmo que a esposa não tivesse participação na produção avícola, mencionou que dividia esta função com ela.

A renda advinda da produção avícola era recebida ao final de cada lote – a cada 45 dias- e o valor compartilhado pelo casal, de acordo com todos/as

participantes. Eles/as esclareceram que em um primeiro momento liquidavam as despesas da casa e da produção, depois o dinheiro ficava à disposição de quem precisasse: “No caso, só tem um monte [...] quando tem, tem pros dois, quando não tem, não tem pra ninguém” (Participante 1). A lógica da divisão da renda de forma compartilhada entre o casal sem remunerações realizada por salários reforça a alocação das famílias aqui pesquisadas como pertencentes a agricultura familiar assim como reitera Chayanov (1966).

Como já mencionado em outros momentos, as famílias não possuíam horários fixos para a realização das atividades. As descrições dos/as participantes sobre o processo de trabalho permitiram identificar as alternâncias com relação às atividades e, em um primeiro momento, realizavam a preparação do local para o recebimento das aves, depois o cuidado e manejo das aves nos seus primeiros dias de vida, que é um pouco diferente no caso das aves maiores. Por fim, chegando ao peso ideal para o abate, inicia-se o processo de preparação para o transporte até a indústria.

Os horários de trabalho, variavam conforme a fase da produção, como relatou o participante 1: “Geralmente depois de grande o frango, a gente passa [no aviário] de manhã e no final do dia[...]” com relação ao frango de poucos dias, “tem que passar mais vezes daí, umas três, quatro vezes por dia”. Essa condição ficou ainda mais evidente pela declaração da participante 2. “Não tem horário. Trocou a temperatura tu tem que ver. Deu uma troca no tempo tu tem que olhar. Se tu escuta que chama ração [referindo-se à necessidade de conferir o comedouro por falta de ração ou por algum outro problema que possa ocorrer], que deu algum problema tu tem que ver. Chega caminhão de ração, não tem horário para chegar. Então tu tem que estar ali o tempo todo.”

As atividades consideradas produtivas e realizadas dentro da unidade familiar eram divididas e cada um/a assumia funções de responsabilidade específicas, conforme a demanda ou a necessidade de sua execução. Dividem-se entre demandas da avicultura, de outras produções existentes na propriedade e trabalhos não agrícolas que integravam a renda familiar, como descrito anteriormente.

No processo de trabalho, especificamente na produção avícola, na família A, o participante 1 mencionou que a única atividade que a esposa não realiza é o

serviço “pesado”, como carregar lenha¹¹: “Geralmente é o mais pesado né?” [...]” (Participante 1). A participante 2 trouxe essa questão: “A gente trabalha junto. Tem algumas coisas tipo ali que é mais pesada, que eu não consigo”.

As responsabilidades com relação à limpeza do aviário e das áreas comuns, no caso da família B, eram da participante 4, enquanto o participante 3 dividia o trabalho manual da produção avícola com o trabalhador e assumia o administrativo em geral da produção: “[...] ele é mais a parte da conta, problema, essa parte de cabeça assim, é mais ele e o braçal também, mas o funcionário fica mais com a parte braçal né? [...]. No momento da pesquisa, a participante estava com um filho de poucos meses e se dedicava mais a ele e ao doméstico do que as atividades da produção, contudo em outros períodos não se abstraía do trabalho dentro do aviário, mesmo quando não residia na propriedade rural. As únicas atividades que afirmou não exercer foram carregar lenha e abater frangos:

Eu só não carregava lenha que nem diz outro (risos). Não, mas eu já ajudei a dar espaço[...] Já ajudei a mexer cama[...] Ah! O que mais que eu fazia? Ajudava, que nem de manhã cedo no sábado ou no domingo tem que dá uma voltinha ali dentro, dava a voltinha também, eu ia por um lado ele ia pro outro. [...] já aconteceu imprevisto de sair ração fora despejar por tudo ali dentro, a gente tem que limpar. Que nem já morreu frango no verão também[...] a gente ter que tirar, jogar tudo pra cima do carrinho de mão e tirar pra fora. De tudo um pouco, só não puxo lenha mesmo e não mato, o resto já fiz tudo, eu acho (Participante 4).

Abater algumas das aves durante o manejo é comum entre a produção avícola. Morgana Dayane Grobe (2020) explica que isso acontece em casos em que as aves são visualmente consideradas “atrasadas” e improdutivas. Na família C, a participante 6 disse que sua atuação na atividade mudou em decorrência da implementação de tecnologia: “Fazia, quando era manual eu fazia. Era trocar a água do bebedouro manual [...] agora só quando ele sai mesmo, que aí eu cuido. Mas eu meu foco ali, é só a casa. Só quando ele precisa mesmo[...]. Das atividades de responsabilidade do participante 5, destacou: “[...] Tipo questão de peso, tipo conversar com a empresa [...] Depois de resto, botar lenha na fomalha e outras coisas ali, minha mulher também faz também.”

Na realidade da família E, o participante 8 tinha como função coordenar as demandas advindas do aviário, os filhos e o funcionário realizavam as atividades

¹¹ Quando cheguei na propriedade para realizar as entrevistas, a participante estava carregando lenha em um carrinho de mão.

dentro da produção. Enquanto a participante 9 (sua esposa), era responsável pela limpeza dos espaços: “A minha responsabilidade é a faxina (risos)[...] Faxina na guarita, faxina, às vezes, na fornalha, [...]. Quando entregamos também, tu tem que lavar dentro de 24 horas, tem que deixar tudo esterilizado”. A participante relatou que recebia ajuda do marido com relação a suas funções [limpeza do pátio e/ou das áreas comuns ao aviário] e que o ajudava dentro do aviário quando a demanda era maior: “aí, às vezes, o meu esposo, meu marido, também ajuda.[...] quando apura alguma coisa, como apurou agora¹², daí a gente rebola lá pra lá também [...] Mas o manejo agora é tudo com eles”, contou se referindo aos filhos e ao funcionário.

O trabalhador contratado da família F tinha participação considerável dentro da produção avícola da família, tanto que o participante 10 afirmou que sua maior atividade era monitorar a produção, enquanto o trabalhador contratado executava. O participante 10 se dedicava também a outras produções da família. Já a participante 11, desde que iniciou com o marido, na avicultura, realizava a parte de administração da produção: “É aquilo ali, eu faço mais a parte de cálculo, contas, tipo os orçamentos ali ele passa pra mim os orçamentos que ele fez e eu calculo, os boletos, pagamento de funcionário [...] E mesmo quando trabalhava fora, essa parte ainda era minha [...]” . No período de pesquisa, a participante 12 estava com um filho recém-nascido e havia deixado o emprego após a licença maternidade para cuidar do bebê e da casa.

A participante 2 foi a única que relatou participar mais integralmente da produção avícola, mesmo tendo outras atividades de responsabilidade fora da produção. Nas demais famílias, a participação das mulheres era delimitada por algum período e/ou alguma necessidade específica. Entretanto, todas da mesma forma que não estavam integralmente na produção, sabiam ou já haviam executado quase todas as atividades, exceto aquelas consideradas “pesadas” ou não “adequadas” a elas, como atividades consideradas mais técnicas, carregar lenha, abater as aves e/ou cuidar das aves no período da noite.

A classificação do trabalho como “leve” ou “pesado” se estrutura não sobre a condição de força de quem executa, mas conforme o sexo de quem executa (PAULILO, 2004). Dentro dessas condições, é importante pensar se um trabalho “leve” seria realizar a limpeza diária e constante – pois é um trabalho que nunca se

¹² Realizei primeiramente a do participante 8, depois remarcamos a entrevista da participante 9, pois no período estava ajudando na produção.

finaliza- dos espaços integrados a produção e do próprio aviário, presumisse que não. As atividades foram indicadas como de total responsabilidade das participantes 2,4,6 e 9. Da participação dos homens, nessas atividades dentro do aviário, a participante 9 esclareceu que, quando havia demanda, seu esposo[participante 8] a “ajudava”, assim como o “ajudava” na produção, quando necessário.

[...] “trabalho leve” não significa trabalho agradável, desnecessário ou pouco exigente em termos de tempo ou de esforço. Pode ser estafante, moroso, ou mesmo nocivo à saúde – mas é “leve” se pode ser realizado por mulheres e crianças. [...] Essa situação ocorre da valorização social do homem enquanto “chefe de família”, responsável pela reprodução de seus “dependentes”. Assim, o trabalho desses últimos fica em plano secundário, cabendo, nestes casos, uma remuneração que apenas “ajuda” a composição do orçamento familiar. A conclusão, portanto, é clara: o trabalho é “leve” (e a remuneração é baixa) não por suas próprias características, mas pela posição que seus realizadores ocupam na hierarquia familiar (PAULILO, 2016 p.7).

O gênero é fundamental para problematizar a divisão que ocorre nas relações de trabalho e a definição de Scott (1995) contribui para análise dessas situações, quando trata do modo como constitui relações sociais a partir de diferenças percebidas entre os sexos, fundadas em relações de poder. É possível entender algumas condições que se impõem a mulheres e, principalmente, porque não conseguem acessar igualmente todos os espaços, existe sempre alguém acima delas – homem- na hierarquia familiar.

É importante considerar a partir desses fatos, o trabalho da participante 11 na unidade familiar, que executa atividades financeiras e administrativas concernentes à produção. Essas atividades são bastante representativas e a posicionam como agente de controle do valor monetário advindo da produção, considerada socialmente de alta responsabilidade, realiza pagamento de boletos, compras e orçamentos. Essa atuação contribui para a quebra paradigmas e fortalece o fato de que mulheres vêm conquistando alguns espaços que culturalmente não foram atribuídos a elas. No entanto, é fundamental ressaltar e atentar para desvalorização das atividades realizadas na esfera doméstica e de cuidado que são também de grande responsabilidade.

As atividades realizadas pelas mulheres – seja nos espaços produtivo ou no doméstico- não podem ser desvalorizadas e tem total importância para sobrevivência das famílias rurais, pois estão ligadas à geração de renda assim como as atividades executadas pelos homens (SILVA, 2019). A falta de reconhecimento minimiza e marginaliza o trabalho das mulheres rurais que por muitas vezes nem são

consideradas agricultoras. Essa condição é consequência para exclusão de direitos como o acesso à terra, benefício de herança e reprodução de desigualdades e de uma cultura machista (HERRERA, 2019).

Sobre esses aspectos e considerando que o trabalho realizado por mulheres é valorado a partir de hierarquias patriarcais, pode-se afirmar que as participantes dessa pesquisa produzem fissuras em barreiras culturais quando realizam atividades no espaços produtivos consideradas de “alta responsabilidade” e/ou “pesadas”, são responsáveis pelo controle monetário do aviário e da família, realizam cursos – mesmo que de forma individual- sobre a produção, desdobram-se entre atividades produtivas e atuam estrategicamente no trabalho privado e/ou em outras formas de atividades para a renda da família.

A associação de renda complementar é atribuída diante de uma perspectiva que considera o homem como o principal provedor, a sua renda é a que sustenta a família e o que vem “a mais”, conquistado mediante o trabalho da mulher, é considerado “não essencial”. Considera-se que a renda das participantes da pesquisa – e de muitas outras mulheres trabalhadoras- integra a renda da família e não “complementa”, pois como valor monetário pode ser, de igual modo, fundamental na manutenção da reprodução da vida e da unidade de produção familiar.

A pesquisa realizada por Eugenia Troncoso Leone (1999) sobre a renda do trabalho advinda das mulheres em regiões metropolitanas, no anos 1980 e 1990, identificou que ajudou a retirar as famílias de situação de extrema pobreza e afastou mais ainda da pobreza aquelas que já não eram pobres. Essa condição reforça a perspectiva de que se a renda advinda do trabalho realizado por mulheres fosse um complemento, não refletiria na condição de pobreza das famílias pesquisadas por Leone.

Entretanto, apesar dos indícios aqui referidos e que evidenciam certo “avanço” com relação ao enfrentamento das desigualdades de gênero, ficam resquícios de normas historicamente construídas e que limitam ou impõem barreiras socioculturais a mulheres. A rotina, as relações e as condições de vidas alocadas nessa pesquisa demonstram a naturalização de situações como: o não protagonismo em igualdade com o homem na tomada de decisão sobre a produção avícola; a afirmação da não realização das mulheres sobre algumas atividades, consideradas inadequadas para elas; e a disposição das mulheres em se dedicar integralmente aos filhos e a casa.

O reconhecimento e a valorização do trabalho dessas mulheres formam o caminho para a superação das desigualdades de gênero no meio rural, assim como contextualiza Menasche et al. (1996, p.97): “Lutar pela valorização dessas mulheres é entender que a valorização da agricultura familiar passa pela afirmação do valor que têm para a sociedade as pessoas que fazem essa agricultura, homens e mulheres, crianças, jovens e idosos”. Por isso a necessidade de compreender as relações mediadas por gênero e divisão sexual do trabalho não só sobre uma perspectiva produtiva, mas, de igual modo, reprodutiva, conforme demonstrado a seguir.

5.2 COTIDIANO LABORAL E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO REPRODUTIVO

O trabalho reprodutivo é aquele realizado no âmbito doméstico, desenvolvido para a reprodução familiar. Esse espaço é naturalizado como feminino, justificado mediante fatores biológicos que alocam as mulheres como responsáveis pelo trabalho de cuidados – doméstico e de pessoas. Nesse espaço, o sexo masculino geralmente intervém com sua “ajuda” (MELO; CASTILHO, 2009).

Essa disposição de responsabilidade da mulher com a casa e com os filhos e a interferência do homem como ajuda é realidade de famílias produtoras avícolas dessa pesquisa. As participantes eram responsáveis por atividades domésticas e de cuidado dos/as filhos/as. As atividades de limpeza também se estendiam ao espaço produtivo, no aviário e as partes que compunham o sistema da produção como – cozinha, sala de recepção, banheiro e pátio.

O estudo de Santos, Bohn e Almeida (2020) sobre o trabalho da mulher na agricultura familiar do município de Concórdia em Santa Catarina reforça as evidências até aqui levantadas. As mulheres possuíam uma dupla jornada, mas não eram reconhecidas como trabalhadoras na esfera considerada produtiva, sendo ajudantes. Os homens contribuía nas atividades da esfera reprodutiva, entretanto, acabava por não diminuir o trabalho das mulheres. Alertando uma injustiça na divisão das atividades na agricultura familiar entre homens e mulheres.

No entanto, ao assumirem a responsabilidade dos trabalhos domésticos e de cuidados, as mulheres não se isentavam das atividades do produtivo, circulam pelos dois espaços. Conforme Herrera (2019), a unidade familiar, comumente, tem toda a força de trabalho da família dedicada à execução das tarefas produtivas e não há um deslocamento- territorial- das propriedades para o trabalho, tudo está muito

perto da casa. Em alguns casos, dependendo da natureza da atividade, o produtivo é realizado dentro do espaço doméstico (HERRERA, 2019).

A dificuldade em separar os dois modos de reprodução familiar – produtivo e reprodutivo- é uma das questões das análises de divisão sexual do trabalho no âmbito rural, posto pela grande proximidade entre as duas demandas, isto é, na mesma terra que se planta para o consumo, planta-se para venda. Como demonstrado em outra parte do texto: “Daí a separação entre trabalho produtivo e não produtivo, nada fácil de visualizar, quando não há separação entre unidade familiar e de produção, como é o caso do campesinato. Quando a mulher faz o queijo, por exemplo, pode fazê-lo para comer ou vender.” (PAULILO, 2004, p. 207).

Na pesquisa realizada, apenas, o/as participantes da família B não residia no mesmo espaço em que estava localizado o aviário e, mesmo assim, as atividades produtivas e reprodutivas se intercalavam. A participante, mesmo residindo em outra localidade, realizava atividades de organização no aviário junto com o esposo. Do mesmo modo, em maior intensidade, em decorrência da proximidade entre a casa e o aviário, os/as participantes de cinco famílias possuíam uma relação estreita em tempo integral, haja vista que ninguém saía da propriedade para exercer atividades no contexto urbano e/ou não relacionadas à agricultura.

Pode-se argumentar que a dinâmica cotidiana de trabalho acabava por invisibilizar a divisão sexual do trabalho. Ao mesmo tempo que as participantes são responsabilizadas por “funções” na esfera reprodutiva, estavam presentes nos espaços considerados produtivos da unidade familiar, mesmo que não integralmente. No entanto, ocorre que as situações eram conduzidas pelas participantes sem um estranhamento, como por exemplo, acerca do fato de que os homens se apresentaram como coadjuvantes no trabalho doméstico e de cuidados: “As mulheres fluem de uma esfera a outra, tanto que denominam as atividades em trabalho de dentro e trabalho de fora da casa, separando espacialmente suas ações, uma vez que elas atuam conforme as necessidades que surgem no dia, independente da natureza do trabalho” (HERRERA, 2019, p.12). Em suma, as atividades domésticas, de cuidados e agrícola eram realizadas de forma conjugada. A diversidade nos modelos de trabalho, conforme Carneiro (2007), formam um mosaico, complexo de difícil identificação sobre onde termina ou começa cada atividade.

A estrutura do trabalho de cuidado e o direcionamento dessas atividades para as mulheres é regido pelo gênero, seja nas configurações do mercado ou na vida

privada reforçando as configurações tradicionais (TRONTO, 1997). Este é firmado por relações constantes entre pessoas, com o principal objetivo de zelar da vida e o bem estar do/a outro/a (KERGOAT, 2016). Os vínculos de interdependência formam as relações de cuidado para suprir a necessidade do/a outro/a, fazendo o cuidado parte da vida – pessoal, social, moral ou política- de qualquer ser humano (HERRERA, 2019).

Nas concepções de moralidade de Tronto (1997), o cuidado se subdivide em três questões: capacidade de atenção; autonomia e autoridade e; particularismo. Na capacidade de atenção, o primeiro ponto é obter conhecimento para entender como o indivíduo cuidado gostaria de ser tratado para satisfazer as suas necessidades. As vontades e necessidades do/a cuidador/a não podem se sobrepor sobre as vontades e necessidades da pessoa cuidada. Além disso, ser atendo é perceber e vigiar de forma constante o/a outro, podendo ocasionar a eliminação de uma preocupação consigo mesmo/a, devido ao excesso de preocupação com o/a outro/a. O grau de relação desenvolve o reconhecimento da pessoa cuidada para com o/a cuidador/a (TRONTO, 1997).

Na perspectiva de capacidade de atenção, faz-se necessário mencionar as questões de mercado. Na intenção de atender outras pessoas, o/a cuidador/a renúncia as suas próprias necessidades e as condições de troca no mercado implicam em colocar os próprios interesses em primeiro plano (TRONTO, 1997). Neste sentido, ou você cuida ou você “produz” para o mercado: “Se as pessoas têm de estar predominantemente ou cuidando ou voltadas para a troca mercantil, o caminho mais simples para organizar instituições sociais seria criar esferas separadas para cada modo de vida” (TRONTO, 1997, p.194). Cada um/a ocuparia seu lugar e, neste caso, as mulheres ficariam na esfera doméstica de cuidado e os homens do mercado.

No sentido de autoridade e autonomia, Tronto (1997) traz para a reflexão o fato de que nem todas as pessoas que são cuidadas são racionais e autônomas, entretanto, a pessoa que cuida possui racionalidade e autonomia, constituindo-se uma relação desigual, podendo haver autoridade e dependência. A autonomia passa a ser um problema que as pessoas devem saber lidar, nas relações com iguais e/ou com dependentes (TRONTO, 1997).

Já o particularismo reflete sobre os julgamentos morais universais sobre o cuidado. Ao se criar regras sobre como os cuidados deveriam ser realizados, aplica-se uma moral universal, mesmo sabendo que o cuidado se estrutura em

particularidades. A moralidade também influencia na relação com o/a outro/a, porque a relação de cuidados pode interferir na forma como o/a indivíduo é tratado, dando atenção aos mais próximos e ignorando outros que poderiam ser mais merecedores (TRONTO, 1997).

O cuidado é construído com base em um compromisso contínuo. O “cuidar de” si mesmo, de um grupo de pessoas ou uma única pessoa se origina na condição que seres humanos possuem necessidades físicas e psíquicas -precisando se alimentar, manter a higiene pessoal, entre outras (TRONTO, 1997). A intensidade e a necessidade do cuidado se alteram conforme as fases da vida de um indivíduo, sendo a infância e a velhice as mais vulneráveis (SILVA; PARRIÃO, 2020). As relações afetivas e interpessoais também fazem parte da demanda de cuidados (SILVA; PARRIÃO, 2020). Compreendendo parte dessas relações de afeto, os cuidados exercidos por mulheres para com homens já adultos, principalmente companheiros, devem ser problematizados.

É com base nos estudos do uso do tempo que Daniel Peixoto Ramos (2009) afirma que as mulheres exercem mais atividades no âmbito doméstico quando vivem com seus companheiros, do que quando vivem sozinhas, mesmo sem filhos. Esse fato contribui para confirmar situações em que os homens não aumentam sua carga de trabalho no espaço doméstico, mesmo quando as mulheres exercem trabalho remunerado.

O cuidado, em casos de pessoas saudáveis -sem dependência física ou psíquica- está ligado à manutenção básica da vida, poderia ser realizadas de forma compartilhada pelo casal, mas comumente ficam a cargo das mulheres. Como afirmam Valquiria Elita Renk, Sabrina Pontes Buziquia e Ana Silvia Juliatto Bordini (2020), as mulheres são as principais responsáveis por vestir, medicar, higienizar, dedicar afeto, garantindo saúde e bem estar.

O cuidar de alguém e/ou cuidar de si possui caráter normativo feminino. Para Eliane Portes Vargas, Francisco Romão Ferreira e Juan da Cunha Silva (2020), os homens tendem a negar a sua responsabilidade ou atuação em atividades que “remetem” ao feminino, considerando que não são de seu pertencimento, delegando a mulheres. Essa condicionante se forma mediante a construção social da masculinidade. O indivíduo nasce, é identificado como menino e a partir deste momento é inserido em um contexto social que irá dizer como irá se comportar no decorrer de sua vida (RANGEL; MORAES; CASTRO, 2017).

A educação e as relações tidas no decorrer da vida formam o modo como cada indivíduo se reproduz. Conforme Ellen Hardy e Ana Luisa Jiménez (2001), quando crianças, meninos e meninas são incentivados de formas diferentes. Enquanto os meninos jogam bola, brincam com carros e ficam na rua, as meninas normalmente não podem brincar fora de casa e tendem a imitarem os afazeres domésticos da mãe, cuidando de bonecas e brincando de “casinha”. Constrói-se na infância uma relação de poder e dependência por meio do ensinamento da posição social que ocupam:

O trabalho não remunerado e sua associação com papéis de mãe e esposa é um grande estruturador da própria identidade feminina, especialmente para mulheres de gerações mais antigas, que tiveram uma socialização tradicional e não chegaram a assumir outros papéis sociais mais modernos (RAMOS, 2009, p.864).

A naturalização do ambiente doméstico como de mulheres implica na reafirmação de posições sociais por elas assumidas, principalmente, quando se responsabilizam pelo cuidado dos filhos, maridos, pais e outras pessoas da família. Nessa situação, mediante a uma responsabilidade tão forte e exaustiva, as mulheres se sentem cansadas, na obrigação de assumir o cuidado, abandonadas, sozinhas, impotentes e também reiteram e justificam todos os atos sobre um amor aos filhos/as e/ou maridos (RENK; BUZQUIA; BORDINI, 2020).

De acordo com as entrevistas realizadas, os/as participantes não relataram a responsabilidade pelo cuidado de pessoas idosas e/ou pessoas que não viviam na unidade familiar. Como todas as participantes tinham filhos/as, eram responsáveis pelos cuidados. Os bebês, no caso da família B e F, possuíam uma dependência integral de cuidados; os filhos/as das famílias A, C e D já eram crianças maiores e/ou adolescentes e já circulavam com mais autonomia; na família E todos eram adultos e já casados. Em contextos urbanos, de acordo com a pesquisa de Bruschini (2006), as mulheres dedicavam mais tempo que os homens para trabalhos de reprodução social. As cônjuges, com filhos, despendiam um total mais elevado de horas aos afazeres domésticos e esse tempo se intensificava quando os/as filhos/as eram pequenos.

As participantes 4 e 11 haviam se desligado de seus trabalhos fora da unidade familiar após a licença maternidade para se dedicar integralmente ao cuidado dos filhos, que na época da pesquisa ainda eram bebês: “[...] tive que escolher, ou botar ele na creche com 4 meses, ou voltar a trabalhar [...] Participante 11. O retorno

para o trabalho fora da unidade familiar estava nos planos das participantes, porém nenhuma delas sabia quando isso ia acontecer e adiaram seus planos individuais para se dedicar ao cuidado dos/as filhos/as .

Nas famílias que tinham crianças maiores e/ou adolescentes, as atividades de cuidado recaíam sobre as mães. No caso dos/as filhos/as adolescentes, os/as participantes relataram a participação deles como “ajuda” em algumas atividades diárias. Os filhos adultos que não residiam mais na unidade familiar, mas trabalhavam, a mãe era responsável pela preparação do alimento no horário das refeições.

A questão geracional estava totalmente associada com as de gênero, assim como verificado no estudo de Parry Scott (2010). São constituídas de forma hierárquica principalmente por meio das relações de poder entre pessoas de sexos e idades diferentes: “Seja qual for o seu local de residência ou de trabalho, cada pessoa vive um mundo permeado por culturas edificadas por simbolizações que atribuem, diferencial e dinamicamente, a homens e mulheres, e a crianças, jovens, adultos e idosos, certas características” (SCOTT, 2010, p.15).

Nas configurações de uma sociedade, o trabalho de cuidado pode ser atendido pelo: 1) governo por meio de creches, escolas, asilos, casas de apoio a pessoas com deficiência e entre outros; através de 2) projetos sociais, que por meio de doações auxiliam e intervêm no cuidado de pessoas; e assim como contextualiza Tronto (1997) pelo 3) mercado, quando pessoas são contratadas ou pagam instituições particulares para realizar as atividades de cuidados e; pela 4) família, que é o centro do cuidado, sendo as outras instituições – governo; projetos sociais e mercados - acionadas apenas como um apoio ou um substituto para quando não há disponibilidade de alguém da família (TRONTO, 1997).

Estruturar o cuidado dentro de uma perspectiva de gênero permite vincular não apenas o papel da família, mas incluir o Estado e o mercado na dinâmica de outras instituições da sociedade civil e contribui para a conscientização da divisão igualitária de tarefas entre os membros da família, visto que as mulheres são afetadas quanto as problemáticas relacionadas ao cuidado (KRMPO TIC; IESO, 2010). Hirata (2010, p44) problematiza a não divisão igualitária com referência a atividades de cuidados: “O amor, o afeto e as emoções não parecem ser do domínio exclusivo das famílias, assim como o cuidado, o fazer e a técnica não parecem ser do domínio exclusivo das “cuidadoras”, das “acompanhantes”, das “auxiliares” remuneradas”.

O lugar que as mulheres assumem como cuidadoras é uma condição cultural justificada pelo sexo biológico. Ou seja, as mulheres gestam as crianças, logo possuem mais “destreza” com as atividades de cuidado, tomando como uma obrigação assumir a posição de mãe cuidadora – ou cuidadora de outras pessoas. Para mulheres que subvertem a ordem, o julgamento é a resposta da sociedade.

O julgamento recai sobre a forma como indivíduo conduz seus cuidados com seus filhos/as e ou outras pessoas, gerando uma preocupação enraizada sobre padrões de cuidados em contextos sociais, culturais e de classe (TRONTO, 1997). Neste caso, para além de serem condicionadas como principais participantes de atividades que regem e guardam a reprodução da vida, mulheres são, constantemente, reguladas na forma como realizam o cuidado de outros/as e se comportam diante de tal “obrigatoriedade” do trabalho de cuidado: “já que as mulheres normalmente não tem a opção de escolher fazê-lo ou não (KERGOAT, 2016, p.19).

Quando se estabelece a uma mulher a possibilidade decidir sobre aquilo que ela quer fazer ou não, sua escolha tem base dentre muitas opções e não apenas se constituir diante do que a sociedade direciona como do feminino- doméstico e de cuidados-, abrindo portas para que circule com igualdade em todos os espaços. Nas configurações das famílias, conforme os/as participantes, trabalhos domésticos e de cuidados não foram atribuídos aos homens e nem retirado das mulheres quando assumiam atividades na esfera produtiva e/ou trabalham no espaço doméstico, quando saem para trabalhar “fora”. Evidencia-se que as posições de trabalho já eram bem naturalizadas e definidas conforme o sexo de cada indivíduo e não por vontade construída dentro da uma liberdade de cada um/uma¹³.

A questão não é sobre considerar que se trata de uma “estrutura certa ou errada”, mas sim demonstrar que tais associações reproduzem padrões de gênero que acabam por direcionar o trabalho de cuidados para as mulheres, quando deveria ser realizado por todos/as, compartilhado de forma igualitária entre as pessoas de uma família e/ou assumidos por órgãos governamentais. O ato do cuidado deve ser valorizado, pois é responsável pela reprodução e manutenção da vida de pessoas, tendo papel fundamental sobre a esfera privada, como afirma Gonzales (2019).

¹³ As condições que colocam mulheres e homens em lugares específicos são construídas conforme suas histórias e trajetórias de vida, relações familiares, local onde residiram ou residem, a cultura e a forma que a sociedade se reproduz em cada época, entre outras.

Para além, deve-se considerar que dentro da atual conjuntura social quando o trabalho de cuidados é repassado para outras pessoas ou instituições, privadas ou governamentais, em sua grande maioria são realizados por outras mulheres. De acordo com o Relatório Anual de Informações Sociais- RAIS, em dezembro de 2021 no Brasil, estavam ativas no setor de serviços 27.195.647 milhões de pessoas, 12.858.027 (47,28%) eram homens e 14.337.620 (52,72%) mulheres (BRASIL, 2021).

Quando subdividido por setores de serviços, as mulheres só não são maioria nos trabalhos de Administração técnica profissional e Transporte e comunicação, representando respectivamente 41,36% e 19,61%. No setor de instituição financeira, alojamento e comunicação, administração pública, saúde e ensino, as mulheres tinham participação maior que 50%. Destacando os setores de saúde e educação, que representavam 76,73% e 59,64% (BRASIL, 2021). A feminilização dos serviços de cuidado se estende ao mercado de trabalho. Em tal condição, o trabalho de cuidados, mesmo que remunerado, fica à margem da sociedade e carrega, da mesma forma que o trabalho de cuidados não remunerado, o peso da desvalorização, ocupado majoritariamente pela força de trabalho feminina.

O trabalho de cuidados, executado por mulheres, tem participação na manutenção da vida das pessoas, na formação educacional contribuindo para o desenvolvimento pessoal, social e do mercado. Em uma lógica capitalista em que as pessoas precisam ser saudáveis para vender sua força de trabalho, as mulheres deveriam ter total reconhecimento pelos seus esforços nessas atividades de cuidados, pois se esse tipo de trabalho é indispensável para a reprodução da sociedade.

O direcionamento de atividades de cuidado para as mulheres das famílias, minimiza a demanda do governo de investimento em escolas, asilos, casas de apoio e entre outros ambientes que envolvem os serviços de cuidados. O ato de cuidar, conforme Rosiran Carvalho de Freitas Montenegro (2019), é sobrecarregado pela desigualdade de gênero que intervém diretamente no modo de viver de mulheres, sem preocupação sobre seus projetos individuais de vida. São situações afetadas não só por gênero, mas por diversos marcadores sociais como classe, raça, geração. Por isso, Lurdes Bandeira e Renata Barreiro Preturlan (2013) trazem a importância de políticas públicas que possam interferir e ressignificar configurações da divisão sexual do trabalho.

A terceirização dos serviços de cuidado entra fortemente nas questões de classe, dado que terceirizar atividades de cuidado para outras pessoas e/ou instituições particulares- geralmente assumida por mulheres- depende de condições financeiras da família. Herrera (2019) observa que o trabalho de cuidados e doméstico é essencial para manutenção da vida, para a reprodução biológica e social, para o bem- estar das pessoas. Como demonstra Nicolý Maia Pinheiro dos Santos (2018), o que acontece é que a mercantização das atividades de cuidados e domésticos possuem estrutura inalterada, mesmo quando o trabalho é assumido de forma remunerada.

Fatos esses deixam claro que a remuneração por ela só não é suficiente para que mulheres sejam reconhecidas e valorizadas nas atividades que realizam. O direcionamento de mulheres no mercado de trabalho para profissões de cuidados e atividades domésticas reforça a divisão sexual do trabalho e reitera a desvalorização simplesmente pela condição de quem executa as atividades. Conforme Santos (2018, p.30), a quebra de barreiras com relação a divisão sexual do trabalho, tanto no âmbito doméstico quanto no mercado de trabalho, “só será possível quando o tema for retirado das sombras e deixar de ser considerado como algo natural à mulher e compreendido como uma questão importante para toda a sociedade.”

Na ideia de uma igualdade de gênero, homens e mulheres deveriam transitar por todos os espaços sem serem limitados a condição de “ajudante”. Principalmente, porque, apesar do significado da palavra ser um só, a “ajuda” da mulher em atividades consideradas produtivas desvaloriza sua força de trabalho e remete tal atividade ao masculino; e a “ajuda” do homem em atividades reprodutivas minimiza o trabalho realizado pela mulher, assim como reforça o pertencimento daquela atividade associada ao feminino. Conforme Paulilo (2004, p.248), “Apesar de a construção da igualdade passar pela ideia de que ‘todos devem fazer de tudo’, as mulheres são muito cobradas se não conseguem ‘se impor’, se não ‘se desafiam’, enquanto o fato de os homens não dividirem o trabalho doméstico é um pecado menor, tão leve que risível”.

O sentimento é de que as situações de desigualdade se repetem, mantendo uma não importância sobre o trabalho realizado por mulheres e uma dificuldade de avançar em questões como: valorização do trabalho feminino; divisão igualitária de tarefas entre homens e mulheres; atividades direcionadas conforme o

sexo do indivíduo; falta de reconhecimento das atividades realizadas pela mulher na esfera reprodutiva e sobrecarga de trabalho.

A luta por igualdade de gênero e melhores condições de trabalho para mulheres deve se manter: no estranhamento das formas como se corroboram as relações em sociedade; na forma de educar as crianças; na discussão sobre temas de gênero e divisão sexual do trabalho; no incentivo de instituições de controle como governo, escolas e igrejas sobre pautas de igualdade de gênero; e na formulação de políticas públicas. São algumas alternativas para a construção de um ambiente igualitário e de possibilidade para todos/as em cada sociedade, mercado de trabalho, unidades familiares.

5.3 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO, USOS DO TEMPO E DESIGUALDADES DE GÊNERO

O tempo e como os indivíduos usufruem dele influenciam sobre questões econômicas, sociais e de bem estar, impactando na convivência das família e da comunidade. Como recurso essencial, é distribuído de forma igual entre todos/as, entretendo desfrutado de forma diferente. (CAVALCANTI; PAULO; HANY, 2010). O uso do tempo contribui na compreensão da desigualdade de gênero com relação ao trabalho remunerado e não remunerado, reforçando os papéis sociais atribuídos a homens e mulheres, ocasionando injustiça na distribuição de tarefas domésticas e de cuidados (FONTOURA; ARAUJO, 2016). Para Abramo e Valenzuela (2016, p. 117), “o uso do tempo, um bem escasso, é fator essencial na articulação entre o trabalho e as responsabilidades familiares”. Mulheres e homens não trabalham de forma igualitária nem em quantidades de horas trabalhadas tão pouco nas mesmas atividades.

A forma como alocam o seu tempo, representa muito sobre as responsabilidades de cada um, assim como as relações de poder (MEDEIROS; PINHEIRO, 2018). A má distribuições das tarefas domésticas entre homens e mulheres, a falta de serviços de cuidados- oferecidos por instituições- e as condições precárias de trabalho acabam afetando o desenvolvimento de potencialidades no trabalho e na forma como as pessoas desfrutam da vida pessoal. Se mantém ainda uma persistência de padrões tradicionais da divisão sexual do trabalho (ABRAMO; VALENZUELA, 2016).

Essas questões vão ao encontro com a realidade dos/as participantes desta pesquisa, principalmente, no que tange sobre distribuição de atividades domésticas e as condições de trabalho. Cabe considerar aqui que o trabalho realizado para reprodução social da família no rural – comparado com urbano- é estabelecido por uma jornada de trabalho elevada e bastante intensa, como observa Claudio Salvadori Dedecca (2012).

Na agricultura familiar, a idade é um fator influente sobre a realização de atividades domésticas, para homens e mulheres. A posição das pessoas quanto a sua idade e ciclo de vida reflete potencialmente nas relações de poder, hierarquia e conflitos da unidade familiar (CORDEIRO, 2007). Os espaços são destinados a cada um/a de acordo com o seu sexo, reproduzindo a realidade vivenciada por seus pais que , em grande parte, acontece com meninas, na esfera doméstica junto com as mães e meninos no público, junto ao pai (AGUIAR; STROPASSOLAS, 2010).

No Brasil, conforme a pesquisa de Marcelo Medeiros e Luana Simões Pinheiro (2018), no ano de 2013, em contextos urbanos, os homens possuíam maior jornada de trabalho no trabalho pago (esfera pública) com pequena carga nos trabalhos não pagos (esfera privada). No caso das mulheres, no trabalho pago, suas jornadas eram levemente inferiores a dos homens; entretanto, as jornadas com relação as atividades no trabalho não pago, eram muito maiores do que dos homens, somando um acúmulo desproporcional, com o total de tempo trabalhado.

Na alocação de trabalhos não pagos, alguns fatores são apontados por Medeiros e Pinheiro (2018), em suas análises como determinantes na identificação de quem os executa, tais quais: recursos relativos; tempo disponível; ideologia de gênero e ciclos de vida. Com relação aos recursos disponíveis, estabelece-se na ideia de negociação sobre a realização das atividades domésticas com base na obtenção de recursos econômicos de cada indivíduo. A lógica parte do princípio de que quanto mais recursos econômicos a pessoa produz, menos atividades não pagas realiza. Essa concepção reforça a visão da divisão sexual do trabalho com base em questões econômicas e principalmente na construção de relações de poder (MEDEIROS; PINHEIRO, 2018).

O tempo disponível direciona atividades domésticas para aqueles/as que têm menos horas do dia dedicadas ao espaço público. Ou seja, quem possui mais “horas livres” no dia realiza atividades domésticas no espaço privado. A associação deveria se estabelecer mediante a uma neutralidade de gênero, o que não acontece

porque independente da fração de tempo utilizado por mulheres no trabalho pago, ainda continuam responsáveis pelos trabalhos não pagos. Sobre a ideologia de gênero, o direcionamento de atividades não pagas não se associa no tempo de “sobra” de cada um/uma nem sobre a renda, mas na divisão do trabalho com base nos papéis tradicionais assumidos por homens e por mulheres, as quais por uma regra cultural assumem as atividades reprodutivas (MEDEIROS; PINHEIRO, 2018). E com relação aos ciclos de vida, o trabalho reprodutivo é designado conforme fases da vida da pessoa, alterando-se de acordo com a idade, arranjos familiares, casamento, fertilidade, sexualidade, divórcios e entre outros. O trabalho doméstico pode ser maior ou menor conforme a composição e estrutura da família. Uma mulher, solteira e sem filhos morando sozinha, realiza muito menos trabalhos não pagos do que uma casada e com filhos, porque mesmo que a estrutura do casamento seja formado por duas pessoas, assumem mais as atividades reprodutivos que os homens (MEDEIROS; PINHEIRO, 2018).

Todos esses fatores determinantes na alocação de trabalhos não pagos não são excludentes ou independentes, eles se sobrepõem e fortalecem mutuamente. É necessário reforçar que, ainda sim, a ideologia de gênero é o fator que possui mais peso na perspectiva de divisão de tarefas entre homens e mulheres (MEDEIROS; PINHEIRO, 2018). No contexto das famílias pesquisadas, a questão de gênero pode ser identificada como a principal determinante sobre a divisão das tarefas, somada ao ciclo de vida e a idade dos/as filhos/as; famílias com filhos/as pequenos/as, as mulheres possuíam uma demanda muito maior do que as com filhos/as já adultos. No que cunha essas questões, fica claro que todas as prerrogativas para além das questões de gênero são mecanismos importantes de serem analisados, contudo, parecem mais como uma forma de encontrar vieses para direcionar o trabalho não pago para as mulheres, do que motivos realmente plausíveis na hora da divisão de tarefas na esfera familiar. Mesmo quando as mulheres trabalham no âmbito doméstico, na mesma quantidade de horas que os homens e/ou ganham mais, ainda assim, se trabalham mais horas nas atividades não pagas. A não valorização monetária sobre os trabalhos reprodutivos para Jordan Brasil dos Santos, Liana Bohn e Helberte João França Almeida (2020) tem total relação com a sua invisibilização, mesmo sendo um dos pilares da sustentação da economia. Esses precedentes reforçam a sobrecarga de trabalho assumida por mulheres quando se desdobram para dar conta de todas as atividades diárias. As mulheres são no Brasil as que mais

assumem atividades domésticas e de cuidados, assim como as que trabalham mais horas semanalmente nessas atividades em comparativo com homens.

O IBGE (2018a), por meio da Pesquisa Nacional por Amostras a Domicílio Contínua -PNAD, demonstra que 92,2% da população feminina do país realiza alguma atividade doméstica, em sua própria casa ou na casa de outros familiares, já a representatividade do sexo masculino é de 72,2% na realização de atividades domésticas. No cuidado de pessoas – parentes, moradores ou não da mesma residência-, 37% das mulheres brasileiras os faziam, os homens representavam 26,1% (IBGE, 2018a).

Com relação às horas dedicadas ao cuidado e trabalhos domésticos, as mulheres em 2016 trabalhavam semanalmente 7,6 horas a mais que os homens. Na totalidade, mulheres se dedicavam ao doméstico e ao cuidado de pessoas por 18,1 horas semanais, enquanto os homens 10,5 horas semanais (IBGE, 2018b). Vale considerar também, que as mulheres são a maioria nas atividades remuneradas de cuidado no Brasil. E, não suficiente, na participação da produção agrícola para próprio consumo e da família, 7% das mulheres brasileiras realizavam essas atividades em 2018. Já os homens possuíam maior porcentagem, representando 8,4%. A diferença de participação entre homens e mulheres nesse tipo de atividade era de 1,4% (IBGE, 2018a). Uma diferença pouco significativa, principalmente, se considerada que a participação de mulheres nas atividades domésticas e de cuidados é maior do que a dos homens em 10,9 pontos percentuais.

Mesmo que os índices não estejam estratificados por contextos rurais, vão ao encontro da configuração de trabalho estabelecido na pesquisa realizada. As mulheres são os pilares com relação as atividades de cuidados e domésticos e não deixam de exercer funções na esfera considerada produtiva. A sobrecarga de trabalho muitas vezes não é reconhecida, principalmente pelo fato de ser realidade do cotidiano. Para Herrera (2019), a sobrecarga de trabalho sobre quais as mulheres são submetidas, muitas vezes, interferem no andamento da sua vida como o fato da continuidade da formação escolar, em encontrar tempo para si ou para o lazer, na qualificação profissional; ou seja, pode haver total influência na construção de um projeto de vida individual.

No que tange à construção de uma vida individual, principalmente, de carreira profissional, as mulheres também enfrentam barreiras em recorrência as demandas da maternidade. Como já mencionado, duas das participantes da pesquisa

havia deixado seus empregos depois da licença maternidade para cuidar dos filhos. Com a alta demanda de trabalho, o tempo dedicado a família, lazer, cultura e ao descanso vão sendo reduzidos. Para um equilíbrio entre esses pontos, se deve haver uma conciliação entre vida laboral, familiar e pessoal. Entretanto isso só acontece quando todos indivíduos e instituições envolvidas entendam e reconheçam essa necessidade. No âmbito das regulamentações para além da maternidade, é importante incluir abarcar licenças paternais e de paternidade que permite incluir os homens nas atividades de cuidados não só com relação a filhos/as, mas também de pessoas idosas, doentes e/ou com deficiência (ABRAMO; VALENZUELA, 2016). Entretanto, as alterações sofridas ao longo do tempo não foram suficientes para sanar as desigualdades de gênero que reforçam padrões de divisão sexual do trabalho e do uso do tempo da sociedade.

O reconhecimento de que as atividades reprodutivas e produtivas são interdependentes e precisam uma da outra em cooperação é essencial para uma melhor distribuição das atividades nas famílias, bem como para a valorização do trabalho realizado por mulheres no meio rural rompendo paradigmas e barreiras culturais tradicionalmente construídas sobre marcadores de gênero (SANTOS; BOHN; ALMEIDA, 2020).

Com relação a atividades de lazer, consideram-se fatores que interferem na forma como os indivíduos usam do tempo principal, entre outros, pela demanda de trabalho, pelo distanciamento geográfico de ambientes de lazer ou ausência nos espaços rurais e pelas condições financeiras das famílias. Para além, deve-se considerar desigualdades de gênero que envolvem a condição de lazer, homens e mulheres possuem relação diferentes nas condições de uso do tempo.

Todos/as participantes dessa pesquisa afirmaram que não possuíam o hábito de viajar e que só saíam no período de intervalo entre os lotes de animais alojados no aviário, que demanda muito trabalho e impossibilitam “saídas” muito longas. Todos/as relataram que costumam conversar com outras pessoas pelo celular, que recebem a visita de amigos e parentes, assim como frequentam suas casas para confraternizações em almoços ou jantares, geralmente, no final de semana, quando possível sair devido a demanda de trabalho. As “saídas” de casa aconteciam, na maioria das vezes, com algum/a outro/apessoa da família. As atividades de lazer mencionadas pelos/as participantes foram ver televisão, participar

de clube de tiros, frequentar restaurantes, ir à igreja do bairro, à praia, laçar boi, jogar futebol, jogar baralho, assistir filmes.

Em alguns dos casos, quando perguntado sobre quais atividades realizavam fora da avicultura, as respostas remeteram a outras atividades associadas ao trabalho. A participante 2 e 11 falaram dos filhos bebês. O participante 5 e 10, realizavam trabalhos de manutenção da casa e/ou outras atividades agrícolas. A participante 9 disse que limpava sua casa, o pátio e enfatizou que “não pagava faxineira”.

A realidade da agricultura familiar é sobre uma reprodução com base no trabalho. As raízes culturais, advindas das famílias assim como a proximidade dos espaços as demandas aleatórias e constantes reforçam e normatizam o trabalho como algo presente do cotidiano de forma integral. Até mesmo quando a ideia é se distanciar, outras “formas de trabalhar” são sobrepostas como lazer. Como afirma Abramo e Valenzuela (2016), na ideia de se constituir uma sociedade igualitária, o equilíbrio entre trabalho e vida pessoal é uma das uma estratégia para a promoção de igualdade no mundo do trabalho. Então, o uso do tempo é temática central na articulação das responsabilidades de trabalho no cotidiano das famílias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo de analisar como se constituem relações de gênero e a divisão sexual do trabalho em produções avícolas vinculadas a sistemas de integração no município de Forquilha/SC. A agricultura familiar era a lógica de trabalho das famílias participantes da pesquisa. Os próprios meios de produção e a força e trabalho da família compunham os princípios da atividade, que assume características não capitalistas, mesmo quando a produção é destinada à indústria. A forma como as famílias se reproduzem em relações trabalho sofre influências significativas da indústria, principalmente por demandas de como executar o trabalho, da implementação de tecnologias e com relação a cobranças por produtividade. Entretanto, a ligação mediada pela parceria não anula as características de uma produção familiar.

Como categorias de análise central, o gênero e a divisão sexual do trabalho constituem as relações das famílias no do trabalho e nas configurações da vida privada. O gênero compreende as desigualdades atribuídas aos sexos reforçando lugares sociais e relações de poder, enquanto a divisão sexual do trabalho tem foco nas atribuições do trabalho, seja na esfera pública ou privada. Quando se adentra em contextos rurais, às perspectivas de análise das duas categorias se atribuem algumas especificidades, visto particularidades na forma de viver e trabalhar nas unidades familiares.

Os/as participantes da pesquisa eram relativamente jovens. Todas as famílias tinham a avicultura como principal fonte de renda. Dois participantes possuíam mais que 60 anos, um mais que 50 e os/as outros tinham idade entre 24 e 43 anos. Todos/as tinham filhos/as e eram casados/as. Naturais de Santa Catarina, cinco nasceram em Forquilha, dois/duas em Criciúma e os/as outros/as quatro nos municípios de Sombrio, Rio Fortuna, Içara e Meleiro. Com relação à escolaridade, das participantes, duas tinham o fundamental incompleto, uma ensino médio completo e outras duas pós-graduação. Dos participantes, três possuíam ensino fundamental incompleto, dois o ensino médio completo e um era graduado.

Os/as que possuíam maior escolaridade tinham idade entre 24 e 41 anos. Pode-se argumentar sobre a relação da escolaridade em virtude das mudanças do direito à educação que se reestabeleceu nos anos 1980, pelas lutas de movimentos sociais, implementação de políticas públicas, entre outras questões. A singularidade

de cada família e de cada participante deve ser sempre considerada. Entendendo não só as características de cada um/uma, mas também a forma como cresceram, as localidades que vivem e/ou viveram, as experiências de vida e de trabalho, oportunidades que tiveram.

Com relação à escolaridade, uma das participantes relatou que não pode estudar quando era jovem, pois seu pai não autorizou; outra teve seu sonho da graduação adiado pela interferência de seu esposo. Nos dois casos, observam-se relações hierárquicas constituídas a partir do gênero nas relações familiares, pelo poder de decisão dos homens, pai ou esposo. O patriarcado é uma das estruturas que funda esses modelos de relações e o poder, de uma forma inicial é do pai e, depois do casamento, estende-se ao marido.

A composição das famílias tem total interferência sobre o trabalho na agricultura familiar, principalmente, por esse modelo de produção contar com força de trabalho familiar. No estudo, apenas uma das famílias era composta por filhos adultos, as demais por filhos/as crianças e/ou adolescentes. Para além da produção avícola, as famílias também tinham outros cultivos como pitaya, milho, arroz, criação de gado e arrendavam terra para outras produções. É característico das famílias agricultoras não focarem apenas um tipo de cultivo e/ou criação de animais, pois dependem de condicionantes correlacionadas com o clima e o solo, por exemplo. A terra disponível para a implementação de aviários ou a produção de outros cultivos é totalmente influente, pois, se não há espaço, algumas produções são inviáveis. A plantação de pitaya, juntamente com a produção avícola, foi a estratégia encontrada por umas das famílias que possuía 1 hectare de terra. As outras famílias possuíam entre 5 e 22 hectares.

A pluriatividade também é uma forma de assegurar que as famílias se mantenham no campo. Dos/as participantes, no período da pesquisa, apenas uma participante conciliava as atividades da agricultura com atividades não agrícolas. Outras duas participantes tinham sua trajetória marcada pelo trabalho fora do contexto rural, porém, estavam afastadas porque assumiram os cuidados dos filhos bebês, saindo dos seus empregos anteriores após o período de licença maternidade. Cabe destacar que nenhum dos homens realizava atividade não agrícola e/ou executou depois de ter iniciado na avicultura.

O acesso à terra foi por meio de herança para cinco, das seis famílias. Em um dos casos, a terra foi comparada. Das herdadas, três foram pelos esposos e as

outras duas pelas esposas. A partilha das terras em contextos de agricultura é uma questão bastante forte com relação à desigualdade de gênero. No caso dos participantes, um afirmou que as irmãs não receberam a herança de forma igualitária. Os/as outros/as participantes não fizeram menção e este fato.

A sucessão familiar não havia acontecido, nem na família com filhos adultos e que trabalhavam junto na produção. Com relação ao processo de sucessão dos/as participantes, apenas um deu sequência na atividade de sua família. Os/as outros/as participantes não tiveram sucessão, contudo, cinco deles/as tinham suas famílias na agricultura, as quais se ocupavam com outros tipos de produção.

Conforme observado, as famílias atuavam na avicultura há mais de dez anos. A unidade familiar mais jovem na produção avícola tinha 11 anos e a mais antiga 21 anos. Apenas em uma das unidades – a mais antiga na produção- seis anos de atividade não foram no âmbito com o sistema de integração. Os números de cabeças entregues por lote pelas famílias variavam entre 200.000 mil até 12.000, isso porque quatro das famílias possuíam um aviário cada, as outras duas contavam com dois e quatro, respectivamente. A produção dependia de variantes, como: número de aviários; modelo do aviário (dark/modal/convencional); tamanho da aviário; mortalidade das aves durante o período de 45 dias de alojamento.

O modelo do aviário estava totalmente relacionado à implementação de tecnologia e inovação. Os modelos mais antigos eram os chamados de convencionais, depois deles o Modal e, por fim, o Dark, considerado na época da pesquisa, o com mais intensidade tecnológico. Apenas duas famílias possuíam o aviário Dark. Uma delas tinha implementado mais dois novos aviários (que também tinha um aviário modal). Os aviários convencionais faziam parte da realidade de quatro das seis famílias – todas possuíam um aviário cada.

No caso dos aviários mais antigos, foi necessário adequações conforme as exigências tecnológicas impostas pela indústria, necessitando de altos investimentos custeados pelo/a próprio/a produtor/a. As solicitações de alterações, demandadas pela indústria, estavam relacionadas com a permanência do aviário no sistema integrado. Todas as alterações desenvolvidas ao longo dos anos trouxeram benefícios para as famílias produtoras, no âmbito das atividades realizadas no cotidiano e nos resultados de produtividade. Entretanto, apesar de melhorar consideravelmente o trabalho da família, os investimentos eram realizados em longo prazo, interferindo diretamente no valor monetário recebido a cada lote, assim como criando uma relação

estreita e de dependência com a indústria, pelo menos até que o valor fosse quitado. Essa lógica se estabelece para unidades que instalaram novos aviários.

Sobre os horários fixos de trabalho, verificou-se que demandas se alternavam no decorrer do dia e da noite. O clima interferia no trabalho, principalmente, o calor, o frio intenso, os desastres naturais, como vento e chuvas fortes. Durante todo o período de alojamento, todo o cuidado era necessário para manter a vida e a saúde das aves. Esses fatores causavam preocupação aos/às participantes, interferiam no sono e exigia a presença integral de um/a pessoa para vigiar a produção.

A falta de liberdade para sair de casa e/ou se ausentar dos cuidados da produção representam condição central nas configurações do trabalho na produção avícola. Todavia, a liberdade de não estar em um trabalho fixo contratado e cumprindo horários foi trazido pelos/as participantes como ponto positivo. Essa relação estabelece uma contradição, visto que, ao mesmo tempo, os/as participantes são proprietários dos meios de produção e fazem seus horários, a dinâmica da atividade avícola, no formato de integração, exige que a produção siga parâmetros definidos pela indústria, limitando o poder de decidir dos/as produtores/as e exigindo cargas de trabalho exaustivas para que consigam bons resultados, na medida em que a produção depende do trabalho familiar.

O trabalho da família na produção avícola não se limita aos cuidados com as aves. Os/as produtores/as são responsáveis pela administração em geral, acompanhamento e controle de toda produção. Muitas atividades demandam posicionamento e poder de decisão. Profissionais da indústria visitam semanalmente as produções e vistoriam todo o processo, configurando uma forma de controle da indústria na unidade de produção. No atendimento aos/às técnicos/as e/ou veterinários/as, as mulheres eram coadjuvantes, tendo em vista que só ocorriam quando maridos, filhos, trabalhadores contratados não estão presentes na unidade.

Nas tomadas de decisão sobre e na produção, os homens apareceram como responsáveis; no entanto, as mulheres também eram atuantes, mesmo quando solicitadas para uma “opinião”. Apesar do não compartilhamento em igualdade das decisões dentro da unidade familiar, deve-se considerar que o formato assume características diferentes das quais as mulheres são totalmente excluídas do processo.

Com referência aos cursos sobre a produção avícola, disponibilizados pela indústria, apenas, os homens tinham realizado. As participantes que fizeram algum curso ou tiveram contato teórico com a produção avícola foi em decorrência da formação em técnico agrícola ou de forma independente, no caso de duas. Na tomada de decisão, no atendimento aos técnicos e até mesmo sobre a realização dos cursos por intermédio da indústria, as mulheres não apareceram como agentes principais. De fato, deve-se considerar que mudanças estruturais interferiram em relações hierárquicas de poder em relações familiares e trabalho, porém não eliminaram os lugares das mulheres como coadjuvantes nos processos de trabalho da avicultura.

A hegemonia masculina se estende a outras atividades da produção, quando ocorre a divisão de responsabilidade entre os homens e as mulheres, elas apareceram como “ajudantes” do trabalho produtivo, ainda que realizassem grande parte das atividades. Algumas atividades não eram direcionadas a mulheres por serem “pesadas” ou “inapropriadas”, mas, mesmo assim, de forma esporádica, já haviam realizado. Como responsabilidade das mulheres, destacava-se a limpeza dos aviários e das áreas comuns. Uma das participantes realizava as atividades administrativas e financeiras de todo o aviário.

A proximidade entre atividades consideradas produtivas e reprodutivas, respectivamente, realizadas no espaço doméstico e no espaço da produção, limitava uma separação. Como atuantes nos dois espaços, as mulheres tendem a estar no meio dessa dinâmica, desdobrando-se para dar conta de todas as demandas. A casa das famílias – exceto de uma delas – estava localizada no mesmo terreno do aviário, fortalecendo mais essa relação.

Foram identificadas situações singulares em relação às unidades familiares no âmbito da participação na produção, embora, a divisão sexual do trabalho estava presente direcionando atividades conforme o sexo de cada participante. Essa condição se estendia ao espaço doméstico, onde as mulheres eram as responsáveis pelo cuidado dos/as filhos/as e das atividades domésticas, recebendo a ajuda dos homens – esposos. Os/as participantes não relataram responsabilidade de cuidado com pessoas fora ou na unidade familiar, como idosos e/ou outros parentes. As atividades de cuidados eram todas direcionadas ao casal e aos/às filhos/as. Os filhos/as bebês demandavam muitos cuidados pessoais e duas das participantes se desligaram de seus trabalhos fixos para se dedicar integralmente a eles/as. No período da pesquisa, o tempo de licença maternidade de ambas já tinha acabado.

Em uma das famílias, os filhos/as já eram adultos e trabalhavam na produção, nas outras eram todos/as crianças e/ou adolescentes. Se sabe que quanto mais independência o indivíduo tem, menos demanda cuidado de um outro/a pessoa. Ainda assim, atividades de cuidados eram realizadas pelas mulheres, como no caso de uma da participante que já tinha seus filhos adultos e era responsável pela preparação das refeições.

Tais atribuições deixam claro que as mulheres transitam entre dois espaços, executando atividades produtivas e reprodutivas no contexto da agricultura familiar. Este fato só confirma a sobrecarga assumida por mulheres quando se dispõem a dar “conta de tudo”. O tempo dedicado ao trabalho tem total influência sobre as questões de gênero, principalmente, pela divisão desigual com relações às atividades domésticas, realizadas por mulheres, as quais poderiam ser divididas de forma igualitária entre elas e os homens.

Em função das demandas de trabalho e as configurações da avicultura, muitas vezes, os/as participantes relataram que o tempo para o lazer era limitado. Em alguns dos casos, pontuaram as atividades de lazer com outras atividades de trabalho. Nenhum/a dos/as participantes tinha o hábito de viajar, recebiam visitas de amigos e parentes e as “saídas” de casa só aconteciam, na maioria das vezes, se algum/a pessoa da família ficasse na unidade familiar.

A pesquisa demonstrou mudanças produzidas nas relações de trabalho analisadas, sobretudo, pela intensidade tecnológica e por especificidades produtivas demandas pela indústria. Entretanto, persistem desigualdades de gênero e a divisão sexual do trabalho, em conformidade com atividades valoradas de acordo com quem as realiza, mulheres ou homens. Por fim, foi possível caracterizar as famílias produtoras avícolas, seus cotidianos laborais e identificar como se constituíam as relações dos/as famílias mediante a contextos de gênero e da divisão sexual do trabalho, cumprindo os objetivos propostos no estudo. As temáticas aqui abordadas não se esgotam, principalmente pela riqueza das informações obtidas por meio das entrevistas realizadas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Estudos Rurais. Editora Hucitec/Anpoes, Editora da UNICAMP, São Paulo, 1992.

ABRAMOVAY, Ricardo et al. Agricultura familiar e sucessão profissional: novos desafios. **Anais...** Brasília: SOBER, 2001. Disponível em: <http://gp.usp.br/files/denru_sucessao.pdf> Acesso em: 11 ago. 2020.

ABRAMO, Lais; VALENZUELA, Maria Elena. Tempo de trabalho remunerado e não remunerado na América Latina: Uma repartição desigual. in: **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectiva interseccionais**. 1.ed, São Paulo: Boitempo, 2016.

ABPA - Associação Brasileira de Proteína Animal. **Relatório Anual 2020**. 2020. Disponível em: <https://abpabr.org/wpcontent/uploads/2020/05/abpa_relatorio_anual_2020_portugues_web.pdf> Acesso em: 15 jul. 2020.

ADILIANE, Valéria Batista Francelino da Silva. **Terra de mulher: as contradições que permeiam as relações de gênero e a titulação conjunta da terra no âmbito da agricultura familiar**. 2011. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

AGUIAR, Vilênia Venancio Porto. Mulheres Rurais, Movimento Social e Participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. **Política & Sociedade**, v. 15, Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15nesp1p261/33804>. Acesso em: 26 mai. 2020.

AGUIAR, Vilênia Venâncio Porto; STROPASOLAS, Valmir Luiz. As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina. In: **Gênero e Gerações Rurais**. Ed.mulheres,Florianópolis.2010. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/1016303/1020379/genero+e+gera_o+em+contextos+rurais.pdf/171b01b8-2ded-48dc-9639-8e7e34c7bbcc > Acesso em: 06 fev. 2023.

ALVES, Flamarion D; LINDNER, Michele; RODRIGUES, Suelen de L. Formas de (re) produção familiar no espaço rural: campesinato, agricultura familiar e pluriatividade. **Geo UERJ**. Ano 10, v.2, n.18. p. 120-140. 2008. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/1393>> Acesso em: 06 jul. 2020.

ARAÚJO, Letícia Almeida; COSTA, Tamiris Maria Moreira da; LEMOS, Thais de Cássia Silva. MULHERES NO CAMPO: divisão sexual do trabalho em propriedades da cafeicultura convencional no Sul de Minas Gerais. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, Edição especial, p. 88-111, 2020. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/52187/29325>> Acesso em: 11 mai. 2022.

AVICULTURA INDUSTRIAL. **Preço do quilo frango vivo tem cenários diferentes nas principais praça.** 2021. Disponível

em:< <https://www.aviculturaindustrial.com.br/imprensa/preco-do-quilo-frango-vivo-tem-cenarios-diferentes-nas-principais-pracas/20210920-082231-e130>> Acesso em: 22 set.2021.

AVIAGEN BRIEF. **Otimizando a Taxa de Conversão Alimentar do Frango de Corte.** 2011. Disponível em: <

http://eu.aviagen.com/assets/Tech_Center/BB_Foreign_Language_Docs/Portuguese/Otimizando-a-Taxa-de-Converso-Alimentar-do-Frango-de-Corte.pdf> Acesso em: 11 mar. 2022.

BANDEIRA, Lurdes Maria. PRETURLAN, Renata Barreto. As pesquisas sobre uso do tempo e a promoção da igualdade de gênero no Brasil, 2016. In: FONTOURA, Natália; ARAUJO, Clara. **Uso do tempo e Gênero.** Disponível em:<

https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/uso_do_tempo_e_genero.pdf> Acesso em: 11 jan. 2022.

BARBOSA, Thaís Lopes. **O processo de empoderamento da mulher rural e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE):** o caso de Viçosa-MG. 2017. 68f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1995.

BENEDET, Maristela. Avicultores do Sul na Associação Brasileira dos Avicultores Integrados. **Portal Veneza.** Nova Veneza, 2014. Disponível em:<

<https://www.portalveneza.com.br/avicultores-sul-associacao-brasileira-dos-avicultores-integrados/>> Acesso em: 07 jan. 2021.

BILCK, Max. **Elos da integração avícola:** estudo de caso nos municípios de Angelina e Anitápolis/SC. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Florianópolis,2003. Disponível

em:<<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/85449>>Acesso em: 10 mar. 2020.

BRUCHIN, Cristina. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado?. **R. bras. Est. Pop.,** São Paulo, v. 23, n. 2, p. 331-353, jul./dez.

2006. Disponível

em:<<https://www.scielo.br/j/rbepop/a/vG3HhnyjrSY7vFZFhSqWL7N/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 19 jan. 2023

BOSI, Antônio de Pádua. Acumulação de capital e trabalho na agroindústria no Oeste do Paraná de 1960 a 2010. **História Unisinos,** v.20, n.1, 2016. Disponível em:<

<https://pdfs.semanticscholar.org/d95e/20866185e139260c89497a4bcb22955f8736.pdf>> Acesso em: 17 set. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm> Acesso em: 29 out 2019.

BRASIL. **Lei Nº 13.288, De 16 De Maio De 2016**. 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13288.htm> Acesso em: 07 jan. 2021.

BRASIL. **Relação Anual de Relações Sociais - RAIS**. Serviços: IBGE Subsetores. 2021.

BRAGA, Luís Carlos. **As temporalidades que caracterizam a agricultura familiar do município de Marmeleiro (PR)**. 2015. 269 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/138558>> Acesso em: 10 mar. 2020.

BRUMER, Anita. "Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul". **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p.205-227, jan/abr.2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21699.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2019.

BRUMER, Anita; PAULILO, Maria Ignez. As agricultoras do Sul do Brasil. **Estudos feministas**, 12(01), Florianópolis. 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000100009/7948>. Acesso em: 10 mar 2020.

CARDOSO, Ana Paula. **Avicultores e sindicato mobilizados em Forquilha**. Engeplus, Forquilha. 08 nov. 2013. Disponível em: <<http://www.engeplus.com.br/noticia/geral/2013/avicultores-e-sindicato-mobilizados-em-forquilha>> Acesso em: 06 jan. 2021.

CARMO, Renato Miguel. A construção sociológica do espaço rural: da oposição à apropriação. **Sociologias**, ano 11, n. 21, p. 252-280, Porto Alegre, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222009000100011. Acesso em: 06 abr. 2020.

CARNEIRO, Maria Jose. "Rural" como categoria de pensamento. **Ruris**, v.2, n.1. 2008. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/661/528>. Acesso: 12 mar. 2020.

CARTA DE SERVIÇO DO MUNICIPIO DE FORQUILHINHA. **Transporte e trânsito: Transporte e ônibus**. 2022. Disponível em: <<https://servicos.forquilha.sc.gov.br/detalhe/horarios-de-onibus1>> Acesso em: 30 mai. 2022

CAVALCANTI, Lara. Gama de Albuquerque; PAULO, Andrade Maira; HANY, Fatmato Ezzahrá Schabib. A pesquisa piloto de uso do tempo do IBGE 2009/2010. **Anais... Seminário Internacional Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**. 2010. Florianópolis: UFSC, 2010. p. 1-10. Disponível em: <

http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1278295122_ARQUIVO_artigoIBGE-APesquisaPilotedeUsodoTempodoIBGE2009-2010.pdf > Acesso em: 26 jan.2023.

CHAYANOV, Alexander V. On The Theory Of Non-Capitalist Economic Systems. In: D. Thorner (compil.). **The Theory of Peasant Economy**, Kerblay y Smith, Illinois, 1966. Disponível em:< https://www.ciesas.edu.mx/publicaciones/clasicos/00_CCA/Articulos_CCA/CCA_PDF/035_CHAYANOV_On_the_theory.pdf> Acesso em: 20 jun. 2020.

CIELO, Ivanete Daga ; JUNIOR, Weimar Freire da Rocha; SÁNCHEZ-CANEVESI, Fernanda Cristina Sánchez-Canevesi. Importância Socioeconômica da Integração Avícola para os Produtores da Mesorregião Oeste do Paraná. **Desenvolvimento em Questão**, vol. 17, núm. 49, 2019.

CNA - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. **CNA pede medidas emergenciais para produtores afetados pelas secas e enchentes**. 2022. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/paginas-especiais/contratos-de-integra%C3%A7%C3%A3o-1#:~:text=A%20Cadec%20%C3%A9%20uma%20comiss%C3%A3o,a%20transpar%C3%Aancia%20na%20rela%C3%A7%C3%A3o%20contratual>. Acesso em: 27 jan. 2022.

CNA - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. **CADEC BRASIL**. 2021. Disponível em:< <https://www.cnabrazil.org.br/paginas-especiais/contratos-de-integra%C3%A7%C3%A3o-1#:~:text=A%20Cadec%20%C3%A9%20uma%20comiss%C3%A3o,a%20transpar%C3%Aancia%20na%20rela%C3%A7%C3%A3o%20contratual>.> Acesso em: 21 jan.2021.

CNA - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. **CNA prevê safra recorde e custos de produção elevados em 2022**. 2021a. Disponível em:< <https://www.cnabrazil.org.br/noticias/cna-preve-safra-recorde-e-custos-de-producao-elevados-em-2022>> Acesso em: 27 jan. 2022.

CNA - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. **Energia e infraestrutura mantêm avicultura no vermelho**. 2021b. Disponível em:< <https://www.cnabrazil.org.br/noticias/energia-e-infraestrutura-mantem-avicultura-no-vermelho>> Acesso em: 27 jan. 2022.

COOPERA- Cooperativa Pioneira de Eletrificação. 2019. **Origem**: Como tudo começou. Disponível:< <https://www.coopera.com.br/historico>> Acesso: 07 jul. 2021.

CORDEIRO, R. L. M. Agricultura familiar, trabalho feminino e ação coletiva. **Anais... Encontro Nacional Abrapso**. Rio de Janeiro, UERJ, 2007. Disponível em: http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/anexos/AnaisXIVENA/conteudo/pdf/trab_completo_187.pdf.. Acessado em: 19 jan. 2023.

CORDEIRO, Rosineide de L. M.; SCOTT, Russel Parry. Mulheres em áreas rurais nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. **Revista Estudos**

Feministas. v.15 n.2 Florianópolis, 2007. Disponível em:
https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2007000200008.
 Acesso em: 02 jun. 2020.

CRISTINA, Tereza; MARQUES, Eduardo Sampaio. **Plano Safra 2020/2021: O florescer de uma nova colheita- a retomada do investimento e a garantia de um abastecimento contínuo**. 2020. Disponível em: < <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/com-mais-recursos-e-melhores-condicoes-de-financiamento-plano-safra-2020-2021-tera-236-bilhoes/ApresentacaoPlanoSafra2020213.pdf> >
 Acesso em: 04 ago. 2021.

DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(1): 360, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21698.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2020.

DEDECCA, Claudio Salvadori. Uso do tempo e gênero. Adep. 2012. Uma dimensão da desigualdade socioeconômica brasileira. Disponível em: <
<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/livros/article/view/136>> Acesso em: 17 jan. 2022.

DORREGÃO, Vandreça Vigarani. **A participação de mulheres na atividade leiteira: um estudo do município de Orleans/SC**. 2018. 150f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma. 2018. Disponível em: <
http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNESC-1_9d281507ebf37e2895acc95fdd5f9 >
 Acesso em: 10 mar. 2020.

EMBRAPA. Custo Frango de Corte. **Embrapa**. 2020. Disponível em: <
<https://www.embrapa.br/suinos-e-aves/cias/custos/frango-uf>> Acesso em: 28 setembro de 2021.

EMBRAPA. Preços. **Embrapa**. 2020a. Disponível em: <
<https://www.embrapa.br/suinos-e-aves/cias/precos>> Acesso em: 28 setembro de 2021.

FARIA, José Henrique de. Desenvolvimento Socioeconômico e Interdisciplinaridade. **Desenvolvimento Socioeconômico em Debate**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 5–36, 2015. DOI: 10.18616/rdsd.v1i1.1827. Disponível em:
<https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/RDSD/article/view/1827>.

FARIA, Nalu. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. In: DI SABATTO, Alberto et al. (Orgs). **Estatísticas Rurais e a Economia Feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília: MDA, 2009.

FERREIRA, Francine. Aumenta o rendimento dos avicultores. **Forquilha Notícias**. Forquilha, 2015. Disponível em: <
<https://www.forquilha.com.br/francine-ferreira-aumenta-rendimento-dos-avicultores/>>. Acesso em: 07 jan. 2021.

FIGUEIRÓ, Cianarita Caron Figueiró; RENK, Arlene Anelia. Percepções Intergeracionais de agricultores familiares sobre a produção de alimentos e sustentabilidade. **Desenvolvimento Rural Interdisciplinar**. v.2, n.1, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/revpgdr/article/view/94603/pdf> Acesso em: 01 dez. 2020.

FORQUILHINHA/SC. **Prefeitura**. Disponível em:< <https://www.forquilha.sc.gov.br/>>. Acesso em: 5 nov. 2020.

FURTADO, Juliana Dias Moreira. **Pluriatividade feminina**: relações de trabalho e gênero em unidades familiares de produção no município de Orizona/GO. 2018. 107 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018. Disponível em:< <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/9176/5/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Juliana%20Dias%20Moreira%20Furtado%20-%202018.pdf> > Acesso em: 10 mar. 2020.

FONTOURA, Natália; ARAÚJO, Clara. **Uso do tempo e gênero**. Rio de Janeiro: UERJ, 2016. Disponível em:< https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/uso_do_tempo_e_genero.pdf> Acesso em: 12 dez. 2022.

FLACH, Loiva Marli. **A Reestruturação produtiva do capital e o trabalho**: o sistema de integração da empresa Sadia no município de Francisco Beltrão - Paraná. 2010. 193 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2010. Disponível em:< <http://tede.unioeste.br/handle/tede/1177> > Acesso em: 10 mar. 2020.

FREITAS, Helana Celia de Abreu. Rumos da educação do campo. **Em Aberto**, Brasília, v. 24, n. 85, p. 35-49, abr. 2011. Disponível em:<<http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/3073/2808>> Acesso em: 10 mar. 2022.

GIEHLE, Alexandre Luís ; MONDARDO, Marcia. Produção de suínos em Santa Catarina: uma análise da regionalização dos abates (2013-2018). *In*: XIII Encontro de Economia Catarinense: Transformações no mundo do trabalho. 2019. **Anais eletrônicos [...]**. Disponível em: https://docweb.epagri.sc.gov.br/website_cepa/Artigos/Regionalizacao_do_abate_de_suinos.pdf Acesso em: 05 abr.2022.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n.3, p, 20-29. 1995. Disponível Em:< <https://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf>> Acesso: 05 nov. 2020.

GRANDI, Alessandra Bueno de. **Relações de gênero nas famílias agricultoras associadas a mini-usinas de leite no Estado de Santa Catarina**. 1999.78f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis. 1999. Disponível em:< <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/80793>> Acesso em: 10 mar. 2020.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, vol.52, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0103-20032014000600007&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 11 mai. 2020.

GRUPO FORQUILHINHA. **Horários Intermunicipais**. 2022. Disponível em:< <http://www.grupoforquilha.com.br/horarios/forquilha>> Acesso em: 24 mar. 2022.

HAGUETTE, Tereza Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 4. ed. Petrópolis: Vozes. 2007.

HARDY, Ellen ; JIMÉNEZ, Ana Luisa Jiménez. Masculinidad y Género. **Rev Cubana Salud Pública** v.27 n.2 Ciudad de La Habana jul.-dic. 2001. Disponível em:< http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0864-34662001000200001> Acesso em: 05 jan. 2023.

HEISLER, Lenoir; RENK, Arlene Anélia; BONAMIGO, Irme Salette. Estratégias De Reprodução Social No Rural Da Microrregião De Pinhalzinho (SC). **Extensão Rural, DEAER – CCR – UFSM**, v.25, n.2. Santa Maria, 2018. Disponível em:< <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/30160/pdf>> Acesso em: 08 jan. 2020.

HERRERA, Karolyna Marin. **A jornada interminável: a experiência no trabalho reprodutivo no cotidiano das mulheres rurais**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2019. Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/204552>> Acesso em: 8 nov. 2022.

HERREIRA, Karolyna Marin. **Da invisibilidade ao reconhecimento: uma análise do papel da mulher rural a partir da perspectiva da multifuncionalidade agrícola**. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Santa Catarina. 2015. Disponível em:<<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/132975/333241.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acessado em: 05 set. 2022.

HERRERA, Karolyna Marin. Da invisibilidade ao reconhecimento: mulheres rurais, trabalho produtivo, doméstico e de care. **Política & Sociedade**. v. 15, Edição Especial, Florianópolis, 2016. Disponível em:< <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15nesp1p208>> Acesso em: 15 jul. 2020.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A morada da vida: Trabalho familiar de pequenos produtores no nordeste do Brasil**. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em:< http://www.bvce.org.br/DownloadArquivo.asp?Arquivo=HEREDIA_A_morada_da_vida_FINAL.pdf> Acesso em: 25 jul. 2020.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 37, n. 132, dez. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742007000300005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 12 nov. 2019.

HIRATA, Helena. Teorias e práticas do care: estado sucinto da arte, dados de pesquisa e pontos em debate. In: FARIA, Nalu; MORENO (Orgs). **Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres**. São Paulo: SOF, 2010. Disponível em: <https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2010/11/cuidado_trabalho_e_autonomia_das_mulheres.pdf> Acesso em: 15 dez. 2022.

IBGE - Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. **Tabela 1094**: Número de informantes, quantidade de peso total das carcaças dos frangos abatidos, no mês e no trimestre por tipo de inspeção. Variável – Animais abatidos (Cabeça). Brasil/Unidade de federação. 2020. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1094#resultado> > Acesso em: 17 jun. 2020.

IBGE. **Tabela 1094**: Número de informantes, quantidade de peso total das carcaças dos frangos abatidos, no mês e no trimestre por tipo de inspeção no Brasil. Variável – Animais abatidos (Cabeça). Brasil/Unidade de federação. 2019. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1094#resultado> > Acesso em: 17 jun. 2020.

IBGE. **Tabela 1612** - Área plantada, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção das lavouras temporárias. 2019a. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1612#resultado>> Acesso em: 11 nov. 2020.

IBGE. **Tabela 3939**: Efetivo dos rebanhos, por tipo de rebanho. 2019b. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3939#resultado>> Acesso: 11 nov. 2020.

IBGE. **IBGE Cidades**: Forquilha. 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/forquilha/pesquisa/23/27652?detalhes=true> Acesso em: 15 jul. 2019.

IBGE. **PNAD Continua**: Outras formas de trabalho 2018. 2018a. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101650_informativo.pdf Acesso em: 10 nov. 2022.

IBGE. **Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. 2018b. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf Acesso: 10 nov. 2022.

IBGE. **Censo agropecuário**: Estabelecimentos e Produtores. 2017. Disponível em: https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/estab_elecimentos.pdf. Acesso em: 22 abr. 2020.

IBGE. **Panorama Forquilha**. 2017a. Disponível: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/forquilha/panorama>>. Acesso: 21 jul. 2021.

IBGE. **Tabela 5938**: Produto interno bruto a preços correntes, impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos a preços correntes e valor adicionado bruto a preços correntes total e por atividade econômica, e respectivas participações. 2017b. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5938#resultado> > Acesso em: 03 nov. 2020.

IBGE. **Estatística do Cadastro Central de Empresas**. Coordenação de metodologia das Estatísticas de Empresas, Cadastro de Classificação. Rio de Janeiro, 2017c. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100618.pdf> > Acesso em: 10 nov. 2020.

IBGE. **Tabela 6895**: Número de estabelecimentos agropecuários que obtiveram financiamento, por tipologia, agente financeiro responsável pelo financiamento, condição do produtor em relação às terras, grupos de atividade econômica, recursos provenientes de programas governamentais de crédito e grupos de área total. 2017d. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6895> > Acesso em: 27 ago. 2021.

_____. **Manual Técnico das Pesquisas Agropecuárias Municipais Pesquisas Agropecuárias Municipais**. 2014, Rio de Janeiro. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc3557.pdf. Acesso em: 13 jun. 2019.

IBGE. **IBGE Cidades**: Forquilha. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/forquilha/pesquisa/23/27652?detalhes=true> Acesso em: 15 jul.2019.

IBGE. **Tabela 2093**: População residente por cor ou raça, sexo, situação do domicílio e grupos de idade - Amostra - Características Gerais da População (2000/2010). 2010a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/2093#resultado> Acesso em: 27 nov. 2020.

IBGE. **Tabela 200**: População residente, por sexo, situação e grupos de idade – Amostra- Características da população. Nova Veneza. 2010b. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/200#resultado> >. Acesso em: 27 nov. 2020.

IBGE. **Tabela 3170**: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento, valor do rendimento nominal mensal e valor do rendimento nominal mediano mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento, por sexo, situação de domicílio e grupos de idade. 2010c. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3170#resultado> Acesso em: 28 jun. 2021.

IBGE. **Tabela 3216**: Domicílios particulares permanentes e Moradores em domicílios particulares permanentes, por situação do domicílio, segundo o tipo do domicílio, a condição de ocupação, a existência de banheiro ou sanitário e esgotamento sanitário e a existência e número de banheiros de uso exclusivo do domicílio. 2010d. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3216#resultado> Acesso: 29 jun. 2021.

IBGE. **Tabela 1395:** Domicílios particulares permanentes, por situação do domicílio e existência de banheiro ou sanitário e número de banheiros de uso exclusivo do domicílio, segundo o tipo do domicílio, a forma de abastecimento de água, o destino do lixo e a existência de energia elétrica. 2010e. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1395> Acesso em: 29 jun. 2021.

IBGE. **Tabela 3215:** Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por alfabetização e sexo, segundo a situação do domicílio e a condição no domicílio .2010f. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3215> Acesso em: 05 jul. 2021.

IBGE. **Tabela 3177:** Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por cor ou raça, segundo a situação do domicílio, o sexo e as classes de rendimento nominal mensal. 2010g. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3177> > Acesso em: 05 jul. 2021.

IBGE. **Tabela 265:** Pessoal ocupado e número de tratores em estabelecimentos agropecuários – série histórica (1970/2006). 2006. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/265#resultado>. Acesso em: 22 abr. 2020.

IBGE. **Tabela 202:** População residente, por sexo e situação de domicílio (Urbano e Rural) – Forquilha. 2000. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/202#resultado>>. Acesso em: 27 nov. 2020.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Catálogo de escolas: Pré-lista das escolas. **Ministério da educação**. 2019. Disponível em: < https://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard&PortalPath=%2Fshared%2FCenso%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica%2F_portal%2FCat%C3%A1logo%20de%20Escolas&Page=Lista%20das%20Escolas&P1=dashboard&Action=Navigate&ViewState=b45nbq0sdj3hos8h6osgc2cjee&P16=NavRuleDefault&NavFromViewID=d%3Adashboard~p%3Asf156n9k0qs70741> Acesso em: 30 mai. 2022.

JESUS, Edivane de. **O Sistema de integração na produção de aves no Oeste Catarinense:** análise sobre o processo de trabalho e a relação contratual entre a empresa Sadia e avicultores. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2010. Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/94684>> Acesso em: 10 mar. 2020.

JUNG, Gilvani Mazzucco; ZANELATTO, João Henrique. Trajetória das relações de trabalho entre avicultores integrados e frigoríficos no sul do Brasil (1970-2016). **Interações**, Campo Grande, MS, v. 21, n. 2, p. 405-417, abr./jun. 2020. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/inter/a/6xY3xdhsZSy5ztnK3kmpxzv/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 06 jan. 2021.

JUNG, Gilvani Mazzucco; ZANELATTO, João Henrique. Trabalho e Resistência: Trajetória Da Integração Avícola No Sul Catarinense (2000-2016). XIV Encontro Estadual de História – ANPUH, 2018, Rio Grande do Sul, **Anais eletrônicos [...]**. Disponível em: < <http://www.eeh2018.anpuh->

rs.org.br/resources/anais/8/1531157648_ARQUIVO_Texto_Anpuh_RS_2018.pdf>
Acesso em: 16 out. 2020.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al. (Orgs). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Ed. Unesp; 2009. p. 67-75. Disponível em: https://poligen.polignu.org/sites/poligen.polignu.org/files/adivisaosexualdotrabalho_0.pdf. Acesso em: 08 set. 2022.

KERGOAT, Danièle. O cuidado e a imbricação das relações sociais. In: ABREU, Alice R. de P.; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Orgs). **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectiva interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016. p.17-26.

KRMPOTIC, Claudia Sandra; IESO, Lua Carla de. Los cuidados familiares. Aspectos de la reproducción social a la luz de la desigualdad de género. **Rev. Katál**. Florianópolis v. 13 n. 1 p. 95-101 jan./jun. 2010. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802010000100011/12738> > Acesso em: 14 dez. 2022.

LANGBECKER, Tatielle Belem. **Trabalho e Gênero: Mulheres na atividade pecuária familiar no município de encruzilhada do Sul/RS**. 2016. 178f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, Porto Alegre. 2016. Disponível em: < <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/147431> > Acesso em: 18 mar. 2020.

LEONE, Eugenia Troncoso. Renda familiar e trabalho da mulher na Região Metropolitana de São Paulo nos anos 80 e 901. **Texto para Discussão**. IE/UNICAMP, Campinas, n. 81, jul. 1999. Disponível em < <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/1711/texto81.pdf> > Acesso em: 15 dez. 2022.

MALAVAZZI, Gilberto. **Manual de criação de frangos de corte**. São Paulo: Nobel. 1982. Disponível em: < <https://books.google.com.br/books?id=ueEEoQ-evhEC&printsec=frontcover#v=onepage&q&f=false> > Acesso em: 17 out. 2020.

MACIAZEKI-GOMES, Rita de Cássia et al. Modos de trabalhar e modos de subjetivar na agricultura familiar no sul do Brasil. **Rev. Estud. Fem.**, 29, 1, 2021. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ref/a/7dHTpWtr9RLvLqfkSYxzsyr/?lang=pt> > Acesso em: 11 mai. 2022.

MAIA, Cláudia de Jesus. **"Lugar" e "trecho": migrações, gênero e reciprocidade em comunidades camponesas do Jequitinhonha**. 2000. 176 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2000.

MATTE, Alessandra; MACHADO, João Armando Dessimon. Tomada de decisão e a sucessão na agricultura familiar no sul do Brasil. **Revista de Estudos Sociais**, n. 37, v. 18, n.37, 2016.

MEUS, Albina Graciéla Aguilar ; ETHUR, Luciana Zago. O protagonismo da mulher e sua representatividade no desenvolvimento local da agricultura familiar. **Revista Conexão UEPG**, Ponta Grossa, Paraná - Brasil. v. 17, e2117327, p. 01-14, 2021. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/conexao/article/view/17327>. Acesso em: 11 mai. 2022.

MEDEIROS, Marcelo; PINHEIRO, Luana Simões. Desigualdades de gênero em tempo de trabalho pago e não pago no Brasil, 2013. **Revista Sociedade e Estado**, v.33, n.1, 2018. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/se/a/yjf6KzFkTcJJC5qrQFxF87PP/?format=pdf&lang=pt> > Acesso em: 17 jan. 2023.

MESQUITA, Livia Aparecida Pires de. **O papel das mulheres na agricultura familiar**: a comunidade rancharia, Campo Alegre de Goiás. 2013. 135 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013. Disponível em: < <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/3673> > Acesso em: 18 mar. 2020.

MELO, Hildete Pereira de; DI SABATTO, Alberto. Mulheres rurais – invisíveis e mal remuneradas. In: BRASIL. **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário. p.48-86. 2006. Disponível em: < <http://orton.catie.ac.cr/repdoc/A8536p/A8536p.pdf> > Acesso em: 18 mar. 2020.

MELO, Hildete Pereira de. DI SABBATO, Alberto. Gênero e trabalho rural 1993/2006. In: . BUTTO, Andrea (Org.). **Estatísticas rurais e a economia feminista**: um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasília: MDA, 2009, p. 31-117. Disponível em: < <https://repositorio.iica.int/bitstream/handle/11324/19444/CDBR17069076p.pdf?sequence=1&isAllowed=y> > Acesso em: 03 jan. 2023.

MENASCHE, Renata et al. **Gênero e agricultura familiar**: cotidiano de vida e trabalho na produção de leite. Curitiba: DESER/CEMTR, 1996. 97p.

MOÇO, Helder Filippi et al. Boubá Aviária. **Revista Científica Eletrônica de Medicina Veterinária**. Ano VI, n. 11. 2008. Disponível em: < http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/Gypnz7osv0Fa29c_2013-6-14-14-45-43.pdf > Acesso em: 26 nov. 2020.

MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário. **PIB da Agricultura Familiar**. Brasília, 2007. Disponível em: < <https://poseidon01.ssrn.com/delivery.php?ID=352021002125003091006027121117008107036024008001019007007071123100020029097083099069121058118006041127001091108094093092075065030007004001088001084126091097122103084000084097028004127106098008119025124010116109089066004118123096079122005004127070020&EXT=pdf> > Acesso em: 05 out. 2020.

MONTE, Tiago. **Forquilha**: o município que mais cresceu em 2020. 2021. TNLSUL. Disponível em: < <https://tnsul.com/2021/geral/forquilha-o-municipio-que-mais-cresceu-em-2020/> > Acesso em: 23 jun. 2021.

MONTENEGRO, Rosiran Carvalho de Freitas. Mulheres e Cuidado: responsabilização, sobrecarga e adoecimento. XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2019. **Anais eletrônicos [...]**. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22257>

NOGUEIRA, Claudia Mazzei; JESUS, Edivane de. A pequena produção avícola familiar e o sistema de integração no oeste catarinense: “uma prisão de portas abertas”. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 26, 67, p. 123-138, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v26n67/a09v26n67.pdf>. Acesso em: 21 out. 2019.

NETA BARBOSA, Ana Alves. **Mulheres na agricultura familiar do semiárido norte-mineiro**: divisão social do trabalho e gênero no Projeto Jaíba. 2013. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas, 2013.

NASCIMENTO, Diocélia Antônia Soares do. **Trabalho e autonomia em campo de domínio masculino**: mulheres que têm contratos de produção com agroindústrias de dendê em São Domingos do Capim - PA. 2017. 140 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2017.

OLIVEIRA, Karina Volpe et al. Sistema Dark House de produção de frangos de corte: uma revisão. **VII Mostra Interna de Trabalhos de Iniciação Científica**. 2014. Disponível em: <http://www.cesumar.br/prppge/pesquisa/mostras/sete_mostra/karina_volpe_de_oliveira.pdf> Acesso em: 05 abr. 2022.

PAULINO, Maria Ignez. Feminismo camponês e popular e pós-modernismo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 29, 2, p.53-277.2020. Disponível em:<https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa29-2_01_feminismo/esa29-2_01_pdf> Acesso em: 27 jul. 2021.

PAULINO, Maria Ignez. **Mulheres Rurais**: quatro décadas de diálogo. Ed. UFSC. Florianópolis, 2016.

PAULILO, Maria Ignez. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, 1, p.229-252, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092003000100008. Acesso em: 07 jul. 2019.

PAULILO, Maria Ignez; SILVA, Cristiani Bereta da. A luta das mulheres agricultoras: entrevista com Dona Adélia Schmitz. **Rev. Estud. Fem.** v.15 n.2 Florianópolis, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2007000200007&script=sci_arttext. Acesso em: 26 mai. 2020.

PAULILO, Maria Ignez. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje**. Rio de Janeiro. 5, 28, p. 64-70, 1987. Disponível em:<http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1416/opesodotrabalholeve.pdf> Acesso em: 23 set. 2022.

PERTILE, Noeli. **Marcas da integração na agricultura familiar de Quilombo, SC.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Florianópolis, 2001. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/81670>> Acesso em: 06 jun. 2020.

PIETCHA, Renata. **“O serviço que não aparece”:** a divisão sexual do trabalho e as formas de agenciamento de mulheres camponesas em Jaguari-RS. 2020. Dissertação (mestrado) Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, 2020.

PLOEG, Jan Douwe Vander. **O modo de produção camponês revisitado.** In: SCHNEIDER, S. (Org.). A diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006. Disponível em: http://www.jandouwvanderploeg.com/PORT/doc/diversidade_O_mododeprod.pdf Acesso: 22 mai. 2020.

PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Ranking IDHM Municípios 2010.** 2010. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2010.html> Acesso em: 05 jan. 2021.

PONTE, Karina Furini da. (Re) Pensando o Conceito do Rural. **Revista Nera**, ano 7, n. 4 .2004. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/1477-4323-1-PB.pdf> Acesso em: 11 mar. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA/SC. **Bairros e Localidades do município de Forquilha:** Mapas de Situação. Governo Federal de Santa Catarina. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA/SC. **Histórico.** 2020a. Disponível em: <https://www.forquilha.sc.gov.br/pagina-858/> Acesso em: 23 mar. 2022.

PORTAL R2S. **Dívida dos avicultores desligados supera R\$2 milhões, afirma associação.** 2018. Disponível em: < <http://www.portalr2s.com.br/divida-dos-avicultores-desligados-supera-r-2-milhoes-afirma-associacao/>> Acesso em: 08 jan. 2021.

PREARO, Leandro Campi; MARACCINI, Maria Clara; ROMEIRO, Maria do Carmo. Fatores determinantes do Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios do Estado de São Paulo. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 5, n. 1, 2015.

RAMBORGGER, Bibiana Melo. **Sucessão geracional em sistemas integrados de suínos e aves no Vale do Taquari/RS.** Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios. Programa de Pós-Graduação em Agronegócios. Porto Alegre, 2018.

RAMOS, Daniel Peixoto. Pesquisas de usos do tempo: um instrumento para aferir as desigualdades de gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 17, 3, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/dd7GmdrmmwvjvLYXRt7hrfZg/abstract/?lang=pt>> Acesso em: 12 jan. 2023.

RANGEL, Etuany Martins; MORAES, Luciana Pereira de; CASTRO, Bianca Gomes da Silva Muylaert Monteiro de. “Porque eu sou é home!”: uma análise dos impactos da construção social da masculinidade no cuidado com a saúde. **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**, Aracaju, v.6, n.2, p. 243 – 252, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/humanas/article/view/4517/2454>> Acesso em: 05 jan. 2023.

RENK, Valquiria Elita; BUZQUIA, Sabrina Pontes; BORDINI, Ana Silvia Juliatto. Mulheres cuidadoras em ambiente familiar: a internalização da ética do cuidado. **Cad Saúde Colet**, 2022, 30, 3, p.416-423. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cadsc/a/Rj7CcQFNbJHCTFpwWGrnppp/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 04 jan. 2022.

RICHETTI, Alceu ; SANTOS, Antônio Carlos dos. O Sistema Integrado De Produção De Frango De Corte Em Minas Gerais: Uma Análise Sob A Ótica Da Ect. **Revista de Administração da UFLA**, v.2, n.2, 2000. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/5e64/35c1483da969911cae0d3cac26dd8ce2ac16.pdf>> Acesso em: 24 jul. 2020.

ROCHA, Fernando Goulart. A Pequena Produção Familiar E O Processo De “Integração”: O Exemplo Dos Avicultores Integrados Da Região Sul Catarinense. **EGAL12**. 2009. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaagricola/50.pdf>> Acesso em 15 out. 2020.

RODRIGUES, Maycon Vaz; YADA, Marcela Midori. Diferenças entre criação de frango de corte convencional e o sistema Dark House. **Revista Interface Tecnológica**, v. 15 n. 2, 2018, p.360-369. Disponível em: <<https://revista.fatectq.edu.br/index.php/interfacetecnologica/article/view/451/324>>. Acesso em: 05 abr. 2022.

SAFFIOTI, Helena I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero patriarcado violência**. 2.ed., São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2021/10/genero_web.pdf> Acesso em: 19 abr. 2022.

SALUM, Giovanni Abrahão; BLAYA, Carolina; MANFRO, Gisele Gus. Transtorno do pânico. **Rev Psiquiatr RS**. 31(2), 86-94, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rprs/a/VgdKjMfjhGfGcFTdBgYCq6G/?lang=pt&format=pdf>> Acesso em: 11 abr. 2022.

SALES, Celecina de Maria Veras. Mulheres Rurais: Tecendo Novas Relações e Reconhecendo Direitos. **Estudos Feministas**, 15, 2, maio-agosto/2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2007000200010/4264>. Acesso em: 02 jun. 2020.

SANTOS, Jordan Brasil dos; BOHN, Liana; ALMEIDA, Helberte João França. O papel da mulher na agricultura familiar de concórdia(SC): o tempo de trabalho entre atividades produtivas e reprodutivas. **Textos de Economia**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 1-27, jan./jul., 2020. Disponível em: Acesso em: 19 jan. 2023.

SANTOS, Nilma Angélica dos. A divisão sexual do trabalho na agricultura familiar: entre a invisibilidade e a desvalorização do trabalho (re)produtivo de mulheres trabalhadoras rurais do município de Brejo/MA frente à expansão da monocultura de soja. **R. Pol. Públ.** São Luís, Número Especial, p. 331-337, 2016. Disponível em:< <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321153853033>> Acesso em: 14 jul. 2020.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; ESTEVAM, Dimas de Oliveira; FELIPE, Daiane Fernandes. Mulheres em cooperativas rurais virtuais: reflexões sobre gênero e subjetividade **Psicol. cienc. prof.** v.34, n.2, 2014. Disponível em:< https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932014000200010 > Acesso em: 14 jul. 2020.

SCOTT, Parry. Gênero e Geração em contextos rurais: algumas considerações. In: **Gênero e geração em contextos rurais**. Ed. Mulheres, 2010. Disponível em:<https://www.ufpe.br/documents/1016303/1020379/genero+e+gera_o+em+conte+xtos+rurais.pdf/171b01b8-2ded-48dc-9639-8e7e34c7bbcc > Acesso em: 20 jan. 2023.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; LAGO, Mara Coelho de Souza; WOLFF, Cristina Scheibe. Limites e possibilidades da militância política em um movimento social rural de mulheres. **Estudos Feministas**, 22, 1, janeiro-abril/2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2014000100004/26800>. Acesso em: 03 jun. 2020.

SILVA, Gabriela Bernardes. **Mulheres na agricultura familiar: terra, trabalho e família na comunidade ribeirão no município de Catalão (GO)**. 2016.120 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

SANTOS, Nicolay Maia Pinheiro dos . **A feminização do emprego doméstico no Brasil: invisibilidades e Vulnerabilidades**. (Mestrado em Ciências Econômicas) Universidade Federal do Paraná. 2018. Disponível em:< <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/63343/NICOLY%20MAIA%20PINHEIRO%20DOS%20SANTOS.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 20 jan. 2023.

SCHMITZ, Aline Motter. **O trabalho das mulheres agricultoras familiares na atividade leiteira**. 2014. 200 f. Dissertação (Mestrado em Produção do Espaço e Meio Ambiente) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2014.

SCHNEIDER, Sergio. Teoria Social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.18, n51, 2003. Disponível em:< <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15988>> Acesso em: 11 mai. 2020.

SCHNEIDER, Sergio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Rev. Econ. Polit.** v.30 n.3 São Paulo, 2010. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572010000300009> Acessado em: 20 abr. 2020.

SCHNEIDER, Clair Odete. **Mulheres camponesas e agroecologia: uma análise das relações de gênero no acampamento de reforma agrária herdeiros da terra de 1º de maio.** 2020. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2020ª.

SCHWENDLER, Sônia Fátima. A divisão sexual do trabalho no campo sob a perspectiva da juventude camponesa. **Rev. Estud.Fem.** vol.28 no.1 Florianópolis, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2020000100222&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 16 jun. 2020.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul/dez. 1995.

SILVA, Leonardo Xavier da; BENITES, Maria Eduarda Ramazini. Autonomia Feminina do campo: Um perfil atualizado da região sul a partir dos dados do censo agropecuário 2017. **DRd – Desenvolvimento Regional em debate.** v. 12, ed. esp. (Dossiê), p. 141-164, 2022.

SILVA, Ezio Izaias da. **O papel da avicultura na construção do território e na reprodução social da agricultura familiar: o caso de Chapecó e Quilombo no oeste catarinense.** Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. 2013.

SILVA, Alessandra Maria Da. **O Pronaf como meio de empoderamento da mulher rural – uma análise da participação feminina e da influência da mediação no estado do Espírito Santo.** Tese (Doutorado em Produção Vegetal) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências e Tecnologias Agropecuárias, 2019. Disponível em:< <https://uenf.br/posgraduacao/producao-vegetal/wp-content/uploads/sites/10/2019/07/Tese-Alessandra-Maria-da-Silva.pdf> > Aceso em: 08 set. 2022.

SILVESTRO, Milton Luiz et al. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar.** Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001. Disponível em:< <http://livros01.livrosgratis.com.br/md000023.pdf>> Acesso em: 11 ago. 2020.

SILVA, Lorena Alves; PARRIÃO, Karoline Rodrigues. Gênero e divisão sexual do trabalho: o cuidado e a responsabilidade dos filhos pela mulher, como expressão da

desigualdade de gênero. *In*: VI Simpósio Gênero e Políticas Públicas (online), v.6, 2020. **Anais eletrônicos [...]**.<https://doi.org/10.5433/SGPP.2020v6.p1475>

SIMÕES, Willian; TORRES, Miriam Rosa. **Educação do campo**: por uma superação da educação rural no Brasil. Curitiba, 2011. Disponível em: <http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/38662/R%20-%20E%20-%20MIRIAM%20ROSA%20TORRES.pdf?sequence=1>. Acesso em: 23 de mar. de 2022.

SINTIACAR- Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação de Criciúma e Região. **Avicultores protestam em frente a JBS e rasgam travesseiros**. 2014. Disponível em:< <http://www.sintiacr.com.br/noticias/ver/avicultores-protestam-em-frente-a-jbs-e-rasgam-travesseiros-530>> Acesso em: 06 jan. 2021.

SORJ, Bernardo; POMPERMAYER, Malori J.; CORADINI, Odacir Luis. **Camponeses e Agroindústria**: transformação social e representação política na avicultura brasileira. [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em:< <https://pdfs.semanticscholar.org/858c/a3448baeb118dde47354bac99eaa93660997.pdf>> Acesso em: 28 ago. 2020.

SOUSA, Luana Passos de; GUEDES, Dyeggo Rocha. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos Avançados**, 30, 87, 2016. Disponível em:<<https://www.scielo.br/pdf/ea/v30n87/0103-4014-ea-30-87-00123.pdf>> Acesso em: 23 jun. 2020.

SULINFOCO. **Emir Tezza é o primeiro presidente da Associação dos Avicultores do Sul Catarinense**. 2013. Disponível em:< <https://www.sulinfoco.com.br/emir-tezza-e-o-primeiro-presidente-da-associao-dos-avicultores-do-sul-catarinense/>> Acesso em: 08 jan. 2021.

STUANI, Camila; NECKEL, Anderson; FICAGNA, Alba Valéria Oliveira. Jovens Herdeiros: uma análise da sucessão familiar em pequenas propriedades rurais de Nova Araçá. **IX EGEPE**, 2016, Passo fundo. **Anais eletrônicos [...]**. Disponível em: <https://anegepe.org.br/wp-content/uploads/2021/09/335.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2020.

SPANEVELLO, Rosani Marisa. **A Dinâmica Sucessória na Agricultura Familiar**. 2008. 221p.Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul –RS. Disponível em:<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/16024/000660556.pdf?sequence=1>> Acesso em: 11 ago. 2020.

SPAVANELLO, Rosani Marisa et al. Mulheres Rurais e Atividades Não Agrícolas no Âmbito da Agricultura Familiar. **Revista Desenvolvimento em Questão**, 17. n. 48. 2019.

SPECH, Analine Almeida. **Autonomia crítica das mulheres rurais**: a casa pode cair, elas querem voar. 2019. 104 f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural)—Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar. **Agriculturas**. v. 8, n. 1, 2011. Disponível em:<<http://aspta.org.br/files/2019/10/artigo-5-4.pdf>> Acesso em: 11 ago. 2020.

TECSA- Tecnologia em Sanidade Mental. Pasteurella Multocida – Cólera Aviária. **Jornal do Conhecimento**. 2013. Disponível em:<<http://www.tecsa.com.br/informativos/detalhes/dicas-2013>> Acesso em:27 nov. 2020.

TJDFT- Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. **Queimar lixo doméstico é crime**. 2021.

Disponível em:

<<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/queimar-lixo-domestico-e-crime>> Acesso em: 05 jul. 2021.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. Disponível em:<https://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Trivinos-Introducao-Pesquisa-em_Ciencias-Sociais.pdf> Acesso em: 03 nov. 2020.

TRONTO, Joan C. Mulheres e cuidados: O que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso?. In: JAGGAR, Alison; BORDO, Susan. **Gênero, Corpo, Conhecimento**. Rio de Janeiro: Tempos, 1997.

UBABEF - União Brasileira de Avicultura. **A Saga da avicultura brasileira: Como o Brasil se tornou o maior exportador mundial de carne de frango**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em:<<http://www.brazilianchicken.com.br/files/publicacoes/e3b41c2f61fc671c0ae912bc73735886.pdf>> Acesso em: 17 out. 2019.

VALE, Ana Rute do; AMARAL, Jéssica Danielle Ferreira do; VALE, Glaucione Raimundo. Traçando o perfil das mulheres da agricultura familiar produtora de café orgânico no município de poço fundo-MG. **Revista de geografia agrária**, Edição especial, p. 36-55, 2020. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/52198/29323> > Acesso em: 11 mai. 2022

VARGAS, Eliane Portes; FERREIRA, Francisco Romão; SILVA, Juan da Cunha. **As masculinidades e o cuidado**. Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro. 2020.

Disponível em:

<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/44738/As%20masculinidades%20e%20o%20cuidado.pdf;jsessionid=5B305743FDE1C44D64BA02BF79143ECB?sequence=2> Acesso em: 05 jan. 2023.

VENDRAMINI, Célia Regina. QUAL O FUTURO DAS ESCOLAS NO CAMPO? **Educação em Revista Belo Horizonte**, v.31, n.03, p. 49-69, 2015. Disponível em:<

<https://www.scielo.br/j/edur/a/j5CVprmWZCCP4TmKw8xC7yz/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 24 mar. 2022.

WANDERLEY, Maria de N. B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, v.52 supl.1, p. S025-S044, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/4Hn3FCvFdb9VBYwSwJfKSGJ/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 15 abr. 2020.

WANDERLEY, Maria de N. B. Raízes histórica do campesinato brasileiro. In: WANDERLEY, Maria de N. B. **Mundo rural como um espaço de vida**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade. **Estud.soc.agric**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p.60-85, 2009a. Disponível em:< <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/308/304>> Acesso em: 26 jul. 2021.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade, **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n.21, p. 42-61. 2003. Disponível em:< <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/238>> Acesso em: 23 mar. 2020.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, Norma. (Org.). **Una Nueva Ruralidad en América Latina?**. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001. Disponível em:< <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20100929011629/3wanderley.pdf>> Acesso: 11 mar. 2020.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas - o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 15, p.87-145, 2001a. Disponível em:< <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/178/174>> Acesso em: 11 mar. 2020.

WENDLING GOMES, Ana Paula; GOMES, Adriano Provezano. Sistema de integração na avicultura de corte: um estudo de caso na região de Viçosa – MG. *In*: **46º. Congresso SOBER**, 2008, Rio Branco. Disponível em:< <https://ageconsearch.umn.edu/record/102557/>> Acesso em: 15 jul. 2020.

ZANELATTO, João Henrique; OSÓRIO, Paulo Sergio. História econômica de Forquilha (1895-2011): de núcleo colonial a município . **Interações**, v. 16, n. 2, p. 351-363, jul./dez. 2015. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/inter/v16n2/1518-7012-inter-16-02-0351.pdf>> Acesso em: 15 jul. 2019.

ZANELATTO, João Henrique; OSÓRIO, Paulo Sérgio. **Forquilha**: do presente para o passado, outras memórias uma nova história. Forquilha: Ed. UNESC, 2012.

ZEN, Sergio de et al. **Informativo Cepae**: Evolução da Avicultura no Brasil. Ed.1, São Paulo. 2014. Disponível:<

<https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/revista/pdf/0969140001468869743.pdf>> Acesso: 17 out. 2019.

ZALUSKI, Patricia Regina da Silva; MARQUES, Ieso Costa. Vantagens e desvantagens do sistema de integração vertical na avicultura de corte. XXXV Encontro Nacional de Engenharia de Produção, 2015, Fortaleza. **Anais eletrônicos [...]**. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/TN_WIC_206_219_27184.pdf.> Acesso em: 27 jul. 2020.

ZEN, Rosane Toebe. **O processo de trabalho dos avicultores parceiros da Sadia S.A: controles, mediações e autonomia.** 2009. 124 f . Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2009. Disponível em: < <http://tede.unioeste.br/handle/tede/3603>> Acesso em: 20 ago. 2020.

ZIEBERT, Roger André; SHIKIDA, Pery Francisco Assis. Avicultura E Produção Integrada Em Santa Helena, Estado Do Paraná: uma abordagem a partir da nova economia. **Institucional. Agric.** São Paulo, v. 51, n. 1, p. 71-86, jan./jun. 2004. Disponível em: < <http://www.iea.sp.gov.br/out/publicacoes/pdf/asp-1-04-5.pdf>> Acesso em 27 jul. 2020.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

CARACTERIZAÇÃO DO/A PARTICIPANTE

1. Comunidade que reside.
2. Sexo.
3. Naturalidade.
4. Escolaridade.
5. Estado Civil.
6. Idade.
7. Composição familiar (reside e não reside na propriedade).

CARACTERIZAÇÃO DA PROPRIEDADE

1. Há quanto tempo moram na propriedade?
2. A propriedade é herança de alguma das partes? Quantos hectares têm a propriedade?
3. Descreva como é a propriedade (paiol, casa, pátio, implementos agrícolas e etc.)
4. Algum familiar trabalha fora da unidade?
5. Na unidade tem algum trabalhador/a contratado/a?
6. Qual é a atividade mais importante da propriedade?
7. São produzidos alimentos para consumo da família? Quais?

CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE AVÍCOLA

1. Antes da produção avícola a família produzia aves pro-gasto ou vendia ovos?
2. Há quantos anos trabalham no sistema integrado?
3. Quantos aviários existem na propriedade? Quantos lotes são entregues por ano, quantos frangos são entregues por cada lote? Qual a capacidade de produção de cada aviário?
4. Como é contabilizado o valor a ser recebido de cada lote?
5. Qual a representatividade da renda obtida com a produção de aves em relação a outras atividades produtivas realizadas na unidade familiar?
6. Como você percebe sua atuação na unidade familiar?
7. Você já realizou/realiza cursos referentes ao processo de produção avícola?
8. Você já recebeu alguma orientação ou participou de algum curso realizado pela da integradora?
9. Como é a relação com a integradora?

10. No seu ponto de vista, quais são os benefícios da produção avícola e os malefícios? –facilidades e dificuldades.

RELAÇÕES DE TRABALHO

1. Antes da construção de aviários, você realizou quais atividades? Conte um pouco da sua história de vida.
2. Como é a rotina da produção avícola? Descreva como é o processo da atividade avícola (da chegada de insumos até a entrega para integradora).
3. Quais atividades você desempenha e quais são suas responsabilidades?
4. Vocês contratam trabalhadores para auxiliar na produção avícola?
5. É utilizado algum equipamento de segurança?
6. Quais são os horários que geralmente as atividades são realizadas?
7. As exigências tecnológicas impostas pela integradora afetam a realização da atividade? Como?

RELAÇÕES DE GENERO

1. Quem participa da produção avícola?
2. Geralmente quais atividades são realizadas pelos homens e pelas mulheres na produção avícola?
3. A renda é distribuída entre os/as participantes no final de cada lote? Como?
4. Geralmente quem faz as negociações com a integradora?
5. Existe visita técnica, quem atende os técnicos?
6. O contrato da parceria está no nome de quem?
7. Quem controla as questões econômicas? (Banco, controle de custos, pagamentos, recebimentos)
8. Quando é preciso tomar uma decisão com relação a produção, quem a faz?

PARA ALÉM DA VIDA DE TRABALHO

1. No momento em que você não está no aviário ou realizado outro tipo de atividade laboral, você faz o que?
2. Costuma sair finais de semana?
3. Costuma viajar?
4. Qual é seu maior lazer? Isso acontece que dias de semana e quantas horas?
5. Você recebe visita?
6. Você tem o habito de conversar com outras pessoas, que não são da sua família?
7. Você costuma sair sozinho/a? Sem alguma outra pessoa da família?

